

09

ano 3 | junho 2012

Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais

@metropolis



revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles.

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

É direcionada a alunos de pós-graduação de forma a priorizar trabalhos que garantam o caráter multidisciplinar e que proporcionem um meio democrático e ágil de acesso ao conhecimento, estimulando a discussão sobre os múltiplos aspectos na vida nas grandes cidades.

A *e-metropolis* é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que contribuam com a discussão sobre o espaço urbano de forma cada vez mais vasta e inclusiva.

A revista é apresentada através de uma página na internet e também disponibilizada em formato “pdf”, visando facilitar a impressão e leitura. Uma outra possibilidade é folhear a revista.

As edições são estruturadas através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratam da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrôpoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

A partir da segunda edição da revista incluímos a seção ensaio fotográfico, uma tentativa de captar através de imagens a dinâmica da vida urbana. Nessa mesma direção, a seção especial - incorporada na quarta edição - é uma proposta de diálogo com o que acontece nas grandes cidades feita de forma mais livre e de maneira a explorar o cotidiano nas metrôpoles.

Os editores da revista *e-metropolis* acreditam que a produção acadêmica deve circular de forma mais ampla possível e estar ao alcance do maior número de pessoas, transcendendo os muros da universidade.

Observatório das Metrôpoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@
observatoriodasmetrolopes.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

editores

Carolina Zuccarelli

Eliana Kuster

Juciano Martins Rodrigues

Marianna Olinger

Paula Silva Gambim

Renata Brauner Ferreira

conselho editorial

Profª Drª. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Profª Drª. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Profª Drª. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Profª Drª. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Profª Drª. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Profª Drª. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Profª Drª. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Profª Drª. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Profª Drª. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)

Profª Drª Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Profª Drª. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 09 • ano 3 | junho de 2012

A metade do ano chega com mais uma edição da nossa revista. Neste número, damos continuidade a uma das características mais marcantes da *e-metropolis* e apresentamos um apanhado de temas e abordagens que procuram abranger várias das facetas do viver nas grandes cidades.

Esta nossa nona edição abre com um artigo de capa que nos lança uma provocadora questão já em seu título: “O Brasil: país de imigração?”. Em seu texto, a pesquisadora Neide Lopes Patarra examina as políticas migratórias adotadas pelo Brasil correlacionando-as ao fato de que o país vem se tornando mais e mais atraente para imigrantes. Como dar conta das novas demandas e conflitos é a principal questão que se coloca em pauta.

No artigo “Uma proposta analítica sobre a expansão do Sistema Prisional no Brasil e seus rumos para o século XXI”, o geógrafo Marco Antônio Couto Marinho e o filósofo Robson Sávio Reis Souza se detêm sobre a expansão do sistema carcerário do país, conduzindo uma reflexão a respeito do aprisionamento como uma metonímia do padrão de desigualdade social brasileiro.

Na sequência, no texto “Quem mora nas favelas?”, Silke Kapp e Margarete Maria de Araújo Silva desenvolvem uma reflexão a respeito das representações usualmente traçadas sobre as favelas, questionando a sua legitimidade e sugerindo outras possibilidades de estabelecer um retrato desta parcela crescente da população nas metrópoles.

Em “A mesma cidade, novos ter-

ritórios”, é trazida à cena a reutilização dos antigos territórios ocupados por indústrias em duas cidades: Porto Alegre e Montevideo. Através das reapropriações propostas para as áreas de algumas grandes companhias, Ana Clara Fernandes analisa as reinserções no leque produtivo e urbano.

“Moradores de favelas e violência policial: uma análise sobre vítimas de agressão física policial nas principais metrópoles brasileiras”, o artigo seguinte, o pesquisador Andre Salata coloca novamente em pauta o tema da representação a respeito das favelas, desta vez sob a ótica que coloca a representação negativa das favelas como a responsável pelos abusos de autoridade policial frequentemente cometidos nestes bairros.

O entrevistado desta edição, Cláudio Beato, trata de seu novo livro, “Crime e cidades”, no qual estabelece a conexão entre crime e ambiente urbano. O sociólogo defende a hipótese de que a vida em um ambiente urbano gera bolsões de desvantagens, o que, somado à ausência de controle, pode acabar levando ao crime. O entrevistado também explica as pesquisas que vem desenvolvendo no Crisp, Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Na resenha, trazemos o livro da brasileira Lúcia Sá, “*Life in Megalopolis: México City and São Paulo*”, em uma análise do mestrando no *Institut d'Études Politiques Science-Po*, em Paris, Claudio Altenheim. A autora compara as cidades do México e de São Paulo no que

tange à sua vida urbana e, sobretudo, às enormes desigualdades sociais que aproximam as duas cidades.

Esta edição traz, como tema de sua seção especial, o texto da pesquisadora Renata Brauner Ferreira, “ ‘Desculpe o incômodo, nós só queremos mudar o mundo’ : a maior mobilização estudantil de toda a história do Quebec se transformou, nas últimas semanas, em uma grave crise social”. Em uma análise que mostra como o anúncio, por parte do governo, do aumento das anuidades escolares desencadeou uma enorme mobilização de estudantes universitários, a doutoranda nos mostra a gênese desta grande crise social canadense.

Finalmente, em nosso ensaio fotográfico, trazemos, através de Eduardo Amorim e Leonardo Cisneiros, o movimento #ocupeestelita, que, no dia 15 de abril deste ano, reuniu jornalistas, produtores culturais e membros das redes sociais na ocupação do Cais José Estelita, em Pernambuco.

Esperamos que esta nova edição da nossa revista venha, mais uma vez, contribuir para a continuidade e ampliação dos temas e estudos a respeito das metrópoles. Nos despedimos desejando a todos uma boa leitura! ■



Índice

nº 09 ▪ ano 3 | junho de 2012

Capa

- 06** O Brasil: país de imigração?
Brazil: Country of immigration?
Por Neide Lopes Patarra

Artigos

- 19** Uma proposta analítica sobre a expansão do Sistema Prisional no Brasil e seus rumos para o século XXI
An analytical proposal on expanding the Prison System in Brazil and its direction for the XXI century
Por Marco Antônio Couto Marinho e Robson Sávio Reis Souza
- 28** Quem mora nas favelas?
Who lives in the slums?
Por Silke Kapp e Margarete Maria de Araújo Silva

- 36** A mesma cidade, novos territórios
The same city, new territories
Por Ana Clara Fernandes

- 45** Moradores de favelas e violência policial: dados sobre as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro
Slums' residents and police violence: data on the metropolitan areas of Rio de Janeiro
Por Andre Ricardo Salata

Entrevista

- 57** Crime e Cidades
Crime and cities
Por Cláudio Chaves Beato Filho

Resenha

- 62** Vida nas megalopolis: Cidade do México e São Paulo
Life in Megalopolis: México City and São Paulo
Por Claudio Altenhain

Especial

- 65** “Desculpe o incômodo, nós só queremos mudar o mundo”: a maior mobilização estudantil de toda a história do Quebec se transformou, nas últimas semanas, em uma grave crise social
“Sorry about that, we just at to change the world”: The largest student mobilization in the history of Quebec has become a serious social crisis in recent weeks.
Por Renata Brauner Ferreira

Ensaio

- 71** #OcupeEstelita
#OcupeEstelita
Por Eduardo Amorim e Leonardo Cisneiros



ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Paula Sobrino

Revisão
Aline Castilho

A Ilustração de capa foi feita por **Flávia Araújo**, arquiteta e urbanista, doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ.

flaviaaraujo@observatoriodasmetropoles.net

Neide Lopes Patarra

O Brasil: país de imigração?

Resumo

Nos últimos tempos o tema das políticas migratórias no Brasil tem se tornado imperativo. A grande imprensa, revistas, trabalhos acadêmicos, redes sociais, blogs, websites oficiais do governo, e vários outros meios de comunicação estão repletos de reportagens, comunicados, divulgações e todo tipo de documentação voltada a um dos temas mais bombásticos destes últimos anos - as migrações internacionais. Inserido nas reversões tão nítidas e fortes dos movimentos migratórios internacionais, o país vai assumindo posição de destaque e liderança na América Latina e constituindo-se como um país de forte atração imigratória. O governo atual, com seus compromissos claramente assumidos, busca traçar rapidamente uma arquitetura oficial que dê conta das novas demandas e dos novos conflitos, embora sempre carregando traços seletivos, com frequência restritivos e com discriminação e xenofobia frente alguns grupos de migrantes. Pode-se afirmar que o tema estará presente em quase todo o território brasileiro, tomará conta de debates nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e nas instituições afins; enfrentará a pressão das demandas de grupos sociais organizados e de ONGs, nacionais e internacionais que batalham pela abertura das portas aos imigrantes pobres e vítimas de catástrofes sociais e/ou climáticas.

Palavras-chave: Migração internacional; Políticas migratórias.

Abstract

Recently, the subject of migratory policy has become imperative in Brazil. The press, magazines, academic studies, social media, blogs, official government websites, and various other modes of communication are full of reports, communications, propagations, and every type of documentation, making international migration one of the most bombastic topics in recent years. Embedded in the clear and strong reversals in the international migration movement, Brazil is assuming its position of prominence and leadership in Latin America and becoming an extremely attractive site for immigrants. The current government, with its commitments clearly marked, is trying to quickly delineate an official structure which takes into account the new demands and conflicts, despite granting selective benefits, with restricted frequency, and discrimination and xenophobia with respect to certain migrant groups. It is clear that the subject will become a presence in almost every part of Brazil, taking into account the discussions of the three branches of power (executive, legislative, and judiciary) and related institutions; confronting pressure from national and international organized social groups and NGOs, who fight for the opening of doors for poor immigrants and victims of social and natural disasters.

Palavras-chave: International migration; Migration policy.



Neide Lopes Patarra

é livre docente do Departamento de Sociologia do IFCH/Unicamp (aposentada) e Pesquisadora Titular da ENCE/IBGE (Aposentada). Derivado e abreviado do texto preparado para a Revista da Associação de Universidades de Língua Portuguesa com o tema: Migração no Espaço Lusófono.

npatarra@terra.com.br



APRESENTAÇÃO

Realizou-se no Rio de Janeiro, entre os dias 16/5 e 18/5 o seminário “O Direito dos Migrantes no Brasil” para discutir uma nova política sobre o tema. O encontro foi realizado pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). O objetivo foi o de fortalecer a integração social, a garantia e a proteção de direitos dos migrantes, por meio de ações integradas, que compreendam aspectos sociais, econômicos e políticos.

Representantes do poder público, de organismos internacionais, de organizações sociais e pesquisadores participaram de painéis para debater as políticas públicas relacionadas à migração. As palestras abordaram temas como direitos humanos, políticas migratórias do Brasil e de outros países, tráfico de pessoas, refúgio e o projeto de lei nº 5.655/2009. A proposta legislativa está em tramitação no Congresso Nacional e propõe novas regras quanto ao ingresso, permanência e saída de estrangeiros no país.

O crescimento e a estabilidade econômica do Brasil têm atraído imigrantes de todo mundo. Em 2011, o Ministério da Justiça registrou 1,466 milhão de estrangeiros regulares vivendo no país. Em 2010, eram 961 mil. Esse contexto demanda que órgãos governamentais e entidades que lidam com o tema trabalhem na elaboração e implementação de ações visando à proteção dos direitos fundamentais aos migrantes, com vistas à integração social.

De fato, nos últimos tempos o tema das políticas migratórias no Brasil tem se tornado imperativo. A grande imprensa, revistas, trabalhos acadêmicos, redes sociais, blogs, portais oficiais do governo, e vários outros meios de comunicação estão repletos de reportagens, comunicados, divulgações e todo tipo de documentação voltada a um dos temas mais bombásticos destes últimos anos - as migrações internacionais.

De um lado a imigração internacional no mundo “explodiu”, acirrados os movimentos pelos conflitos no norte da África, nos países do Meio Oriente e Ásia, principalmente, e pela crise financeira que tremula os países desenvolvidos (Europa e Estados Unidos, principalmente), cada um com suas características e especificidades, mas sempre traçando um panorama difícil, assustador e imprevisível.

A crise financeira atual, os desastres climáticos e a “Primavera Árabe”, constituem dimensões absolutamente decisivas para o conhecimento, entendimento, observação e decisões a respeito dos movimentos migratórios internacionais atuais, destes últimos anos, que imprimem à problemática contornos de tamanho e implicações sem precedentes.

De outro lado, a “guinada” tão forte nas tendên-

cias históricas, com crises e conflitos, altera o equilíbrio de forças entre países ricos e pobres e a América Latina avança, ganha espaço. O Brasil, frequentemente chamado de “meio continente” apresenta desempenho positivo em sua performance econômica na dinâmica atual, tendo na sucessão de governos democráticos e competentes, nos últimos quase 20 anos, uma continuidade de resultados que o leva, hoje, a posição de país emergente de destaque nos foros internacionais e se ufana de ser classificado como a sexta maior economia do mundo.

Inserido nas reversões tão nítidas e fortes dos movimentos migratórios internacionais, o país vai assumindo posição de destaque e liderança na América Latina e constituindo-se como um país de forte atração imigratória. O tema abarrotou a grande imprensa no país (com alguma repercussão na esfera internacional); as matérias são diárias, frequentes, alarmistas algumas, de ufanismo outras, de temor ainda outras, sempre envolvidas em posições e ideologias conflitivas.

O governo atual, com seus compromissos claramente assumidos, busca traçar, e rapidamente, uma arquitetura oficial que dê conta das novas demandas, dos novos conflitos, ante o novo - polo internacional de imigração - e o tradicional - país de imigração, embora sempre carregando traços seletivos, com frequência restritivos e com discriminação e xenofobia frente alguns grupos de migrantes. – porém restritiva e seletiva. Reforça-se, no momento presente, a imagem do país de imigração, possivelmente por motivos políticos ligados a sua inserção crescente na governabilidade internacional.

Em matéria divulgada recentemente, Mac Margolis, articulista brasilianista de certo destaque, caracteriza o Brasil como o novo polo de imigração internacional:

“...A ascensão dos países emergentes está revolucionando a imigração global..., tendência intensificada pela crise econômica na Europa, Japão e EUA.” (Margolis, M. O Estado de São Paulo, 08/01/2012, p.A18).

Com cautela e dúvida, no entanto, diz o articulista:

“... Reeditando a história dos séculos 19 e 20, o país escancara as portas para os imigrantes europeus, mas também para os latinos. Mas será que ele as manterá abertas?” (p.A18)... “Apesar da enxurrada haitiana no Acre, é ainda modestíssima a presença de imigrantes no Brasil (apenas 443 mil no Censo de 2010); incluindo os clandestinos, não chegam a 2% da população... “Daí a pergunta incômoda: a louvável tolerância brasileira é mesmo patrimônio cultural? Ou será fruto da escassez? (A18)”

Sem dúvida o tema está a demandar um sério

debate: Que imigração é essa? De pobres, não documentados, que viriam desempenhar tarefas com salários mais baixos – o país necessita dessa mão de obra? Estamos mesmo vivendo uma escassez de mão de obra? As evidências indicam que se manifestam preocupações e interesses de empresários na mão de obra qualificada. E os não documentados? E as áreas de fronteira na América do Sul? E os refugiados? Culminando com caso da entrada de haitianos, marcando um ponto de inflexão na política migratória brasileira.

No contexto atual, o debate deve ser situado na dinâmica regional recente, onde são nítidas, com maior ou menor intensidade, as tratativas de reforço de blocos regionais de integração latino-americana, ampliando a esfera do Tratado MERCOSUL, sempre como estratégias de desenvolvimento dos países mais pobres da região. Nesse contexto reformulam-se as bases institucionais e novas configurações emergem: reformulação das políticas do MERCOSUL e dos tratados dos países andinos, criação do UNASUL, globalização, o papel do FOMERCO (Fórum das Universidades do MERCOSUL) bem como a criação e início das atividades da UNILA (Universidade da Integração latino-americana) com forte potencial de atividades de preparação de novos quadros e pesquisas aplicadas que respaldem esse esforço de integração. E sempre considerando a questão das fronteiras transnacionais bem como a complexa questão indígena.

IMIGRAÇÃO HISTÓRICA E SUSTENTAÇÃO DA IDEIA DE PAÍS DE IMIGRAÇÃO

A constituição e reforço do “mito” de um país de imigração remonta à trajetória histórica da imigração no Brasil, onde grupos de imigrantes de além-mar, principalmente no período que vai de 1890 a 1930, configuram a composição da população brasileira dos períodos subsequentes e forjaram as práticas de assimilação, de um lado, e discriminação de outro; forjaram, ainda, os mais diversos aspectos da cultura brasileira – música, culinária, artes plásticas e, particularmente, no caso dos italianos e portugueses, o processo de industrialização e urbanização do país

A história da imigração no Brasil¹ inicia-se com

¹ É bastante ampla, de qualidade e variada bibliografia sobre as tendências históricas da imigração no Brasil, desde clássicos como Caio Prado Jr. e Celso Furtado, até estudiosos mais recentes. Uma ideia de conjunto dessa produção vê-se em Patarra, N.L.(1995 e 1996), OIM, Perfil Demográfico(2009) e, mais recentemente, Patarra, N.L. e Fernandes, D.(2011)

os portugueses no contexto da colonização, visando à apropriação militar e econômica da Terra, a implantação da grande lavoura de exportação a qual deu origem ao tráfico de escravos africanos, movimento migratório forçado que perdurou por três séculos (até 1850) e introduziu na colônia cerca de 4 milhões de cativos; esse movimento cunhou a sociedade escravocrata que marca a sociedade brasileira deixando profundos e importantes traços em sua cultura posterior à Abolição, em 1888.

Nas primeiras décadas do século XIX o movimento começou a se diversificar com as experiências de imigração livre dirigida também a não portugueses. Um projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e de povoamento da terra, com base na pequena propriedade policultura, atraiu alemães, italianos e outros estrangeiros para o Sul do país. Já em meados desse século imigrantes se dirigem à cafeicultura do Oeste Paulista; outros foram canalizados para o trabalho em obras de infraestrutura urbana e na construção de caminhos e estradas.

A abolição da escravidão proporcionou um novo cenário e trouxe consigo novos desafios; a grande expansão da produção cafeeira associada à falta de um contingente satisfatório de trabalhadores no território nacional possibilitou a abertura do Brasil para a imigração. Um período de imigração em grande escala da Europa para a América, em especial para o Brasil, aconteceu entre 1870 e 1930. Nesse ínterim, estimativas indicam que 40 milhões de pessoas tenham migrado do Velho para o Novo Mundo (PATARRA e FERNANDES, 2011. P. 160-161)

Em fins de dezembro de 1930 são publicadas as primeiras medidas restritivas à entrada de imigrantes internacionais, reflexo da crise vivenciada pela economia mundial em 1929, com consequente crise do café. As restrições vão crescendo até a fixação de quotas na Constituição de 1934 e depois também na de 1937 (idem, ibidem, p.162)

A crise da economia mundial, em 1929, e a consequente crise do café conduziram à passagem para outra etapa. Com a redução progressiva dos fluxos migratórios internacionais, e em virtude dessas alterações estruturais no campo econômico, houve um aumento da demanda por força de trabalho, a qual foi suprida pelas migrações internas no país.

Com a retomada das hostilidades na Europa e no Oriente que levaram à Segunda Guerra Mundial, os fluxos migratórios para Brasil foram praticamente interrompidos. Na segunda metade do século XX, a imigração para o país continuou de forma incipiente sem se notar nenhum fluxo de maior expressão. Tal fato, associado à praticamente inexistente emigração, indicava que até meados dos anos 1980 o Brasil, em termos demográficos, poderia ser considerado um

país fechado à migração.

A partir da década de 1980 o Brasil inaugura uma nova fase no tocante aos deslocamentos de sua população, período em que fica nítido que um crescente número de brasileiros passa a residir no exterior, tema que, de forma recorrente, passou a ser abordado tanto pela mídia como pelos pesquisadores da área. De país historicamente receptor de imigrantes, o Brasil passa a ser um intenso expulsor de população. Os principais destinos dos emigrados brasileiros são Estados Unidos, Japão e alguns países da Europa, assim como o Paraguai.

Ao longo da década de 1980, os brasileiros entravam naquele país com visto de turista e, quando o prazo deste visto vencia, permaneciam, em situação irregular, no território estadunidense. Com a maior rigidez do governo americano em relação às leis de imigração e ao controle de fronteiras entre EUA e México, esse fluxo migratório sofre um arrefecimento, principalmente a partir da primeira metade da década de 1990.

Com a consolidação das redes sociais de migração, os fluxos de entrada irregular nos EUA voltam a se intensificar e atingem seu ápice em 2000 quando o Department of Home Security (DHS) estadunidense registra a retenção de aproximadamente 54 mil brasileiros na travessia clandestina da fronteira. De acordo com informações desse mesmo órgão, a partir de 2005, o número de brasileiros reduziu-se amplamente. Isso foi reflexo da política imigratória aplicada na fronteira dos Estados Unidos e a exigência de visto para os brasileiros que se dirigiam ao México. Em 2005, 31 mil brasileiros haviam sido apreendidos durante a tentativa de travessia, e em 2008 foram apenas 977 (PATARRA e FERNANDES, op. cit, p. 172).

Outro fluxo importante foi em direção à Europa; a emigração de brasileiros para a Europa passou a se intensificar na última década do século XX. Se, na década de 1980 a maior parte dos fluxos emigratórios se destinava aos Estados Unidos, a partir da década de 1990 os destinos passam a se diversificar na Europa. O primeiro fluxo importante, por razões históricas e culturais, diz respeito à entrada de brasileiros em Portugal. Esse fluxo passa a se consolidar já no início da década de 1990, mantendo-se relativamente estável até o final da década de 2000 (FERNANDES e RIGOTTI, 2008).

Além de Portugal, a Espanha passa a se apresentar como um importante país da Europa com presença de imigrantes brasileiros, atingindo aproximadamente 125 mil indivíduos (MRE, 2009).

Outro país europeu que se destaca pelo volume de imigrantes brasileiros é a Itália. O principal fator

que tem atraído brasileiros para esse país é a maior facilidade dos descendentes italianos nascidos no Brasil em conseguir o passaporte europeu. (FERNANDES e RIGOTTI, 2008).

Nesse fluxo rumo à Europa tem se destacado o recente estoque de brasileiros residentes no Reino Unido e Irlanda. Somadas as estimativas de brasileiros residentes nos dois países, constata-se a presença de aproximadamente 195 mil brasileiros (MRE, 2009).

Em linhas gerais, com exceção dos fluxos mais antigos para Portugal, atualmente a população brasileira imigrante na Europa Ocidental é composta basicamente por jovens adultos (entre 20 e 40 anos) de ambos os sexos, com escolaridade elevada (em média mais de 50% em todos os países têm pelo menos 13 anos de estudo), e participante da força de trabalho regional. Com exceção de Portugal, a maior parte desta migração não se constitui de familiares, e apresenta elevado índice de migrantes em situação de irregular (MARTES e FAZITO, 2009).

É nítido o declínio da saída de brasileiros no período recente, apesar da divergência das informações segundo a fonte utilizada. Conforme dados do Departamento de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, em 2002, cerca de 1.964.498 brasileiros residiam no exterior. Quando se verifica os dados de 2007, percebe-se que 3.044.762 brasileiros encontram-se nessa situação, o que corresponde a um crescimento de 55%. Já as informações de 2011 dão conta de que este volume de emigrantes havia ampliado para 3.122.813, representando um aumento de 2,7% em quatro anos. No tocante ao destino desses emigrantes, os últimos dados de 2011, disponibilizados pelo Itamaraty, revelam que a América do Norte era o destino preferido dos brasileiros, abrigando um total de 1.433.146, seguida da Europa, 911.889; América do Sul, 406.926 e Ásia, 241.608. Pelo Censo Demográfico de 2010 estima-se que apenas 491.645 brasileiros estariam residindo no exterior naquele momento.

Neste mesmo período passamos a observar novas tendências de imigração internacional no país, que passa a ser receptor de coreanos, chineses, bolivianos, paraguaios, chilenos, peruanos e africanos procedentes de diferentes países. Nas últimas três décadas, portanto, passamos a observar no Brasil novas modalidades na migração internacional, que incluem não só a emigração de brasileiros, mas também a imigração de estrangeiros predominantemente originários de outros países em desenvolvimento. No período 2008 a 2011 o número de estrangeiros que obtiveram visto de trabalho/residência no Brasil aumentou em 60,0%, passando de 43.993 solicitações atendidas em 2008 para 70.524, em 2011.

TROCAS MIGRATÓRIAS ENTRE BRASIL E PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

No cenário recente das migrações internacionais, o Brasil tem acompanhado, de forma geral, as tendências migratórias que os países da América do Sul apresentam. Nota-se, em relação aos movimentos migratórios dos países do MERCOSUL para o Brasil, a importância crescente dos movimentos intrablocos, não tanto pelo volume, mas por sua diversidade e implicações, que correspondem a uma reestruturação produtiva. Observa-se que o contexto internacional proporcionou nessa região a transferência populacional tanto para as metrópoles, como para outras cidades, nas quais a posição geográfica e a competitividade do mercado têm atraído indústrias novas e internacionais nessa atual etapa da economia (BAENINGER e SOARES, 2009).

Dentre os fluxos de imigrantes recebidos pelo Brasil, destaca-se o de bolivianos. Diversos fatores impulsionam a emigração de bolivianos com destino ao Brasil, dentre eles pode-se destacar a estrutura social e econômica deficitária da Bolívia, além da instabilidade política e da miséria que afeta diversas regiões do país.

A imigração de bolivianos para o Brasil, principalmente para São Paulo, teve início já nos anos 1950, a partir da entrada de estudantes bolivianos através do programa de intercâmbio cultural Brasil-Bolívia. Contudo, esse fluxo migratório se acentuou significativamente a partir dos anos 1980. Observa-se que a maioria desses imigrantes é constituída por jovens, de ambos os sexos, solteiros e que apresentam um nível mediano de escolaridade. Eles são provenientes de várias regiões da Bolívia, mas há uma predominância de indivíduos oriundos de La Paz e Cochabamba (SILVA, 2008).

Até recentemente, uma parcela considerável dos bolivianos que adentraram o território brasileiro não estava legalizada, porque o Estatuto do Estrangeiro só permite a entrada de mão de obra especializada e de empreendedores. Aqueles que não apresentavam essas características tinham como opção, para a regularização, casar-se com cônjuge brasileiro ou ter um filho nascido em território brasileiro (SILVA, 2008). Contudo, o Brasil buscou criar mecanismos para facilitar a regularização destes e de outros imigrantes. Em 2009, por meio do Decreto nº 6.893/2009, promulgou lei que concedeu anistia aos estrangeiros que entraram no país até 1º de fevereiro de 2009 e aqui residiam de forma irregular. No mesmo ano, entrou em vigor o acordo de livre trânsito de pessoas na área do MERCOSUL, Chile e Bolívia (Decretos nº 6.964/2009 e

nº 6.975/2009). Uma avaliação preliminar da anistia aos imigrantes irregulares aponta que até o final de 2009 foram realizadas, aproximadamente, 42 mil solicitações e destas, 17 mil tinham como solicitantes imigrantes bolivianos (OIM, 2010).

EMIGRAÇÃO PARA A GUIANA FRANCESA

Pouco considerada na literatura especializada é o caso da saída de brasileiros em direção à Guiana Francesa. Segundo aponta Fazito (2005), as relações entre o Brasil e a Guiana Francesa não são de idade recente, elas datam desde o início do século XIX. Contudo, somente em 1964 houve a migração de um grande fluxo de brasileiros com esse destino. Essa primeira leva de migrantes foi incentivada pelo início da construção do Centro Espacial Guianense em Kourou, demandando grande volume de mão de obra não especializada. O que atraiu os trabalhadores brasileiros foram os altos salários pagos na época, especialmente em função da diferença cambial entre a moeda do Brasil e o franco francês (que era de cinco para um). Dessa forma, a vantagem financeira associada à carência de mão de obra impulsionou os primeiros fluxos migratórios de brasileiros com destino à Guiana Francesa.

Os primeiros brasileiros a se deslocarem com destino à Guiana Francesa apresentavam um perfil socioeconômico e padrão cultural muito baixo. Assim, muitos não dominavam a língua local e eram facilmente enganados por seus contratantes, eram alojados em prédios abandonados no centro de Caiena, onde não havia condições mínimas de moradia.

Algumas estimativas realizadas pela imprensa brasileira calculam que este número seja em torno de 25 mil, montante expressivo quando comparado à população total da Guiana Francesa, que segundo o último dado censitário possui 140 mil habitantes. Dados do consulado do Brasil em Caiena apontam para o registro de apenas 10 mil brasileiros documentados (FAZITO, 2005). Já a publicação “Brasileiros no Mundo” (MRE, 2009) apresenta uma estimativa na qual aproximadamente 19 mil brasileiros residem na Guiana Francesa. Desde seu surgimento como tendência migratória, este fluxo sofreu algumas mudanças, dentre elas o próprio perfil dos migrantes. A partir de 1990 observa-se que os migrantes deixam de ser apenas de classes menos favorecidas e passam a serem indivíduos pertencentes à classe média (com um nível educacional mais elevado).

Voltando a considerar tendências recentes de entrada de imigrantes, particularmente latino-america-

nos em território nacional, outro grupo de imigrantes que vem ganhando importância no país, com entrada a partir da fronteira Norte é o de peruanos. Neste caso também, os fatores históricos estão profundamente atrelados à decisão de migrar, pois os povos andinos, desde suas origens, são predominantemente nômades. Em seguida têm-se os fatores geográficos, representados pela proximidade da fronteira entre os dois países. Os fatores econômicos desempenham um papel preponderante na decisão de migrar, principalmente nos dias mais recentes, em função do período de crise e recessão pelo qual o Peru vem passando, além do período da ditadura militar, que se destaca como um dos fatores mais importantes no contexto das emigrações peruanas (OLIVEIRA, 2006).

Ao analisar o perfil dos migrantes peruanos no Brasil observa-se que poucos possuem alguma qualificação profissional, apesar da presença de alguns médicos, enfermeiros, dentistas, bioquímicos, engenheiros, contadores, arquitetos, técnicos em geral, dentre outras categorias profissionais. Sendo assim, a maioria dos migrantes peruanos apresenta baixo nível de estudos; são camponeses ou pertencentes a etnias indígenas peruanas (OLIVEIRA, 2008b).

Significativa também é a troca migratória entre Brasil e países africanos, marcada por acordos multilaterais na área da educação e também por fluxos de migrantes forçados devido aos conflitos que assolaram o continente africano nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1990.

As relações entre Brasil e Angola remontam ao período colonial, quando os dois países, com significativas diferenças no modelo de colonização por Portugal, mantinham uma relação de dependência, sobretudo marcada pelo fornecimento de escravos do segundo para o primeiro. No século XX as relações se estreitaram tanto em termos culturais quanto em termos diplomáticos, sendo o Brasil o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975. A partir de 1980 teve início uma série de tratados de cooperação técnica e cultural entre os dois países². No setor privado, investimentos da Petrobrás na extração do petróleo angolano, e da Odebrecht na extração de diamantes, remontam à década de 1980, e resultaram na criação de uma ponte aérea entre Luanda e Rio de

Janeiro, que se tornou a principal forma de entrada da maioria dos imigrantes angolanos no país na década de 1990 (AYDOS, 2010).

O estímulo das relações comerciais entre os dois países aumentou após o final da guerra civil, em 2002, com contínuo aumento da presença de empresas brasileiras em Angola, principalmente nas áreas de construção civil, comércio, indústria, telecomunicações e prestação de serviços.

No que se refere aos deslocamentos de angolanos com destino ao Brasil, verifica-se que esses movimentos, na maioria das vezes, refletem a busca por melhores condições de vida longe de um contexto conflituoso. Apesar da proximidade cultural que os angolanos possuem com o Brasil, em território brasileiro os imigrantes acabam por se deparar com a barreira do preconceito e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, em muitos casos eles passam a viver à margem da sociedade (BAPTISTA, 2007).

Mesmo com a assinatura de um protocolo de paz em Angola (1994) e a consequente diminuição do reconhecimento dos angolanos como refugiados no Brasil, a entrada de imigrantes angolanos no país continuou nos anos seguintes.

É importante também destacar os acordos referentes às Políticas de Cooperação Institucional para a Educação Superior de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), que entre 2000 e 2005 trouxeram ao país 118 estudantes angolanos pelo programa PEC-G (DESIDÉRIO, 2005). Os jovens angolanos que atualmente estudam no Brasil, principalmente nos Estados de São Paulo e Paraná, possuem um compromisso pessoal e institucional de retornar ao seu país de origem, de modo que possam, a partir do conhecimento que adquirem com a graduação, contribuir para a reconstrução do país. Todavia, uma grande parcela desses estudantes hesita em retornar e busca se instalar definitivamente no Brasil ou permanecer no país por mais tempo.

MIGRAÇÃO QUALIFICADA

Com a inserção crescente do Brasil na economia mundial, nota-se que o país atualmente tem apresentado grande demanda por profissionais qualificados, que, na maioria das vezes, o mercado de trabalho nacional não é capaz de suprir. Dessa forma, nos últimos anos observa-se a entrada de um considerável e crescente contingente de imigrantes no país, que passaram de 29.448 em 2007 para 56.066 em 2010 e a 70.524 em 2011, representando um crescimento da ordem de 139% em quatro anos. Dentre estes imigrantes,

² Em 1980 foi firmado o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola. Em 1990 foi firmado um Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola. Em 1996 o Brasil ingressou na Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, quando os acordos de cooperação técnica, científica e social foram ampliados, englobando também o desporto e a cultura.

independente do período, mais de 60% possuía no mínimo o curso superior completo (CNIg-2012).

Há claros indícios do interesse oficial do governo na chamada “migração qualificada”, entendendo-se pelo termo o deslocamento de pessoas com nível educacional superior completo e incompleto. Na atualidade, essa modalidade de migração tem sido recorrente devido às necessidades impostas por um mercado de trabalho cada vez mais globalizado. Atualmente trabalhadores qualificados são de substantiva relevância no que tange à competitividade empresarial na economia mundial, portanto, criar mecanismos capazes de facilitar a mobilidade desses profissionais é de fundamental importância para os países ditos emergentes.

ANISTIAS

... “defendemos que a questão da migração irregular tem aspectos humanitários e não pode ser confundida com criminalidade”.

Com esta declaração, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, em julho de 2009, a lei 1.664/2009, a Lei da Anistia Migratória que autorizou a regularização dos estrangeiros que estavam em situação irregular e tinham entrado no país até 1º de fevereiro de 2009. Não era a primeira vez que o Governo Federal utilizava o mecanismo da anistia para regularizar a situação migratória de estrangeiros no país, mas de forma diversa as outras anistias houve preocupação em facilitar os procedimentos administrativos com a redução do número de documentos solicitados e redução das taxas cobradas.

Este processo de anistia permitiu a obtenção de um visto temporário de dois anos, que, segundo informações do Ministério da Justiça, ao final de 2010, teria beneficiado mais de 42 mil imigrantes em situação irregular, embora a expectativa fosse maior – pelo menos 50 mil, segundo estimativas oficiais, e por outras fontes até 200 mil. (Patarra e Fernandes, op. cit, pag. 208)

Anteriormente, outras anistias já haviam sido implementadas – em 1981, 1988 e 1998. O Acordo bilateral Brasil-Bolívia, firmado em 2005, também facilitou a regularização de imigrantes desse país vizinho. A ampliação do número de acordos bilaterais entre os países do MERCOSUL e associados contribuiu para se concretizar a mais recente ação nesse campo. O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, promulgado em outubro de 2009, que torna possível a residência e o trabalho dos nacionais dos países signatários sem a necessidade de visto prévio. Em 28

de junho de 2011, Peru e Equador passaram a ser, também, signatários deste acordo.

POLÍTICAS E GOVERNANÇA DAS IMIGRAÇÕES ATUAIS

Como vimos anteriormente, observa-se uma mudança crescente de parâmetro das políticas sociais de imigração no Brasil; isso se reflete no encaminhamento (embora tortuoso e lento) do anteprojeto de uma nova lei de estrangeiros revendo a tão ultrapassada Lei 6815, de 1980. A PL 5.655/2009 está em tramitação na Câmara dos Deputados, mas até o presente o Congresso Nacional tem manifestado pouco interesse pela sua aprovação. Um passo foi dado com a realização do já referido seminário “O direito dos Migrantes no Brasil”, organizado por três Ministérios (Justiça, Relações Internacionais e Trabalho) para o encaminhamento dessa nova lei.

As políticas, ações e programas oficiais de governo voltados à questão dos movimentos recentes de imigração de países latino-americanos e africanos (conexão Sul-Sul) vêm transformando a antiga percepção do imigrante como ameaça à segurança nacional e ao trabalhador nativo, rumo a uma postura de maior aceitação e de desenvolvimento de políticas ancoradas na ótica dos Direitos Humanos tal como consagrados internacionalmente, como pode se observar pelas medidas tomadas no Ministério do Trabalho e Emprego. Essas medidas são coerentes com a caracterização do Brasil como país simultaneamente de emigração e de imigração, embora as tendências recentes denotem uma intensificação dos movimentos de entrada de estrangeiros e a diminuição de saída de brasileiros, inclusive com movimentos de retorno, principalmente depois do 11 de setembro de 2001 e reforçados tanto pela crise financeira internacional de 2008 quanto pelas suas consequências que, ainda hoje, são vivenciadas por vários países.

Essa postura é nitidamente reforçada pelas tratativas do MERCOSUL e, mais recentemente, sob a ótica do UNASUL que ganha força na atual conjuntura política em função da política externa brasileira, dos objetivos de integração sul-americana e da crescente liderança do atual governo, no contexto de transformações e novos alinhamentos no âmbito da América do Sul.

No contexto atual os imigrantes, ainda que sem serem vistos com simpatia, incomodam a quem está perto; as imigrações recentes se dirigem predominantemente a São Paulo e Rio de Janeiro, com pequena representação em outros estados; além desse destino preponderante aos grandes centros urbanos, a imigra-

ção preocupa as autoridades no caso das fronteiras: Tríplice Fronteira (MERCOSUL) e Fronteira Norte (Amazonas e Acre) suscitando em ambos os casos decisões políticas específicas.

Nos grandes centros urbanos, a presença dos imigrantes recentes já faz parte do espaço e da vida social e cultural, como é principalmente o caso dos bolivianos em São Paulo que em sua trajetória de aproximadamente 40 anos de imigração já constituem uma comunidade, com suas associações, suas festas, sua cultura, sua comida, etc., numa convivência, se não harmoniosa, pelo menos admitida.

É na situação de trabalho que a vida dos imigrantes se complica, a começar pela burocracia com a obtenção dos documentos de permanência que, apesar das palavras do então Presidente Lula, não resolveu seus problemas, suas carências, suas necessidades, nem menos os problemas da discriminação, exploração e ausência de direitos – que permaneceram intocados com a Lei da Anistia.

Quanto ao acordo bilateral Brasil-Bolívia, o Brasil ofereceu resistências à sua renovação, baseando-se na política de reciprocidade adotada pelo Ministério das Relações Exteriores, com a alegação de que o número de brasileiros que se regularizam na Bolívia é irrisório em comparação com o número de bolivianos regularizados em território nacional. No entanto, estas tensões tendem a perder força, uma vez incluído este acordo de residência no âmbito do Tratado do MERCOSUL e Países Associados.

Há, no entanto, outras razões mais profundas. É preciso levar em conta que esses regulamentos oferecem uma “legalização com os dias contados” – são vistos temporários. A obtenção do documento permanente depende da comprovação de profissão ou emprego lícito, algo distante de uma grande massa de imigrantes em condição precária que ganha a vida em atividades associadas ao mercado informal, como o comércio ambulante e as pequenas confecções.

De um modo geral, nem a saída de brasileiros nem a entrada de estrangeiros no Brasil atual assumem uma dimensão assustadora ou podem colocar em cheque os esforços de desenvolvimento do país; as questões e desafios que cercam os movimentos de emigração e imigração no país, hoje, são outros. Bem como não se pode falar do Brasil como país de imigração ou país de emigração.

Reiterando, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, 268 mil pessoas mudaram para o Brasil na primeira década do século XXI; desse total, 174 mil (65%) são brasileiros que voltaram ao país sendo que o restante (apenas 94 mil) são imigrantes estrangeiros, o que representa muito pouco numa população de 200 milhões de pessoas; as questões e desafios que

cercam os movimentos de emigração e imigração no país, hoje, são outros.

O CASO DOS HAITIANOS³

O caso da vinda de haitianos para o Brasil se reveste de especial importância, pois desde o fim da 2ª Guerra Mundial não se via no país um afluxo tão expressivo de imigrantes, originários do Hemisfério Norte, que chegaram ao país em situação migratória irregular. O desafio colocado por esta situação e a solução encontrada para o problema pelo Governo escudado por parcela representativa da sociedade civil, merecerá em um futuro análise aprofundada e meticulosa. Ao final do episódio mais de 5.000 haitianos deverão ter a sua situação migratória regularizada e foram colocados em marcha, mecanismos, embora passíveis de várias críticas, que permitirão, no futuro, a chegada de imigrantes haitianos de forma regular ao país.

A situação social no Haiti vem desde muito se deteriorando e apresenta-se como uma das maiores catástrofes humanitárias das Américas. Como se não bastasse a crise política que o país vive há mais de 20 anos, situações de extrema gravidade como intempéries climáticas e, mais recentemente, um terremoto, que matou mais de 48.000 pessoas, tem contribuído para a deterioração do tecido social e ampliado a extrema miséria que vive a maior parte da população. Neste quadro, a busca de saídas inclui, naturalmente, a emigração. O Banco Mundial (2011) estima que, aproximadamente, 10% da população do país (1.009.400) tenha emigrado e outras fontes afirmam que a diáspora haitiana já teria passado a casa dos 3,0 milhões de emigrantes (Haitian Diáspora- 2011). Este contingente se espalha pelos Estados Unidos e pelo Caribe, principalmente a República Dominicana.

Neste quadro, a presença do Brasil no Haiti, no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH, iniciada em 2004, foi fator de fundamental importância na inserção do país no quadro dos destinos procurados pelos haitianos que buscavam fugir da miséria e da desordem social. Assim, pouco tempo após o terremoto, acontecido em janeiro de 2010, os primeiros imigrantes começaram a chegar ao Brasil.

O processo de entrada desses imigrantes em território brasileiro é semelhante na quase totalidade dos casos. A viagem começa em Porto Príncipe ou na República Dominicana e por via aérea chegam a Lima,

³ O caso dos haitianos foi estudado em maior profundidade por Fernandes, D (2011)

no Peru, ou em Quito, no Equador, países que não exigiam visto de entrada para os haitianos. Destas duas cidades partem por via terrestre em uma viagem que pode se estender por mais de um mês, ao longo do percurso eles vão alternando trechos percorridos em ônibus e barcos.

Os principais pontos de entrada no Brasil são as fronteiras do Peru com os Estados do Acre e Amazonas. Ao chegarem à fronteira, estes imigrantes apresentam uma solicitação de refúgio, alegando as péssimas condições de vida no Haiti e a impossibilidade de se continuar vivendo naquele país após o terremoto. Sendo o Brasil signatário das convenções sobre o acolhimento de refugiados, as autoridades na fronteira registram estas solicitações e as encaminham ao órgão competente: o Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, do Ministério da Justiça, para análise. Enquanto aguardam a tramitação do pedido de refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória (Cadastro de Pessoa Física - CPF e Carteira de Trabalho) que lhes permite circular pelo país na busca por trabalho.

Por não atenderem aos requisitos do conceito de refugiado previsto na Convenção de 1951 e na legislação nacional, o CONARE não encontra amparo legal para deferir estas solicitações. No entanto, a legislação permite que os casos recusados por este órgão possam ser avaliados no Conselho Nacional de Imigração- CNIg que, por meio da Resolução Recomendada nº 08/06⁴, tem a faculdade de conceder a estrangeiros, por razões humanitárias, vistos de permanência no território nacional.

No entanto esta trajetória não foi a simples aplicação de um dispositivo legal, mas sim um longo percurso onde o papel da sociedade civil, principalmente a Pastoral da Mobilidade Humana, foi fundamental não só no acolhimento destes imigrantes, mas também na mobilização de diversos setores da sociedade, inclusive no âmbito de governos estaduais e Federal. Este trabalho deu os seus primeiros frutos quando em 16 de março de 2011, mais de um ano após a chegada dos primeiros imigrantes ao país, o CNIg concedeu visto de permanência por razões humanitárias a 199 haitianos⁵.

⁴ Art. 1º - Recomendar ao Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, Órgão vinculado ao Ministério da Justiça, o encaminhamento ao Conselho Nacional de Imigração – CNIg, dos pedidos de refúgio que não sejam passíveis de concessão, mas que, a critério do CONARE, possam os estrangeiros permanecer no país por razões humanitárias.

⁵ Até o início do ano 2012 haviam sido concedidos, aos haitianos, 2.296 vistos humanitários e foram expedidas 4.543 carteiras de trabalho atendendo não só aos que já estavam regulares, mas também àqueles que aguardavam parecer sobre o pedido de refúgio.

Esta nova situação, saudadas por alguns como “um momento ímpar vivido pela sociedade brasileira na sua relação com os imigrantes” (Fernandes, Milesi, Faria- 2012 p.82) é muito bem descrito na exposição de motivos que amparou o voto dos conselheiros do CNIg .

Por outro lado, esta atitude longe de contribuir para reduzir o volume de imigrantes, levou à ampliação do número de haitianos que chegavam à fronteira do Brasil. Tal fato colocou em situação de calamidade os municípios fronteiriços que, por conta da sua pouca infraestrutura, não tinham como atender à crescente demanda dos imigrantes em suas necessidades básicas mínimas, enquanto aguardavam o recebimento do protocolo do pedido de refúgio. Neste particular é muito elucidativo o relato apresentado pelo Pd. Geomino, responsável pela paróquia de São Geraldo, em Manaus, local de referência para os haitianos que se dirigiam à cidade uma vez tendo conseguido deixar a cidade fronteiriça de Tabatinga (vide anexo II).

Esta situação chegou ao seu clímax ao final do ano de 2011, quando se estimava que mais de 4.000 haitianos haviam chegado ao Brasil, em uma média diária que chegou a ultrapassar 40 pessoas. Tal quadro dava claras indicações de que este processo passava a se inserir em um contexto mercantil, com a atuação de “coiotes” que facilitavam a vinda dos imigrantes, apresentando falsas promessas de emprego, acenando, em alguns casos, ganhos superiores a USD 2.000,00 ao mês. Ao mesmo tempo, passou-se a observar que nacionais de outros países, principalmente do continente asiático, começaram a utilizar os mesmos pontos de entrada no território nacional e sistemática semelhante de pedido de refúgio.

Ao perceber que o problema poderia tomar proporções de uma crise humanitária nas cidades de fronteira, o Governo entendeu que seria importante estabelecer alguns parâmetros que permitissem de um lado coibir a atuação dos “coiotes” e, de outro, dar, àqueles haitianos que desejassem imigrar para o país, a oportunidade de fazê-lo de forma segura e regular. Com este fim é aprovada, em reunião extraordinária do CNIg, em 12 de janeiro de 2012, a Resolução Normativa nº 97 que estipula a concessão de visto permanente, com prazo de 5 anos, para os haitianos e define a cota de 1.200 vistos ao ano para serem concedidos pela Embaixada Brasileira em Porto Príncipe.

Ainda não é possível avaliar a extensão desta medida de forma concreta. No plano interno algumas instituições manifestaram preocupação com a medida, apesar do reconhecimento da necessidade de uma tomada de posição por parte do Governo. Outras chegaram mesmo a repudiar as ações governamentais, como nota distribuída pela CUT após a publica-

ção da RN nº 97. A questão das cotas para concessão de vistos pode ser considerado um retrocesso quando avaliado à luz da história, pois o país aplicou este mesmo procedimento pela última vez em 1934, no governo de Getúlio Vargas, e deveria, no momento atual, buscar mecanismos que permitissem atender de forma ampla e democrática àqueles que quisessem imigrar. No entanto, fica patente que de forma diversa ao que ocorre em outros países, principalmente da Europa, a solução encontrada garantiu o respeito aos direitos humanos daqueles imigrantes haitianos que já estavam em território brasileiro e conseguiu equacionar a situação daqueles que, em trânsito pelo território peruano, antes da entrada em vigor da exigência de visto para haitianos naquele país, fossem também acolhidos.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVA

Pode-se dizer que o momento atual é de reforço e sedimentação da imagem de país de imigração. Políticas, decretos, regulamentações etc. voltam-se à fixação, ampliação da participação de estrangeiros no país: anistia, aumento de autorizações de trabalho, aumento da cobertura de refugiados, apoio à migração de retorno de brasileiros, etc.

E tudo isso possivelmente mais por interesses políticos do que econômicos: liderança regional e internacional, inserção nos organismos internacionais da globalização.

O Brasil não tem escassez de mão de obra; interessa-se por migração qualificada – aumento das autorizações e trabalho; as mudanças são favoráveis a arquitetura de um país de imigração, com especificidades e preferências para movimentos migratórios de países latino-americanos e países africanos, na ótica do UNASUL e da integração regional com liderança brasileira.

Essas mudanças, portanto, verificam-se muito mais em função do novo papel do país no cenário internacional a busca de uma liderança regional do que por necessidades internas.

A essa situação acresce-se interesse manifestado por parte de empresários na mão de obra qualificada, na qual Portugal tem crescido de forma expressiva. No conjunto, a presença imigratória no país é bastante pequena, portanto a perspectiva é que esse montante tenda a crescer em curto prazo

O caso dos haitianos mostrou outra face; cercado de conflitos, a entrada massiva e calamitosa de haitianos no país desnudou outra situação problemática na qual o país coloca freios e limites, encaminhando-se para uma política de cotas e rígidos procedimentos

para obtenção do visto de permanência provisória no país- “país de imigração pero non tropo”.

Ao final do episódio mais de 5.000 haitianos deverão ter a sua situação migratória regularizada e foram colocados em marcha, mecanismos, embora passíveis de várias críticas, que permitirão, no futuro, a chegada de imigrantes haitianos de forma regular ao país.

Nesse sentido a perspectiva é que o tema passará a fazer parte do cotidiano de muitas áreas do Brasil, tomará conta de debates nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e nas instituições afins; enfrentará a pressão das demandas de grupos sociais organizados e de ONGS, nacionais e internacionais que batalham pela abertura das portas aos imigrantes pobres e vítimas de catástrofes sociais e/ou climáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

- AROUCK, R. Brasileiros na Guiana francesa: Novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia? *Lusotopie*, Pará, v.1, n. 1, p. 67-78, 2000.
- AYDOS, M. e BAENINGER R. The case of forced migration to Brazil. In: XXVI IUSSP International Population Conference. Marrakesh: 2009.
- AYDOS, M. Migração Forçada: uma abordagem conceitual a partir do caso dos imigrantes angolanos no Brasil. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações. Belo Horizonte: 2009
- AYDOS, M. Migração Forçada. Uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2009). Dissertação (Mestrado apresentado no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2010.
- BAENINGER, R. Brasileiros na América do Sul. In: I Seminário sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior: Brasileiros no Mundo, Itamaraty. Rio de Janeiro: 2008
- BAENINGER, R. Brasileiros na América Latina: o que revela o projeto IMILA/ CELADE. In: CASTRO, M. G. (Org.). Migrações Internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.
- BAENINGER, R. e AYDOS, M. População Refugiada. Retrato das condições de vida: famílias em São Paulo e Rio de Janeiro. Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2008.
- BAENINGER, R. e SOARES, W. Perfil Migratório do Brasil. Texto preliminar /OIM. Brasília: 2009

- (mimeo).
- BAENINGER, R. Estrangeiros autorizados a trabalhar no Brasil. In: *Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – Ciência Tecnologia e Inovação. Brasília: 2010, p. 442-507.
- BAPTISTA, D. M. T. Migração na Metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 17, p. 103-118, 2007.
- BARRETO, L. P. Teles Ferreira (org.). *Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas*. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça. 2010.
- BORGES, J. Vítimas da guerra: Brasileiros participam do esforço de reconstrução de Angola. *Revista Problemas Brasileiros*, São Paulo, n. 374, p. 120-131, mar./abr. 2006.
- BRITO, B. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 21, n.1, p. 5-20, 2004.
- CACCIAMALI, M. C. e AZEVEDO, F. A. G. de. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: a situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. In: *Seminário Internacional Trabalho Escravo por Dívida e Direitos Humanos*, GPTEC - Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.
- CAMPOS, A. Anistia não esgota problemas enfrentados por imigrantes. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1712>>. Acesso em: 15 abr. 2011.
- CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO-CNIg Base estatística atualizada. Ministério do Trabalho. Brasília. 2012 40 p. (mimeo)
- DEPARTMENT OF HOME SECURITY - DHS. *Apprehensions by the US Border Patrol: 2005-2008. Fact Sheet*. Washington-D.C. 2009.
- DESIDÉRIO, E. Migração e Políticas de Cooperação: fluxos entre Brasil e África. In: *IV Encontro Nacional sobre Migração*. Rio de Janeiro- RJ: 2005.
- ESTADÃO. Angola atrai cada vez mais brasileiros. Reportagem on line do jornal Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20081012/not_imp258412,0.php>. Acesso em: 14 jun. 2011.
- FAZITO, D. Situação das migrações internacionais no Brasil contemporâneo. In: BRITO, F. e BAENINGER, R. (coord.). *População e Políticas Sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasília-DF: 2008, p. 150-170.
- FERNANDES, D. e NUNAN, C. dos S. A Volta para Casa: a inserção do imigrante internacional de retorno no mercado de trabalho. Um estudo comparativo entre Argentina, Brasil e Paraguai no início do século XXI. In: *III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP*. Córdoba-Argentina: 2008.
- FERNANDES, D e RIGOTTI, J.I Os brasileiros na Europa: notas introdutórias, I Seminário sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior: Brasileiros pelo Mundo, Itamaraty. Rio de Janeiro. 2008.
- FERNANDES, D; MILESI, R e FARIAS, A Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. *Cadernos de Debates nº6* . Instituto Migrações e Direitos Humanos e ACNUR. Brasília. 2012 p 73 a 97.
- FONSECA, D. J. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. *Pro-Posições*, Campinas-SP, v. 20, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2009.
- GARCIA, R. A e SOARES, W. Migração Internacional de Retorno ao Brasil: efeitos diretos e indiretos. In: *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte-MG: 2006.
- HIRANO, F. Y. O Caminho Para Casa: o retorno dos dekasseguis. *Textos NEPO - UNICAMP*. Campinas-SP: 2008.
- IMDH. Instituto Migrações e Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/IMDH/default.aspx>>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- IOTTI, L. H. A política imigratória brasileira e sua legislação - 1822-1914. In: *X Encontro Estadual de história. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional*. 26 a 30 de jun. Santa Maria-RS: 2010.
- JUILUT, L. L. e APOLINÁRIO, S. M. O. S. A Necessidade de Proteção Internacional no Âmbito da Migração. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 275-294, 2010.
- KALY, Alain Pascal. À procura de oportunidades ou desembarque por engano. *Migrações de africanos para o Brasil*. In: CRUZ PAIVA O. da (org). *Migrações Internacionais. Desafios para o Século XXI*. São Paulo: Memorial do Migrante, 2007, p. 99-142.
- MAIA, A. O. Brasileiros no mundo: o ambiente mundial das migrações e a ação governamental brasileira de assistência a seus nacionais no exterior. In: *I Conferência Sobre as Comunidades Brasileiras: Brasileiros no mundo*. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília: 2009, p. 25-46.
- MARTES, A. C. B. e FAZITO, D. Emigrações,

- Diáspora e Remessas. Projeto Brasil – OIM. Relatório Final de Consolidação. 2009.
- MILESI, R. Por uma nova Lei de Migração: a perspectiva dos Direitos Humanos. Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH. Brasília: 2007.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE. Brasileiros no Mundo: estimativas. 2a ed. Brasília: 2009.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Contribuições para a Construção de Políticas Públicas voltadas à Migração para o Trabalho. In: Diálogo Tripartite sobre Políticas Públicas de Migração para o Trabalho. 25 a 28 de ago. São Paulo: 2008.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. MERCOSUL e as migrações: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas públicas regionais de integração. Brasília: 2008.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Visto de trabalho para estrangeiro é concedido em menos de 20 dias. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/visto-de-trabalho-para-estrangeiro-e-concedido-em-menos-de-20-dias.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2011.
- MOREIRA, K. C. P e VACA, L. E. A. Análise da Migração Internacional na Amazônia Peruana no Contexto da Globalização. In: Anais do XVI Encontro nacional dos Geógrafos. Porto Alegre-RS: 2010.
- OLIVEIRA, L. L. O Brasil dos Imigrantes. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.
- OLIVEIRA, M. M. de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 183-196, maio/ago. 2006.
- OLIVEIRA, M. M. de. Feminilização e Vulnerabilidades da Migração Internacional na Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia. In: Simpósio Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Florianópolis: 2008a.
- OLIVEIRA, M. M. de. Migrações Fronteiriças: Uma Reflexão Necessária no Amazonas. In: Anais V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil. Salvador-Bahia: 2008b.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM. Perfil Migratório do Brasil 2009. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento-CNPd. Ministério do Trabalho. Brasília: 2010.
- PATARRA, N. L. e BAENINGER, R. Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica - Brasil no MERCOSUL. In: I Congresso da Associação Latino Americana de População - ALAP. Caxambu-MG: 2004.
- PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.
- PATARRA, N. L. Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 7-24, maio/ago. 2006.
- PATARRA, N. e FERNANDES, D. Desenvolvimento e migração IN CHIARELLO, L. M. (org) Las Políticas Públicas sobre Migraciones y la Sociedad Civil em América Latina. Cap. II Políticas Públicas e Migração Internacional no Brasil. Scalabrin International Migration Network. New York. 2011 pp 160-194.
- PETRUS, M. R. Emigrar de Angola e Imigrar no Brasil. Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história(s), trajetórias e redes sociais. Dissertação (Mestrado apresentado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2001.
- PINTO, M. de J. de S. O Fetiche do Emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém-PA: 2008.
- RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação. Fundação Calouste Gulbenkian. 2005.
- RIBEIRO, J. T. L. Migração Internacional Brasil África: Angola em destaque. In: PATARRA N. L. (org.) Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. 2 ed. Campinas: FNUAP/NESUR/NEPO, 1996, p. 122-132.
- RIPOLL, E. M. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 151-165, 2008.
- ROCHA, L. Refugiados haitianos na Amazônia preocupam governo. Revista Época, 28 de jan. Disponível em: <<http://colunas.epoca.globo.com/politico/2011/01/28/refugiados-haitianos-na-amazonia-preocupam-governo/>>. Acesso em: 19 jun. 2011.
- ROSSI, P. L. Remessas de Imigrantes Brasileiros em Portugal: Inquérito por Amostragem a Imigrantes Brasileiros em Lisboa, Porto e Setúbal. Lisboa: SOCIUS Working Papers, 2004.

- SALES, T. e BAENINGER, R. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, n. 36, p. 33-44, 2000.
- SILVA, P. O. da. Aspectos gerais da migração fronteiriça entre Brasil e Bolívia. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu-MG: 2008.
- SIMAI, S.; BAENINGER, R. Racismo e sua negação: o caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, n. 66, p. 15-23, 2011.
- SIQUEIRA, S. Emigração Internacional e o Retorno à Terra Natal: realizações e frustrações. In *Anais do XV Encontro Sobre Migrações*. Campinas-SP: 2007.
- SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: PACELLI FERREIRA, A.; VAINER, C.; PÓVOA NETO, H.; DE OLIVEIRA SANTOS, M. (Orgs.). *Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 267-290.
- SPRANDEL, M. e PATARRA, N. Projeto: perfis migratórios. Brasil. Texto preliminar/OIM. Brasília: 2009 (mimeo).
- TEIXEIRA, H. D. D. Uma visão perspectiva das leis de restrição à imigração no Brasil (1920-1940). In: XIII Encontro de História - Anpuh. 04 a 07 de ago. Rio de Janeiro: 2008.
- VALLER Filho, W. O. Brasil e a Crise Haitiana: A cooperação técnica como instrumento de solidariedade de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007.
- VILLA, M. e MARTINEZ, J. Tendencias e Patrones de la Migración Internacional en America Latina y Caribe. In: *Simposio sobre Migraciones Internacionales en las Americas*. OIM/CEPAL-CELADE/FNUAP. Costa Rica: 2000. ■

Marco Antônio Couto Marinho
Robson Sávio Reis Souza

Uma proposta analítica sobre a

expansão do sistema prisional no Brasil e seus rumos para o século XXI

Resumo

O artigo propõe uma reflexão sobre a atual expansão prisional brasileira, através de dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, principalmente, evidenciando os fatores que possivelmente impactam mais tal expansão. Discute como o aprisionamento em massa reflete as condições de desigualdade social e, além disso, como os espaços prisionais representados por grandes estabelecimentos localizados em áreas periféricas metropolitanas pouco contribui para a reconciliação entre o condenado e a sociedade. Assim, percebe-se uma situação viciada na qual a reprodução dos meios que sustentam a desmedida expansão prisional são discordantes aos preconizados pela justiça criminal.

Palavras-chave: Sistema prisional; Desigualdade social; Justiça criminal.

Abstract

The paper proposes a reflection on the current expansion Brazilian prison, using data from the National Penitentiary Department of the Ministry of Justice primarily highlighting the factors that possibly more impact such an expansion. Discusses how the mass incarceration reflects the conditions of social inequality and moreover, as represented by large spaces prison establishments in outlying metropolitan areas contributes little to the reconciliation between the offender and society. Thus, we find a situation in which addicted playback factors that support the rampant expansion prison disagree with those recommended by the criminal justice system.

Palavras-chave: Prisons; Criminal justice; Social inequality.

Marco Antônio Couto Marinho

é geógrafo; especialista em Segurança Pública; mestrando em Ciências Sociais PUC Minas e pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

coutomarinho@gmail.com

Robson Sávio Reis Souza

é filósofo, especialista em criminalidade e segurança pública; mestre em Administração Pública; doutorando em Ciências Sociais PUC Minas; pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

coutomarinho@gmail.com

PANORAMA GERAL DA EXPANSÃO

Nas últimas décadas observamos uma expansão expressiva do Sistema Prisional no Brasil: em 1995 eram 148.760 mil presos no país; em 2010 havia 494.598 mil pessoas detidas em penitenciárias e delegacias (DEPEN, 2011). Tal contingente de presos elevou de sétima, em 2007, para terceira, em 2010, a posição do Brasil no *ranking* mundial de população carcerária, perdendo apenas para os Estados Unidos e a China segundo informações do Centro Internacional de Estudos Prisionais do *King's College*¹ (Londres). Pelo Gráfico 1, a seguir, podemos visualizar os dez países que possuíam maiores populações prisionais, em 2010:

O gráfico II aponta o vertiginoso crescimento da população de presos no Brasil² em 20 anos, com um

¹ Para maiores informações sobre o ICPS - King's College, International Centre for Prison Studies consultar o site: <http://www.kcl.ac.uk/schools/law/research/icps>.

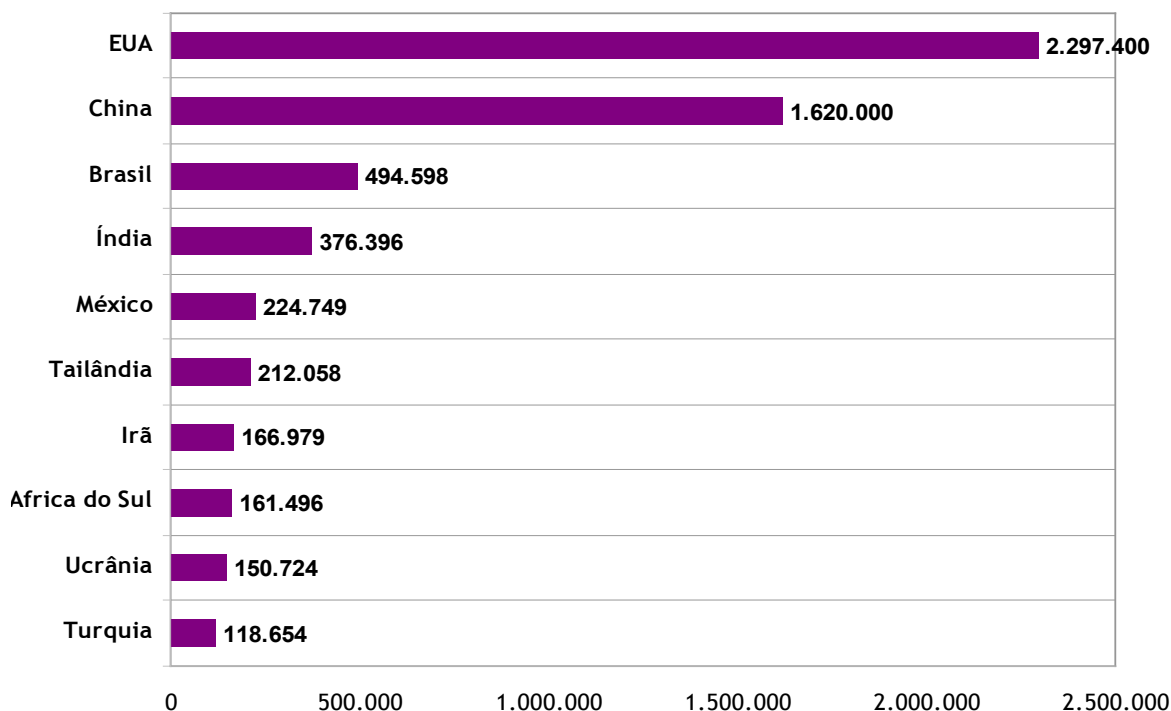
² Segundo a definição disponível pelo DEPEN (2011), no Brasil, os estabelecimentos prisionais são classificados como: Cadeias Públicas ou Similares; Casa de Albergado; Centro de Observação; Colônia Agrícola, Industrial ou Similar; Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico; Penitenciárias, estas unidades prisionais são administradas considerando o sexo, o tipo de regime de pena privativa de liberdade e o número de vagas – como determina a Constituição Federal Brasileira o Código Penal e a Lei de Execuções Penais.

incremento de 450%. Pode-se observar que a partir de 2002 há uma aceleração na curva ascendente de crescimento. Considerando-se essas duas décadas, os Estados Unidos, no mesmo período, cresceram 77%, China, 31% e Rússia, 17%. Enquanto a população carcerária brasileira (de 1990 a 2010) mais que quintuplicou, o crescimento nos países citados nem sequer dobrou (Gomes, 2011).

A literatura especializada, de um modo geral, aponta que após a redemocratização política no Brasil, durante a década de 1990, a instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) sobre o sistema prisional colocou em evidência as situações deploráveis relacionadas tanto às questões de infraestrutura física, quanto à desumanidade de tratamento dado aos apenados. As CPI's tiveram assim um papel importante, no sentido de mobilizar agentes públicos e sociedade civil quanto aos problemas estruturais do sistema prisional brasileiro. Claro que, a intensidade e os níveis de gravidade de tais problemas variavam entre as UF's e grandes regiões geográficas do país.

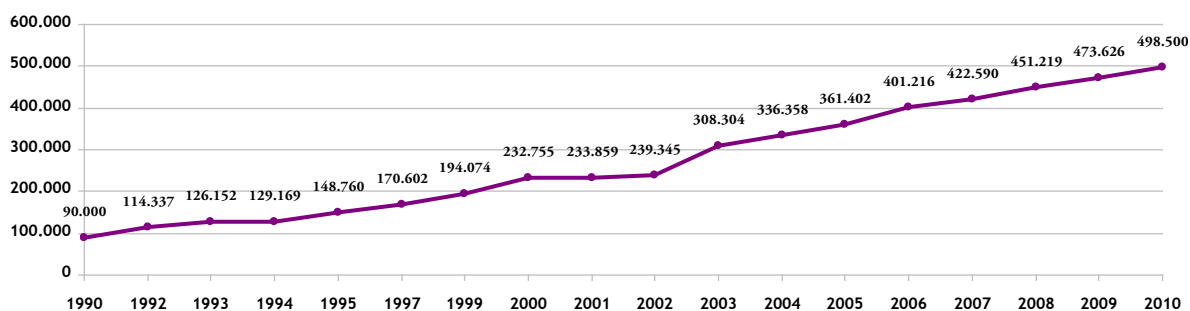
Em Minas Gerais, por exemplo, o relatório final da CPI do ano de 1997 levantou inúmeras irregularidades, destacando os problemas relacionados à distribuição e ocupação de vagas decorrentes tanto da subutilização dos presídios e déficit dessas vagas como da superlotação carcerária em delegacias (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 1997, pg. 36, 37 e 38). Esse descompasso na distri-

Gráfico 1 - Ranking 10 países com maior população prisional - 2010



Fonte: Lista Mundial da População Carcerária (8ª edição) - ICPS/King's College (2011).

Gráfico 2 - Evolução da População Carcerária Brasileira (1990 - 2010)



Fonte: ILFG, com dados atualizados até 07/Out/2010 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

buição da população prisional em Minas Gerais, de contenção “preferencial” dos condenados e dos presos provisórios em delegacias, era observado também nos demais estados membros da Federação e tornava evidente a necessidade de ampliação das vagas penitenciárias e a necessidade de se repensar o modelo penal e prisional. As CPI’s prisionais provocaram, dentre outras discussões e ações, uma pressão imediata no sentido de aumentar as vagas penitenciárias para a realocação dos presos retidos nas delegacias. Tal medida se fazia necessária, pois, além das delegacias de polícia não oferecerem condições mínimas de infraestrutura e tratamento para o cumprimento da Lei de Execução Penal (LEP) de julho de 1984, tais espaços não podiam suportar o grande e crescente contingente de condenados e de presos provisórios. Não adentraremos ainda nos pormenores de tal quadro, mas adiantamos que, apesar de necessária, tal medida mostrou-se insuficiente para produzir as condições mínimas para a aplicabilidade da LEP (1984).

Apesar da crescente expansão das vagas penitenciárias, em 2010 ainda nota-se o expressivo número de presos em delegacias de polícia: aproximadamente 57.195 pessoas, ou seja, 12% do total de apenados (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010). Pelo gráfico

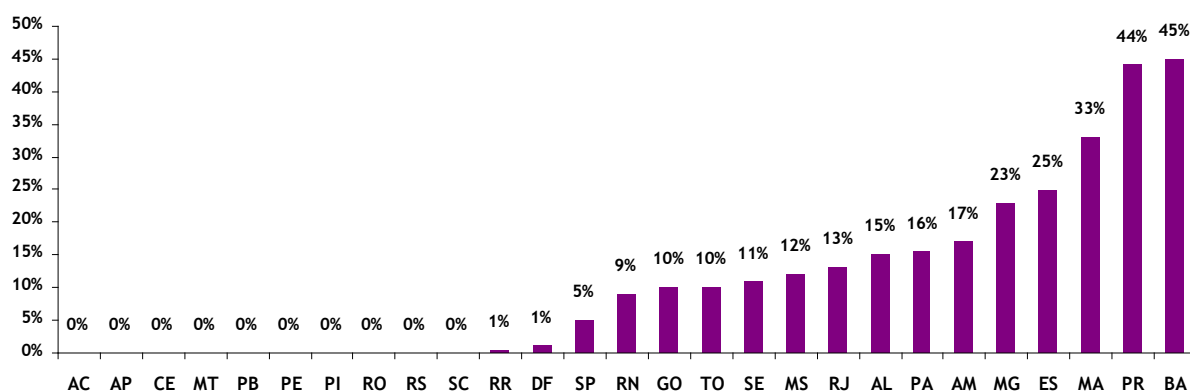
seguinte, vemos a distribuição proporcional da população carcerária retida em delegacias por estados-membros da federação:

O gráfico III apresenta, ainda, uma situação bastante desigual entre os estados, sendo que, em alguns, o contingente de apenados retidos em delegacias ainda é bastante expressivo: a Bahia (45%), o Paraná (44%), o Maranhão (33%), o Espírito Santo (25%) e Minas Gerais (23%). Apesar disso, segundo os dados do Ministério da Justiça (2010) notamos que, dentre as 27 unidades territoriais consideradas no gráfico supracitado, apenas 5 delas tinham aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total de apenados retidos em delegacias. Outro problema apontado por esse dado é qualidade das informações disponíveis, pois, mostram-se bastante questionáveis os casos das UF’s cujo percentual é de 0% de pessoas retidas em delegacias.

A seguir, mostramos a proporção de apenados em delegacias por meio de projeção cartográfica, possibilitando assim uma visualização espacial por grupos de UF’s.

Pelo mapa identificamos que, somente entre os estados da região sudeste (MG, ES, RJ, SP) havia UF’s cujo percentual de presos em delegacias era superior ao grupo com menores percentuais (de 0 até

Gráfico 3 - Percentual de apenados em delegacias por estado federativo - Brasil - set.2010

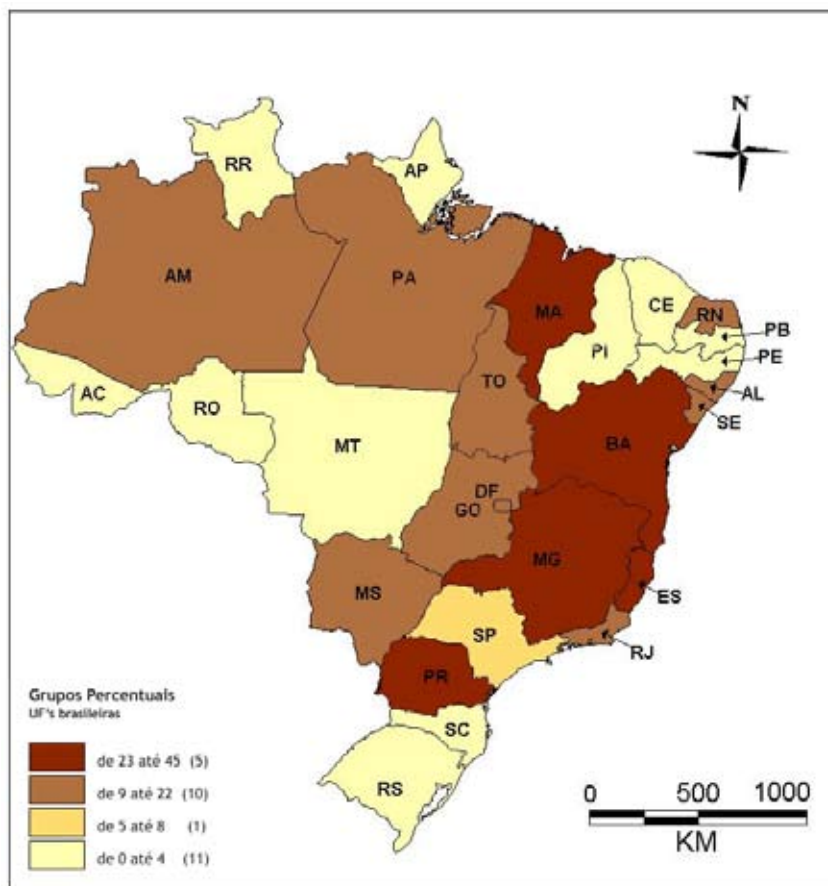


Fonte: Ministério da Justiça, set. 2010. Elaborado pelos autores.

4%). Levantamos através dessa última informação a hipótese de que, por se tratar da região que concentra o maior desenvolvimento econômico e urbano do país, a região sudeste apresenta menos problemas quanto aos registros desse dado. Expressamos, dessa maneira, desconfiança quanto à consistência plena do dado das UF's cujo percentual de presos em delegacias em 2010 foi igual ou inferior a 4%.

Ao destacarmos alguns dos principais problemas relacionados à permanência de apenados em delegacias, reiteraremos a relevância desse dado e a preocupação quanto à sua consistência, como: superlotação, ausência de atendimento médico básico aos apenados, deslocamento precário de função de operadores da segurança pública (como os policiais que deixam de cumprir suas funções básicas para atuarem como agentes penitenciários), ausência de infraestrutura necessária à realização de atividades físicas e recebimento de visitas por parte dos presos, etc. Por outro lado, a mera transferência de apenados para estabelecimentos prisionais per se não produz os meios necessários para a aplicação da Lei de Execução Penal de julho de 1984. Pois, em tais espaços reproduzem-se os mesmos problemas – superlotação ou número inadequado de apenados por celas, maus tratos, tortura, abusos sexuais e inadequações de toda ordem – impossibilitando em grande medida a readaptação à vida social por parte dos apenados. Tais situações, infelizmente, se reproduzem em nosso país, não sendo restritas à prisões específicas de determinadas regiões ou UF's, e por isso fazem emergir algumas indagações acerca da legitimidade da recente expansão prisional brasileira: de que maneira expande o sistema? Quais os mecanismos que pressionam a expansão desse sistema?

Adiantamos que as respostas possíveis às indagações colocadas não poderão ser exatas nem simples, apesar das situações serem relativamente semelhantes devido à natureza dos problemas apresentados, pois há uma diversidade muito grande de contextos



Mapa 1 - Percentual de apenados em delegacias por UF - Brasil - set.2010

nas quais elas emergem. Somos um país continental, com regiões cujos contextos políticos, históricos e culturais são próprios e diversos. Dessa forma, com o intuito de contribuir para a compreensão do problema prisional, numa escala nacional, realizamos um esforço analítico no sentido de condensar e sintetizar um pouco essa diversidade através de alguns aspectos que consideramos como mais comuns e presentes em todo o contexto. Nesse sentido, selecionamos alguns fatores considerados por nós como os mais impactantes para compreensão desse quadro no Brasil, três fatores que alimentam a expansão prisional, denominados como os *inputs* de tal sistema, expostos através do diagrama seguinte.

Ao centro do diagrama uma bolha, representada pelo Sistema Prisional Brasileiro e, nas extremidades, três mecanismos estruturais que alimentam tal bolha: o tradicionalismo penal/punitivo; a ineficiência na reinserção social do condenado/ reincidência criminal e os presos provisórios.

Reiteramos que nosso objetivo com a construção desse diagrama é de tentar elencar alguns dos fatores que têm pressionado a expansão prisional brasileira e, através deles, traçar um pouco o perfil desse movimento, ou seja, da dinâmica expansionista prisional, em nosso país. Para isso, abordaremos sobre

Fonte: Ministério da Justiça, set. 2010. Elaborado pelos autores.

cada um desses três grandes *inputs*, ou seja, desses mecanismos que, imbricados, alimentam a expansão e a reprodução de um sistema prisional que paradoxalmente congrega socialmente tanto os aspectos mais amplos da cultura punitiva brasileira (“mais sensível” aos atos delitivos cometidos por pessoas pertencentes a grupos ou classes sociais em situação de desvantagem socioeconômica), como as tendências internacionais de valorização da pessoa humana preconizadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

PRESOS PROVISÓRIOS

O primeiro fator, e que tem um peso relevante na expansão da população prisional corresponde ao *input* dos presos que são provisórios: em 2010, eles representavam 44% do total da população prisional brasileira, ou seja, 219.274³ pessoas aguardando na prisão o julgamento de seus processos (CNJ, 2010). Reiteramos que, como mencionado anteriormente, os *inputs* funcionam de forma imbricada. Juntos produzem tanto a eles próprios como a expansão prisional brasileira.

O elevado número de “presos provisórios” evidencia outro problema relacionado ao processo punitivo em nossa sociedade, a morosidade e as limitações técnicas e processuais do sistema penal judiciário bra-

³ Quanto ao peso dos demais *inputs*, elencados no diagrama, não serão apresentados com essa mesma precisão estatística devido à indisponibilidade e até mesmo inexistência de dados mais sistematizados e padronizados em esfera nacional. Com isso, faremos o uso, também, de informações específicas sobre alguns estados, principalmente Minas Gerais, por exemplo, para o desenvolvimento da abordagem pretendida para o presente texto.

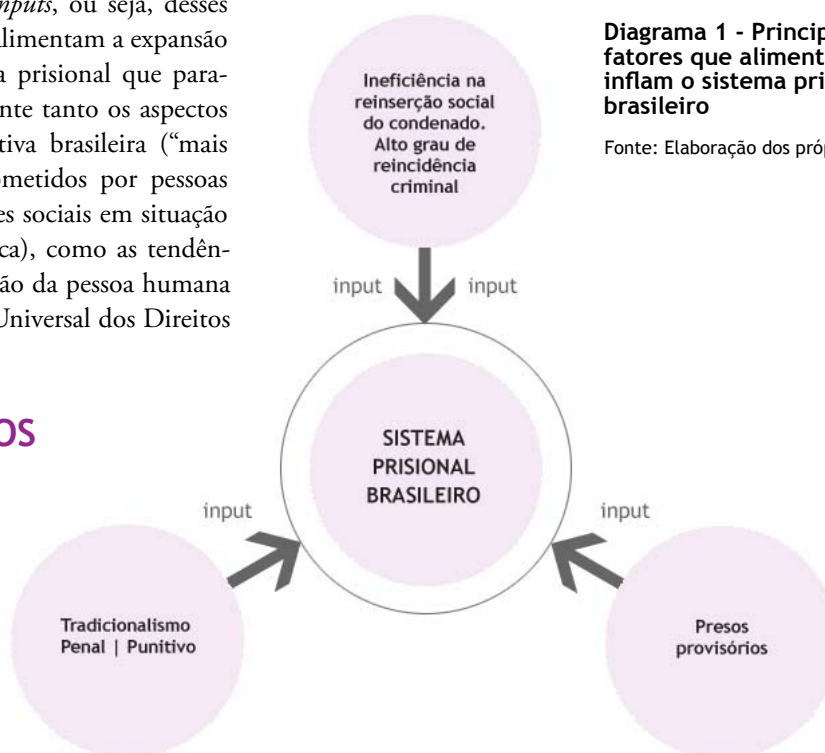


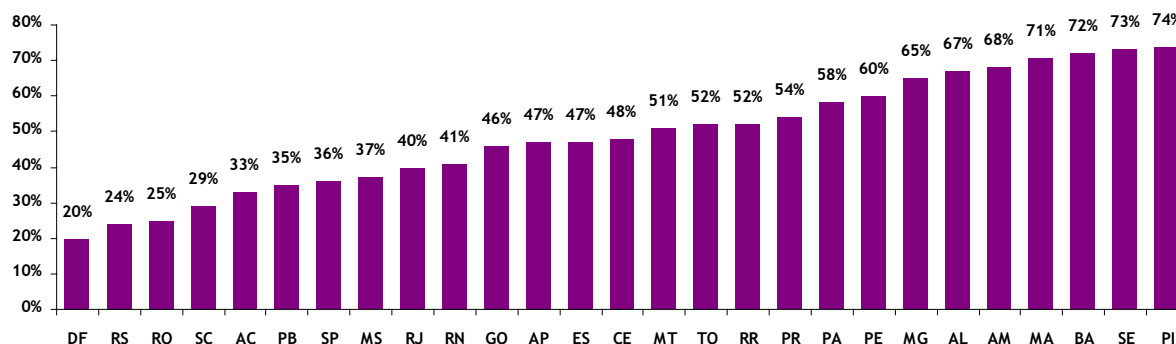
Diagrama 1 - Principais fatores que alimentam e inflam o sistema prisional brasileiro

Fonte: Elaboração dos próprios autores.

sileiro. Pelo gráfico seguinte é possível termos uma ideia de como a quantidade expressiva de “presos provisórios” difunde-se entre os estados brasileiros, apresentando-se como problema de abrangência ampla e de intensidade alta em todo o território nacional.

Em 2010 o “percentual de presos provisórios” no país era de 44%, sendo que, entre os 27 territórios (incluindo o Distrito Federal), 17 tinham um contingente de “presos provisórios” acima de 44%, ou seja, em tais estados praticamente metade das pessoas presas ainda aguardavam o término do julgamento. E o mais preocupante é que, mesmo os estados que estavam abaixo da média nacional, considerada como muito alta, tinham em torno de ¼ da população de apenados em condição de “preso provisório”, sendo que apenas o Distrito Federal apresentava um percentual levemente menor, com 20% de apenados

Gráfico 4 - Percentual de apenados em delegacias por estado federativo - Brasil - set.2010



Fonte: Ministério da Justiça, set. 2010. Elaborado pelos autores.

provisórios.

Entre os anos de 2003 até 2007, de acordo com os dados do Depen (2008), o “percentual de presos provisórios” subiu 88,8%, de 67.549 para 127.562 apenados. Segundo Carvalho Filho (2002) o destino de grande parte das pessoas que aguardam o julgamento em prisão tem sido o esquecimento, que pode durar anos, sendo que em muitos casos os acusados permanecem nessa situação por um tempo superior ao da pena prevista pelo crime de que é suspeito de autoria.

INEFICIÊNCIA NA REINserÇÃO SOCIAL E REINCIDÊNCIA CRIMINAL

Outra dimensão perversa e que contribui para inflar o sistema prisional brasileiro, e para manter elevadas as taxas de criminalidade e a sensação de insegurança pública, corresponde ao fato de muitos ex-condenados não conseguirem uma reinserção social por vias que não sejam criminosas. A questão da reincidência criminal, decorrente do atual modelo de punição prisional vigente em nosso país – que extrapola, e muito, o previsto pelo Código Penal, pois inclui práticas ilegais e degradantes como tortura, abuso sexual, humilhações, assédios morais, etc. – apesar de se constituir como um problema evidente ainda é pouco explorada. E isso se dá principalmente pela escassez de informações que possam oferecer aos estudos e pesquisas meios de mensurar com mais precisão a proporção de ex-apanados que reincidem ou não. Dessa forma, boa parte da percepção sobre a reincidência criminal parte mais de observações empíricas e constatações relativamente óbvias decorrente das condições gerais nas quais se encontram as penitenciárias brasileiras. Desse modo, corroborando com Paixão (1991), há um consenso na literatura especializada de que, sem sombra de dúvidas, o modelo punitivo vigente ancorado no sistema prisional atual seja mais propício à formação e cristalização de carreiras criminosas que a reabilitação moral e social da pessoa condenada criminalmente.

Apesar da ausência de tradição, em nosso país, na produção de dados sistemáticos e que possam mensurar o peso da reincidência criminal no contexto nacional ou estadual atual, corroboramos com as premissas de Leal (2001) de que as prisões têm sido mais um meio de aperfeiçoamento no crime que um ambiente de adequação para a vida social em liberdade. Tal situação contraria os objetivos estabelecidos pelo Código Penal e pela Lei de Execução Penal às penas privativas de liberdade: de retribuição, preven-

ção e reinserção social do preso. Por outro lado, questionamos: que tipo de privação é essa que poderia proporcionar uma reconciliação entre o condenado e a sociedade?

Diante da falta de informação confiável, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, no início deste ano, realizar uma pesquisa para verificar o grau de reincidência no crime de ex-presidiários. A pesquisa será feita junto aos tribunais de Justiça e secretarias de Justiça dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, porque concentram a maior população carcerária. Devido à complexidade para levantar as informações, o CNJ estima que será necessário um prazo de aproximadamente dois anos para concluir o trabalho. Contudo, até o momento, várias estimativas, sem bases concretas, afirmam que 70% dos ex-detentos voltam ao crime.

TRADICIONALISMO PENAL / PUNITIVO

O tradicionalismo punitivo incide sobre uma esfera extremamente relevante da expansão prisional e reflete de alguma maneira o senso de justiça predominante em uma sociedade. Quando propomos a nomenclatura “tradicionalismo” estamos justamente evidenciando a permanência, ao longo dos tempos, na sociedade brasileira, de uma dimensão ou esfera jurídica que pune desigualmente os desiguais⁴, ou seja, uma justiça de “balança” desequilibrada que tendeu, e tende ainda, a ser muito mais severa com os delitos cometidos por algumas parcelas da população. Essa seletividade punitiva demonstra claramente, também, uma insensibilidade em relação à finalidade da pena privativa de liberdade. Assim, os grupos mais vulneráveis da sociedade caíram na malha do sistema prisional, pois, são justamente os grupos com menor poder para recorrer às injustiças sofridas depois de preso, como estupro, extensão indevida/ilegal do tempo de cárcere, assédios de todos os tipos, insalubridades etc. Tal seletividade tem relação inclusive moral, ao determinar os comportamentos tipificados como crimes passíveis de punição com privação de liberdade como, por exemplo, a Lei 6.368, de 21 de outubro de 1976, que determinava prisão de usuários de drogas ilícitas. Apesar de superada recentemente, pela lei 11.343/06, pode-se dizer que muitas pessoas já foram presas ou sofreram constrangimentos penais devido ao uso ou dependência de substâncias entor-

⁴ Sobre esse tema Ver Augusto Thompson: A questão penitenciária. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

pecentes ilegais.

Sobre essa última menção, no sentido de os apenados “apodrecerem” nas prisões, registrem-se algumas ressalvas e críticas sobre os direitos previstos em lei e o tratamento geral dado aos apenados. Quanto a isso, reconhecemos uma imensa evolução no campo jurídico normativo sobre o modo de aplicação das penas e acautelamento dos condenados. Desde a Constituição Imperial de 1824 que determinava para as cadeias ambientes seguros, limpos e bem arejados e, além disso, “diversas casas para a separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza dos seus crimes”, até o Código atualmente em vigor de 1940⁵, há uma preocupação normativa que não tem se efetivado na aplicação prática penal. Deste modo, corroboramos com Oliveira (1997), reafirmando que as penalizações sofridas pelos apenados tornam-se desproporcionais aos crimes cometidos à medida que, na prática, distanciam-se daquilo que é previsto em lei.

O tradicionalismo punitivo ao qual nos referimos fundamenta-se em um sistema de justiça de estrutura precária, cuja quantidade de profissionais e de estabelecimentos de natureza punitiva necessários ao atendimento é aquém da demanda crescente e é sustentado por um conjunto de “normas” e leis penais que propiciam a seletividade do sistema. Sem aprofundarmos sobre tal questão, pois não é nosso interesse aqui desdobrá-la ao máximo, apontaremos duas maneiras pelas quais a seletividade contribui para o inchaço populacional e homogeneização do perfil socioeconômico presentes no sistema prisional brasileiro: a) a precariedade de atendimento aquém da demanda faz com que as pessoas com acesso precário aos mecanismos de justiça formal tenham que recorrer a outros meios para resolução dos seus conflitos interpessoais e sociais como a “violência”, por exemplo, e a partir disso um caso que deveria ter sido resolvido legalmente vem a tornar-se crime; b) a seletividade punitiva produz impunidade, ao tornar branda ou nula a punição daqueles que podem pagar “bom advogado”; tal situação gera, de alguma maneira, pressão punitiva sobre aqueles com menos recursos para se defenderem e, para esses últimos a justiça tem sido mais “eficiente”. Essa situação parece estar tão solidificada em nossa sociedade que dispensa os exemplos dos casos nos quais “barões” saem

impunes: basta mostrar os dados do Depen (2011) de Minas Gerais: em 2009, 72,8% dos presos tinham ensino fundamental incompleto e apenas 0,3% ensino superior completo ou pós-graduação. Ou seja, os “bem formados” não cometem crimes? Ou será que para eles existem mais meios de se livrarem da pena privativa de liberdade?

Os dados do Depen (2011) evidenciam um viés na capacidade punitiva do sistema de justiça, percebido pelo perfil dos presos. Corroborando com Sá (1996), a reprodução da desigualdade social brasileira nos presídios é evidente tanto pelo perfil quanto pelo péssimo tratamento dado aos sentenciados, apesar dos direitos civis resguardados pelo artigo 41 da Lei de Execução Penal/ Lei nº 7210/84 (BRASIL, 2010). Além disso, como mostra Carvalho Filho (2002), a Defensoria Pública contribui pouco para o atendimento jurídico de réus, sendo mais presente nos casos cíveis.

Outro problema derivado do tradicionalismo punitivo, que será tratado de modo mais intenso pelo presente texto, refere-se à baixa capacidade ou inabilidade para aplicação de penas alternativas. Nesse sentido, como em Muñoz Conde (2009), ressaltamos a necessidade de se reservar ao Direito Penal apenas os casos mais graves, os bens jurídicos mais importantes enquanto as perturbações mais leves são objeto jurídico de outros campos do Direito. Como atesta Dotti (1998, p. 94) “a pena privativa de liberdade nas formas de reclusão, ilícitos graves, e detenção, para os ilícitos menos graves, se mantém como a coluna vertebral do sistema.”. Essa situação é também notada como consequência da Lei de Crimes Hediondos de 1990, que impede a concessão de liberdade sob o pagamento de fiança para uma série de crimes como, por exemplo, tráfico de drogas, homicídio, estupro e assalto a mão armada.

CONSIDERAÇÕES

Os investimentos na ampliação do número de vagas prisionais geralmente se baseiam em argumentos relacionados aos problemas de aumento da criminalidade e impunidade dos agressores bem como os gerados pela superlotação de cadeias como rebeliões e fugas (SÁ, 1996). A atual situação prisional brasileira, além de produzir uma pressão sobre o próprio sistema, repercutindo numa expansão desmedida do mesmo, torna-o perverso, meramente punitivo e incapaz de promover aos condenados a possibilidade de retorno ao convívio em sociedade. Outro revés decorrente da ineficiência para a reabilitação dos condenados é justamente o de tornar a criminalidade um proble-

⁵ O Código atual mantém os tipos de pena – reclusão, detenção e multa – porém, com as seguintes formas de cumprimento da pena, de acordo com o art. 33: regime fechado, regime semiaberto e regime aberto. Com a reforma de 1984, foi possível substituir por multa ou por penas restritivas de direitos os delitos de menor gravidade.

ma crônico, gerando ônus social de todas as ordens e em ritmo crescente, como uma bola de neve (SÁ, 1996). Apesar da hipótese levantada por Goertzel e Kahn (2007), por exemplo, de que o fortalecimento do sistema prisional e penitenciário contribuiu para o declínio das taxas de homicídio em São Paulo, consideramos que ocorreu apenas um arrefecimento temporário que não atinge as causas primárias do problema. Ou seja, expandir o sistema prisional *per se* não é garantia de segurança pública nem de diminuição do problema da violência.

Verificamos então que, no Brasil, apesar das mudanças na justiça penal, principalmente nos modos de punição, ter seguido um movimento semelhante ao descrito por Michel Foucault, em *Vigiar e Punir* (1987), do suplício – a exemplo do esquadramento por parricídio – pelo aprisionamento, o sentido de punição continua a ser mais contundente que o de reconciliação. De um modo geral, a pena prisional tem produzido muito mais um efeito punitivo, no sentido de destruição da integridade do indivíduo condenado, devido às péssimas condições e inadequações do tratamento dado aos presos, que correccional visando reconciliar a sua relação com o corpo social mais amplo (OTTOBONI, 2006).

Questionamos, assim, de que forma a atual expansão do Sistema Prisional representaria ou não uma alternativa para a segurança pública? Sob quais aspectos dessa realidade penal a segurança pública e a cidadania poderiam ser substancialmente contempladas? Primeiramente reconhecemos que a punição deve cumprir um papel reconciliador entre sociedade e pessoa presa e, para isso, tratamentos coerentes aos princípios da Lei de Execução Penal e da Declaração Universal dos Direitos Humanos são percebidos como fundamentais. Para isso, é necessário também que a sociedade, e que a opinião pública, perceba como legítimo o tratamento humanitário aos presos e isso depende da participação da comunidade na realidade prisional, condição necessária para derrubar mitos, estereótipos e preconceitos e outras representações sociais estigmatizantes relacionadas à imagem do preso. Por outro lado, a pena privativa de liberdade tem representado no modelo prisional tradicional uma dimensão amplamente excludente, na qual o apenado não é apenas privado da vida em sociedade, mas é literalmente apartado dela, e nesse processo o espaço assume papel chave. E isso tem relação tanto com o porte quanto com a localização das penitenciárias. A localização geográfica penitenciária é, geralmente, determinada em função do valor da terra, legislação de uso do solo e, além disso, a escolha das áreas também leva em conta os níveis baixos de urbanização das áreas, ou seja, tende a ser em espaços “isolados”.

Há assim, sem dúvida, uma série de fatores que determinam a localização dos presídios, um deles é emblemático e se refere ao rótulo de “espaço indesejado”. Geralmente a população de um determinado lugar não deseja ter um presídio na vizinhança. A presença de presídios também repercute negativamente no mercado imobiliário, dificilmente uma área na qual haja presídios será foco de investimentos urbanísticos e imobiliários expressivos. E, se a expansão continuar nesse sentido, pouco o Estado estará cumprindo o seu papel, previsto por lei, pois continuará a distanciar a sociedade daqueles que cumprem penas e assim, pouco contribuirá para a reconciliação entre ambos.

Atualmente no Brasil experiências como o modelo de aprisionamento e tratamento sugerido pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac e as Penas Alternativas contribuem nesse sentido de aproximação entre sociedade civil e condenados (OTTOBONI, 2006). Partindo desse princípio percebemos a manutenção dos laços sociais e afetivos entre a pessoa presa e as demais instituições sociais como fundamental para o rompimento com o modelo viciado (crime-prisão-reincidência criminal-prisão). Geralmente, há no modelo prisional tradicional um isolamento geográfico dos presídios, são lugares segregados socioespacialmente e, além disso, o próprio aspecto físico com muros altos reforça esse isolamento e torna o ambiente ainda mais fechado. Tal condição dificulta ou impede a aproximação da pessoa condenada criminalmente de um conjunto maior de instituições sociais externas, limitando o seu convívio aos contatos com agentes de segurança, familiares (geralmente os mais próximos) e demais presos.

Durkheim (1978) evidenciou que, nas sociedades, as instituições sociais como o trabalho, a religião e a família cumprem um importante papel na produção da solidariedade entre os diferentes indivíduos e grupos. Nesse sentido, identificamos que no sistema punitivo brasileiro o modelo Apac e as Penas Alternativas possibilitam mais aos presos a manutenção de laços com instituições sociais mais amplas que o modelo prisional tradicional. E que a manutenção dos laços sociais é relevante tanto na perspectiva da redução da reincidência criminal quanto do ponto de vista social, no sentido de o egresso poder se sentir ainda parte do corpo social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de Execução Penal (LEP). N.º 7210 de 11 de julho de 1984.
BRASIL. Ministério da Justiça. Censo Penitenciário.

- Brasília, 1995.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do. Brasília, 1988.
- CARVALHO FILHO, Luís Francisco. A prisão. São Paulo: Publifolha, 2002. Folha Explica.
- CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br> >. Acesso em 15 de outubro de 2010.
- DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Estatísticas. Dados Consolidados 2007. Disponível em: < <http://portal.mj.gov.br/depem/data/Pages/MJD574E9CEITEMID364AC56ADE924046B46C6B9CC447B586PTBRIE.htm> >; < <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID598A21D892E444B5943A0AEE5DB9422PTBRNN.htm> >. Acesso em 12 de fevereiro de 2011.
- DOTTI, René Ariel. Bases e Alternativas Para o Sistema de Penas. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. In: GIANOTTI, José A. Coleção Os pensadores. São Paulo, Abril cultural, 1978
- FOUCALT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 32ª edição; 1987. 288p.
- GOERTZEL, Ted; KUHN, T. The Great São Paulo Homicide Drop. In: Homicide Studies 2009, SAGE Publications Reprints and permission. Disponível em: < <http://www.sagepub.com/journalsPermissions.nav>. DOI: 10.1177/1088767909348711 <http://hs.sagepub.com> >. Acesso em 12 de dezembro de 2010.
- GOMES, L. F. População prisional: Brasil vai passar EUA em 2004. Instituto de Pesquisa e Cultura Luiz Flávio Gomes. Disponível em: < http://www.ipcluizflaviogomes.com.br/dados/1_evolucao_da_populacao_carceraria_e_nacional.pdf >. Acesso em 13 de março de 2011.
- ICPS. King's College. Lista Mundial da População Carcerária (8ª edição). CENTROINTERNACIONAL DE ESTUDOS PRISIONAIS.. Disponível: < <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.prison-studies.org/> >. Acesso em 10 de maio de 2011.
- INFOSEG. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Destaques. Disponível em: < www.infoseg.gov.br/.../brasil-e-oitavo-do-mundo-em-populacao-de-detentos >. Acesso em 14 de setembro de 2010.
- LEAL, César Barros. Prisão: crepúsculo de uma era. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Comissão de Direitos Humanos. Diagnóstico da situação prisional em Minas Gerais. Belo Horizonte: Editado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2002.
- _____. Cartilha APAC, março, 2004.
- _____. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar diversas denúncias que envolvem o Sistema Penitenciário do Estado. Jornal Minas Gerais- Diário do Executivo, Belo Horizonte, 13 de setembro de 1997, pág. 35 a 44.
- MUÑOZ CONDE. In: BARROSO FILHO, José. A tutela penal das relações de consumo. Jus Navigandi, Teresina, a.6, n.52. nov. 2001. Disponível em: < www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2462 > . Acesso em 10 de janeiro de 2009.
- OLIVEIRA, Edmundo. Política criminal e alternativas à prisão. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- OTTOBONI, Mário. Vamos matar o criminoso? : método APAC. São Paulo: Paulinas, 2001, 3ª edição 2006.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso. 2. ed. São Paulo: Cortez: 1991.
- SÁ, Ribeiro Geraldo. A prisão dos Excluídos: Origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade. Diadorim, EDUFJF; 1996.
- THOMPSON, Augusto. A questão penitenciária. Rio de Janeiro: Forense, 1998. ■

Silke Kapp
Margarete Maria de Araújo Silva

Quem mora nas favelas?

Resumo

A representação social dominante que vê na favela o território da pobreza por excelência é um dos dogmas sistematicamente combatidos pela socióloga Lícia Valladares. Embora admitindo a relevância dessa abordagem, este artigo procura rediscuti-la à luz da análise de estrutura de classes sociais proposta por Jessé Souza e José Alcides Figueiredo Santos. Trata-se de questionar a hipótese de que o incremento do acesso das populações moradoras de favelas a serviços e bens de consumo modernos constituiria uma mobilidade social rumo à classe média. Argumentamos que é mais plausível e faz mais jus aos setores destituídos da sociedade brasileira conceber as mudanças recentes nesses territórios urbanos como expansão da “nova classe trabalhadora” ou dos chamados “batalhadores”.

Palavras-chave: Favela; Classes destituídas; Nova classe trabalhadora; Produção social do espaço.

Abstract

The dominant social representation that see in favelas the territories of poverty par excellence is one of the dogmas systematically countered by sociologist Lícia Valladares. While acknowledging the relevance of her approach, this article seeks to rediscuss it in the light of the analysis of social class structure proposed by Jessé Souza and José Alcides Figueiredo Santos. Our aim is to question the hypothesis that, for the inhabitants of favelas, the increased access to services and modern consumer goods equals social mobility toward the middle class. We argue that it is more plausible and does more justice to the deprived sectors of Brazilian society conceiving recent changes in these urban areas as an expansion of the new working class or so-called “battlers”.

Palavras-chave: Favela; Deprived classes; New working class; Social production of space.

Silke Kapp

é arquiteta, doutora em Filosofia (UFMG), professora da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisadora do Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras).

mom.ufmg@gmail.com

Margarete Maria de Araújo Silva

é doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (UFMG), professora da Escola de Arquitetura da UFMG e pesquisadora do Grupo de Pesquisa MOM.

mom.ufmg@gmail.com

AS REPRESENTAÇÕES DA FAVELA

Pelo menos desde os sofistas gregos sabemos que representações mentais e discursivas não são reflexos diretos dos ‘fatos do mundo’, mas que, pelo contrário, a realidade pode ser compreendida e interpretada de muitas maneiras. A razão dessa multiplicidade não está apenas na diversidade das opiniões individuais e nas suas mudanças ao longo do tempo. Mais importante é que as formas de ver a realidade são, elas mesmas, construções históricas e sociais, que filtram e moldam o que percebemos como ‘real’. Vemos na realidade o que fomos preparados para ver, e essa forma de ver determina nossas ações que, por sua vez, transformam a realidade.

Tal dialética entre o mundo e as ideias socialmente construídas a seu respeito também abrange, evidentemente, as representações que uma sociedade tem de sua própria estrutura de classes, de seus espaços urbanos e da relação entre uma coisa e outra. Lícia do Prado Valladares (2000, 2004, 2005) discute a favela carioca justamente nessa perspectiva. Em lugar de tomá-la como ‘fato’, a socióloga investiga o processo histórico-social de construção de suas representações, desde as origens até os efeitos e dogmas atuais. Tais trabalhos são valiosos, entre muitas razões, por evidenciarem que grande parte das pesquisas acadêmicas e das políticas públicas sobre os territórios das favelas opera a partir de ‘pré-conceitos’, isto é, conceitos não examinados nem refletidos criticamente. Assim, o imaginário dos chamados formadores de opinião (que, via de regra, pertencem às classes médias e, como o próprio nome diz, formam também as opiniões ou o imaginário da maior parte da população para além dessas classes) reproduz interesses de grupos socialmente dominantes, tendo ou não consciência disso. Elucidando a sua gênese, Valladares desmonta esses estereótipos que filtram e moldam a realidade que denominamos favela.

Embora a autora tenha o cuidado de limitar suas conclusões às favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – o espaço geográfico que define os temas de sua pesquisa documental e onde realizou décadas de pesquisas de campo –, arriscamo-nos a afirmar que elas são aplicáveis às representações sociais das favelas em muitas outras metrópoles brasileiras, cujas pesquisas e políticas públicas frequentemente tomaram o Rio de Janeiro por modelo. Além disso, as favelas cariocas têm estado em primeiro plano nos organismos internacionais pertinentes, de modo que representações geradas a partir delas se tornaram relevantes num território bem mais amplo.

São três os dogmas acerca da favela que, segundo Valladares, funcionam como pressupostos tácitos da

enorme maioria das pesquisas, publicações e políticas. O primeiro é o da especificidade: “Por sua história particular e seu modo de crescimento diferente dos demais bairros, a favela tem sido considerada, desde sempre, um espaço absolutamente específico e singular” (Valladares, 2005, p.149). Conforme a perspectiva, tal especificidade pode consistir na irregularidade do traçado urbano, na condição jurídica, na precariedade de equipamentos, na baixa qualidade da urbanização, na autenticidade estética e cultural, no caráter exótico, na trajetória de vida dos habitantes e assim por diante, partindo-se sempre da contraposição entre favela e não-favela como categorias básicas e significativas em si mesmas. Valladares contesta essa pressuposição de especificidade, evidenciando que qualquer uma das características tidas por específicas da favela pode ser encontrada em outros territórios, não denominados favelas.

Outro dogma é o da homogeneidade, isto é, a ideia de que universo plural das favelas possa ser reduzido a uma categoria única, tornada arquetípica: a favela, no singular. Negam-se, com isso, inúmeras diferenças entre favelas distintas, assim como diferenças no interior de uma mesma favela, como se quaisquer conclusões acerca de certa porção desses territórios fossem naturalmente aplicáveis a quaisquer outras.

A combinação dos dois dogmas – especificidade e homogeneidade – significa que no imaginário de pesquisadores, políticos, administradores públicos, jornalistas etc. a diferença entre favela e não-favela é sempre maior e mais relevante do que diferenças entre uma favela e outra e, inversamente, que a semelhança entre duas favelas é sempre maior e mais relevante do que semelhanças entre uma favela e uma não-favela. Em contraposição a essa percepção, Valladares, em coautoria com Preteceille (2000), retrabalha os dados do Censo de 1991, demonstrando que há enormes discrepâncias de renda, educação, acesso a serviços, implantação e ocupação entre favelas, ao passo que muitas delas se assemelham ao seu entorno urbano nesses mesmos aspectos. Numa análise do “nível das infraestruturas urbanas”, por exemplo, os autores concluem que é falsa a suposição de que as favelas seriam “o espaço predominante da moradia precária ou sem infraestrutura”, e que se caracterizariam homogeneamente nesse sentido (Preteceille e Valladares, 2000, p.380).¹

¹ A partir de uma tipologia de setores censitários, considerando a porcentagem de domicílios atendida por saneamento básico e algumas características dos próprios domicílios, os autores mostram que 27% dos setores censitários em favelas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro pertencem aos três tipos melhor urbanizados, enquanto que 74% dos setores censitários que se enquadram nos três piores tipos não são favelas (para obter essas porcentagens, somamos os dados relativos

O último dogma, que é o que mais nos interessa aqui, é o da pobreza. Valladares (2005, p.151) questiona a representação das favelas como “o território urbano dos pobres” por excelência, regido por dinâmicas econômicas, leis e códigos próprios, distintos do restante da cidade. Assim representadas, as favelas não apenas atraem os estudiosos e as políticas públicas focados na pobreza urbana, como também são automaticamente associadas aos problemas sociais urbanos: “reafirma-se a pobreza engendrando a pobreza, e a pobreza engendrando problemas” (Valladares, 2005, p.151). As pesquisas quantitativas e qualitativas de Valladares demonstram, pelo contrário, que já não cabe a vinculação naturalizada da favela com o pobre e da não-favela com o não-pobre.

Em média, as favelas correspondem às áreas mais pobres, porém não uniformemente. Não são, porém as únicas aglomerações do Rio de Janeiro com essas características. Nem reúnem a maioria dos pobres, nem os espaços mais carentes. E muito menos se pode dizer que nelas só moram pobres. Elas também abrigam categorias populares modestas, mas não miseráveis, além de categorias médias, revelando uma estrutura social diversificada e, sem dúvida alguma, processos de mobilidade social consideráveis. (Valladares, 2004, 132)

Para Valladares (2005, p.162), a visão fundada nos três dogmas delineados acima em nada contribui para “uma verdadeira renovação dos trabalhos realizados não apenas sobre as favelas, mas, também, sobre a pobreza, a segregação urbana e as consequências da urbanização”. Tal visão se coaduna com políticas públicas generalistas, concebidas de cima para baixo e sem nenhuma preocupação em potencializar qualidades ou superar deficiências específicas, seja em relação ao sítio natural, ao espaço construído, à população ou à inserção na cidade. Além disso, associações e organizações não governamentais também têm se beneficiado da visão dogmática e redutora, uma vez que ela lhes fornece a ‘bandeira’ que, em meio a tantas carências sociais concorrentes, facilita o engajamento e a conquista de recursos.

Toda essa argumentação de Valladares é pertinente, contundente e necessária para que haja algum avanço nas pesquisas e ações públicas sobre as favelas. A crítica das representações sociais naturalizadas, pela qual a autora vem pleiteando há mais de uma década é, de fato, essencial.

aos tipos URB 1 a URB 3 e URB 4 a URB 6, apresentados em Preteicelle e Valladares 2000, p. 384, Quadro 3).

O ABCEDÁRIO DAS CLASSES

No entanto, subjaz a essa discussão dos dogmas uma outra representação, tão decisiva e tão pouco questionada quanto a ‘da favela’, à qual também Valladares adere sem críticas. Trata-se da representação da estrutura de classes sociais no Brasil centrada no aspecto econômico, mensurável pela renda, eventualmente associada à educação e sempre refletida no consumo. Definem-se, assim, as chamadas classes A, B, C, D, E, tais como aparecem nas metodologias da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e são utilizadas em todo tipo de publicações, sobretudo na grande mídia. (Para uma indicação do eufemismo dessa matriz economicista, basta ver o título de uma publicação recente da FGV: *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres* – Neri, 2010).

Valladares não utiliza esses termos – classes A, B, C, D, E – mas sua constatação da presença de “categorias médias” nas favelas cariocas também deriva de dados predominantemente econômicos. No supramencionado estudo quantitativo, essa chave de leitura fica mais evidente. Preteicelle e Valladares baseiam sua análise do pertencimento de classe dos moradores da favela nos dados sobre renda e anos de estudo, retirados dos questionários do IBGE. Entre outras coisas, concluem que “as variáveis renda e educação não deixam transparecer a especificidade das favelas”, e que existe uma relativa variedade de classes dentro das próprias favelas, incluindo as categorias médias (Preteicelle e Valladares, 2000, p.377).

É essa a conclusão que ecoa nos trabalhos subsequentes de Valladares (2004, 2005): o uso massivo de cartões de crédito, a oferta de serviços por profissionais liberais, o consumo de eletrodomésticos modernos, o acesso às tecnologias digitais e o turismo nas favelas cariocas (em particular, na favela da Rocinha) – tudo isso atestaria “o poder de compra da população local, mostrando ali a existência de um grande mercado, a importância do mundo dos negócios e sua inserção no mercado de consumo brasileiro e internacional” (Valladares, 2004, p.123). Eis porque a autora pode supor, como citado acima, “processos de mobilidade social consideráveis”.

Problemático nessa ideia da “mobilidade social considerável” é a relação direta que se estabelece entre mobilidade e consumo. Por um lado, o aumento do consumo não significa necessariamente uma mudança na posição de classe de um indivíduo ou grupo, já que pode se tratar simplesmente de um aumento de consumo que perpassa todas as classes de modo mais ou menos simétrico. (Eis de fato o argumento

neoliberal: se o nível de consumo dos pobres aumenta, qual é o problema de a riqueza dos ricos também aumentar?) Por outro lado – e esse é, sem dúvida, o aspecto mais importante – o nexos direto entre consumo e mobilidade social põe o critério dos recursos econômicos como principal definidor da estrutura de classes, deixando em segundo plano recursos (ou capitais, no sentido de Bourdieu) culturais, sociais e políticos. Mas se, na ordem do crescimento econômico brasileiro recente, os pobres são bem vindos como mão de obra (de preferência qualificada nos moldes do capitalismo flexível), como consumidores (inclusive de serviços de educação, como os muitos cursos universitários) e até mesmo como produtores de cultura popular (do Carnaval a programas de TV), não são bem vindos como agentes políticos de peso, como transformadores da cultura dominante ou como partícipes das prestigiosas redes de pertencimento pessoal.

Pelo contrário, o poder político das classes mais pobres é hoje menor do que em décadas anteriores, porque a participação popular tornada compulsória em todas as instâncias de planejamento e gestão institucionalizou o engajamento a ponto de anulá-lo. Na prática, a vulnerabilidade dessas classes não se modificou substancialmente. Para aqueles que só ascendem socialmente no papel de trabalhadores e consumidores, a próxima crise econômica pode significar a perda de todas as supostas conquistas e até uma situação ainda mais frágil do que antes, já que a adesão aos diversos sistemas de consumo (do sistema sanitário ao de telefonia móvel, do sistema de ensino ao de crédito) tende a fazer desaparecer conhecimentos que outrora propiciavam uma certa (relativa, modesta, a nunca ser superestimada) autonomia. Assim, também a popularização dos cartões de crédito não significa necessariamente a conquista de mais recursos e mais liberdades individuais. Pelo contrário, ela pode ser entendida como “a grande alavanca moderna para extração de riqueza pelo capital financeiro do resto da população” (Harvey, 2011, p.198). Ivan Illich (1973) se indignou muitas vezes com a identificação entre o desenvolvimento e a criação dessas novas dependências, isto é, a anulação política. A verdadeira miséria não é a falta de dinheiro, mas a falta de dinheiro numa situação em que não se pode fazer nada sem dinheiro. Essa impotência, de caráter cultural, combinada à “pobreza política” (Demo, 1988), perpetua a condição de classes dominadas na estrutura social. Por tudo isso, o abecedário das classes mais oculta do que evidencia desigualdades estruturais.

UMA LEITURA A CONTRAPÊLO DOS DADOS QUANTITATIVOS

Tais desigualdades estruturais foram melhor analisadas nas pesquisas coordenadas pelo também sociólogo Jessé Souza, em especial nos livros *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive* (2009) e *Os Batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* (2010). Eles não estão focados nos espaços das favelas – e, aliás, dão até menos importância à dimensão espacial da estrutura social do que, na nossa opinião, lhe seria devida. Mas, ainda assim, considerar a discussão ali desenvolvida nos parece essencial a uma análise de quem são os moradores das favelas e em que medida eles têm experimentado uma mobilidade social rumo à classe média.

O primeiro ponto fundamental é se afastar de uma definição econômica das classes sociais. Não é a renda que define o pertencimento a uma classe, como pensa o senso comum e as concepções “científicas” baseadas nos preconceitos do senso comum. Ao contrário, a renda é mero efeito de fatores não econômicos – ainda que condicionados por uma condição socioeconômica particular – aprendidos em tenra idade. O que é sempre escondido e nunca percebido nessa questão é o fato de que as classes sociais se produzem e se reproduzem, antes de tudo, “afetivamente” por herança familiar. (Souza, 2009, p.404)

Jessé Souza entende o pertencimento de classe numa matriz muito semelhante à de Pierre Bourdieu, baseada não (apenas) na disponibilidade de recursos econômicos, mas num conjunto mais complexo de recursos (capitais) e disposições incorporadas (*habitus*) que se reforçam e se mantêm mutuamente. O acesso a esses recursos e disposições se dá, antes de mais nada, pelo contexto afetivo e disciplinar em que o indivíduo se forma e que o leva a perceber como naturais e universais certos comportamentos e valores que, na realidade, são aprendidos no processo de socialização. As crianças das classes média e alta tendem a adquirir capacidade de concentração, sensibilidade, pensamento prospectivo, autocontrole, persistência ou responsabilidade pessoal “de modo invisível, cada dia um pouquinho [...], não apenas como uma violência de fora para dentro, mas também como ‘atos de amor cotidianos’” (Souza, 2009, p.405). Isso significa que há uma “identificação afetiva” desses indivíduos com aquelas mesmas características que definem o sucesso, isto é, a perpetuação de uma posição social privilegiada. A constituição de

um *habitus* dessa espécie é, ao mesmo tempo, efeito do acesso (pelos pais ou equivalentes) a capitais diversos e condição indispensável à continuidade desse acesso (pela geração seguinte). Assim, não há classe dominante que seja dominante apenas em razão da sua renda, nem tampouco o indivíduo enriquece repentinamente consegue assumir uma posição dominante duradoura; o clássico ganhador de loteria que logo volta a ser pobre é caricatura dessa condição. O que define as relações de dominação e subordinação é, em vez disso, o conjunto de capitais de diferentes tipos (econômico, cultural e social) que sustentam um ao outro e são, até certo ponto, intercambiáveis. Em suma, o simples aumento da renda não deveria ser chamado de mobilidade social porque não move o indivíduo de sua posição de dominado.

As pesquisas empíricas de Souza têm um caráter essencialmente qualitativo, mas dá-lhes suporte uma reconstrução da classificação socioeconômica a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD, 2006), elaborada por José Alcides Figueiredo Santos. Suas categorias fundam-se na organização social do trabalho e na mensuração da desigualdade, não pelos resultados que um indivíduo obtém, mas pelos fatores determinantes desses resultados, isto é, pelo “tecido de relações sociais e [pelos] vínculos das pessoas com o sistema social de produção e distribuição” (Santos, 2009, p.463).

Os efeitos das relações de classe na vida dos indivíduos são sintetizados por proposições específicas que consideram que aquilo que a pessoa tem [ativos produtivos] determina o que a pessoa obtém [bem estar material] e condiciona o que ela necessita fazer para conseguir o que obtém [oportunidades, dilemas, opções]. (Santos, 2009, p. 464; cf. 2005, p.28)

O resultado dessa abordagem é a identificação de um “conjunto de posições de classe destituídas” que totaliza mais de 40% dos indivíduos no Brasil e integra trabalhadores elementares e empregados domésticos, autônomos precários, produtores agrícolas precários, trabalhadores de subsistência e trabalhadores excedentes (Santos, 2009, p.467-468). Essa porcentagem expressiva costuma desaparecer nas categorizações convencionais, pois elas deixam de considerar as relações de propriedade e emprego que determinam o acesso diferenciado aos recursos sociais e às oportunidades, isto é, a “distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos relevantes” (Santos, 2011, p.27). Falta-lhes:

[o] reconhecimento de que as instituições econômicas estão incorporadas nas práticas sociais e culturais e vice-versa. Na sociedade estabelecem-se desigualdades duráveis, que se mantêm de uma interação

social para outra, persistem nas trajetórias dentro de e entre domínios institucionais, nas histórias organizacionais e no tempo de vida das pessoas. A desigualdade durável entre categorias resulta do controle desigual sobre recursos que produzem valores. Os membros de categorias privilegiadas asseguram o controle de recursos produtores de valor e alocam a maior parte do valor produzido para si. (Santos, 2009, p. 464)

Desigualdades duráveis são duráveis justamente pela perpetuação do controle dos recursos produtores de valor, e não pela persistência de determinado padrão de consumo. Inversamente, a mobilidade social significaria um novo acesso ao controle daqueles recursos, e não um novo acesso a serviços e bens de consumo.

A *Ralé Brasileira* e *Os Batalhadores Brasileiros* mostram em detalhes como determinadas disposições e interdições de acesso a estruturas de poder não se modificam com o aumento da renda, mas, pelo contrário, configuram desvantagens sistematicamente perpetuadas. Houve, sim, alguma mobilidade social recente, mas ela tem se restringido, via de regra, à transição entre ‘ralé’ e ‘batalhadores’. Para compreendê-la, é preciso compreender a existência dessa ‘ralé’, que está virtualmente ausente da consciência coletiva no Brasil e não é percebida como classe nem mesmo no debate intelectual, já que ela inexistente nos países capitalistas centrais em cuja estrutura social tal debate se pauta comumente. Em contraposição a essa cegueira, Souza enfatiza o caráter estrutural da ‘ralé’, isto é, o fato de que ela não constitui simplesmente um punhado de indivíduos contingencialmente precarizados.

O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos [...] de “ralé” estrutural. (Souza, 2009, p. 21)

Já os ‘batalhadores’ constituem, para Souza:

[...] uma classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial, que se situa entre a ‘ralé’ e as classes média e alta. Ela é uma classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta. (Souza, 2010, p.26)

Caracteriza os batalhadores o fato de pertencerem

a um capitalismo pós-fordista, flexibilizado, globalizado, com muito menos segurança não só do que a classe média, mas também do que a classe trabalhadora tradicional das social-democracias. No Brasil, essa classe surge a partir da ‘ralé’ e constitui o que tem sido amplamente intitulado ‘nova classe média’. No entanto, um membro da ‘ralé’ que encontra motivação, disciplina, autoconfiança (frequentemente no contexto do pentecostalismo) e alguma oportunidade econômica, conseguindo sair da situação de absoluta miséria, ainda assim continua longe das posições de relativo controle e segurança que efetivamente caracterizam a classe média nas sociedades capitalistas.

As histórias de vida dos ‘batalhadores’ demonstram a fragilidade da posição de classe que passam a ocupar, a sujeição às circunstâncias externas sobre as quais não têm nenhum poder e as enormes chances de retorno à condição de ralé. São histórias de dificuldades de acesso às instituições que deveriam ser públicas, de superexploração do trabalho, de financiamentos caríssimos, de jornadas duplas e triplas, de infinitos percalços, reveses e recomeços. “Um traço comum na trajetória dos batalhadores, mesmo dos empreendedores, são os ‘altos e baixos’ da vida, a incerteza, a instabilidade, a fé no incerto e a insistência no instável.” (Souza, 2010, p.109) Souza relata a história de uma associação de costureiras em Juazeiro do Norte que havia conseguido um financiamento para as suas máquinas, teve sua dívida aumentada com o Plano Real, perdeu as máquinas e acabou ficando com uma dívida e a ‘ficha suja’, conseguindo se reger apenas às custas de contatos pessoais e de um empréstimo tomado pela presidente da associação como pessoa física (Souza, 2010, p.209). Eventuais infortúnios de um indivíduo típico da tradicional classe média – a perda do emprego, um acidente etc. – não fazem desmoronar imediatamente toda a estrutura do seu cotidiano, porque existe uma rede social e institucional que o sustenta. Para um “batalhador” não vale a mesma coisa: o filho que cursava a faculdade particular é obrigado a interromper seus estudos, o ponto comercial conquistado a duras penas precisa ser repassado rapidamente, a inadimplência nos crediários ‘suja’ seu nome na praça. Sua batalha é como a de Sísifo – a pedra que deixa de ser empurrada morro acima não estaciona, mas volta sempre ao ponto mais baixo.

AS FAVELAS, A RALÉ E OS BATALHADORES

Quais são os efeitos da estrutura de classes na produção do espaço e, inversamente, quais são os efeitos da

produção do espaço na estrutura de classes? E qual é o papel das favelas nessas relações? Responder isso significa articular a discussão do primeiro item deste texto, sobre as representações da favela, com a discussão do segundo e do terceiro itens, sobre a representação convencional da estrutura de classes no Brasil e a sua abordagem crítica, proposta por Souza. Em outras palavras, trata-se de compreender desigualdades e privilégios a partir de um raciocínio que não somente registra quem ocupa os territórios das favelas, mas também quem produz esses territórios e quem produz as condições de sua produção.

O espaço é um dos mais importantes “recursos produtores de valor” que classes e grupos privilegiados precisam controlar para manterem seus privilégios. Não que ele gere valor no sentido clássico do valor-trabalho; a terra não é um bem produzido. Mas o espaço gera valor nas formas econômicas de renda da terra, renda fundiária e sobre-lucro de localização, na forma socioespacial de poder estratégico (inclusive de polícia) e em inúmeras formas simbólicas. Para além dos agentes imediatos, é a totalidade social a produtora das representações e ações que reservam a uma parcela da população determinados papéis e lide interdita, por violência econômica, moral ou mesmo física, o acesso a determinados espaços. Favelas e outras áreas ambiental, jurídica ou socialmente frágeis, tais como os loteamentos periféricos ou conjuntos habitacionais, não surgiram porque seus moradores tenham se retirado deliberadamente da cidade formal e bem provida de infraestrutura urbana; eles surgiram e continuam surgindo por processos de “desposseção” (Harvey, 2011), renovados a cada novo ciclo político, sendo o último deles paradoxalmente caracterizado pela participação popular. As pessoas que ocupam essas áreas, sejam elas denominadas favelas ou não, sofrem desvantagens “sistemáticas e relevantes”, decorrentes também de sua situação espacial, ainda que tenham conseguido mitigar parte dessas desvantagens ao longo do tempo.

Como já dito, consideramos os questionamentos de Lícia Valladares imprescindíveis para um futuro mais frutífero do debate sobre as favelas e para as ações que eventualmente decorrem daí. Nenhuma abordagem seriamente engajada em compreender e melhorar a produção das cidades pode aderir acriticamente aos dogmas da especificidade, da homogeneidade e da pobreza, que Valladares questiona com propriedade e aos quais contrapõe dados qualitativos e quantitativos importantes. Ela está certa em combater o dogma de que os pobres estariam concentrados nas favelas, pois fora delas a pobreza é igualmente expressiva. No entanto, também não se deve ignorar que a própria forma de leitura dos dados quantitativos

vos parte de determinadas hipóteses. A hipótese da classe média nas favelas deriva da percepção de uma enorme pujança econômica em parte delas. Mas essa pujança de fato é indício de uma nova classe média? Nós contrapomos a essa interpretação a hipótese de que as favelas continuam sendo o território daquelas classes sociais que Souza denomina ‘ralé estrutural’ e ‘batalhadores’.

Esse nosso argumento se compõe, portanto, de dois aspectos. O primeiro, não especificamente espacial, é a proposição enunciada por Souza, de que o aumento relativo do poder aquisitivo das populações mais pobres, dentro ou fora das favelas, não constitui uma nova classe média, mas uma nova classe trabalhadora (os batalhadores). O segundo, especificamente espacial, é que as favelas mais antigas e consolidadas, situadas em áreas urbanas relativamente centrais, ocupam uma posição peculiar na constituição dessa nova classe trabalhadora. A pujança econômica em favelas como a da Rocinha se deve em grande parte à sua localização e articulação urbanas, aumentando ali a probabilidade da ascensão à classe de ‘batalhadores’. Ao mesmo tempo, o fato de não se tratar de uma mobilidade que propicie os recursos culturais e sociais da classe média torna essa população muito mais sujeita a novos processos de despossessão do que os moradores de bairros vizinhos.

Tome-se, por exemplo, a caracterização das favelas centrais como mercados aquecidos e repletos de oportunidades, que leva Valladares (2005, p.156) a perguntar se “é possível considerar pobre um empresário local?” como se fosse óbvia a resposta negativa. Mas é possível, sim, considerar pobre alguém que pelas categorias ocupacionais convencionais seria definido como empresário local. Ainda que nas favelas mais consolidadas e melhor localizadas haja uma classe média exógena que ali instala seus negócios, a maior parte dos ditos empresários são indivíduos sem capital próprio nem acesso a crédito barato; por mais empenhados que sejam, trabalham sempre numa condição de vulnerabilidade. Para que voltem à estaca zero ou quase isso, basta uma pequena turbulência externa, tal como a recente instalação das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas cariocas. Há indícios fortes de que, reduzindo o tráfico, elas também tenham reduzido drasticamente o volume de dinheiro em circulação e a economia informal nas favelas da zona sul, causando inadimplência de locatários, fechamento de estabelecimentos comerciais etc. e obrigando muitos moradores a migrar para periferias da zona oeste. Isso significaria que os moradores continuam submetidos a processos de destituição e despossessão contra os quais a classe média seria capaz de se proteger em alguma medida, porque seu

capital social – suas redes de pertencimento e influência – está, em última análise, vinculado às mesmas instituições que dão poder à ação policial.

Que importância teria o fato de o debate acadêmico adotar uma ou outra visão? Lícia Valladares mostra com muita contundência o quanto podem ser perniciosas as representações que grupos sociais privilegiados constroem sobre determinados grupos sociais destituídos. Mas a própria ideia de uma nova classe média na favela tem todos os atributos para entrar na história dos dogmas. Em primeiro lugar, ela é um eufemismo, que parece dispensar de medidas políticas compensatórias e redistributivas no meio urbano. Em segundo lugar, ela vem num momento em que a pressão imobiliária é imensa – em razão do mesmo crescimento econômico que gerou essa nova classe trabalhadora – e a urbanização é facilitada pela identificação da população favelada com uma classe média, mesmo que resulte em remoção. Em terceiro lugar, essa identificação também favorece a distribuição das unidades habitacionais padronizadas, produzidas aos milhares depois da abertura de capitais das maiores empresas construtoras brasileiras atuantes no segmento popular e depois do Programa Minha Casa Minha Vida. Por fim, uma identificação com a classe média parece tornar obsoleta e antiquada a mobilização popular por direitos, sejam trabalhistas, sejam urbanos. Da mesma maneira que os moradores das favelas cariocas do início do século XX foram descobertos pelos intelectuais “através do olhar de Euclides da Cunha sobre os sertões”, e assim tidos por imorais, debochados, promíscuos, indolentes e ladrões (Valladares, 2010, p.30 e 35), as populações da ‘nova favela’ podem se tornar a imagem dos vencedores do capitalismo flexível ou da globalização, quando na verdade são apenas a classe que sustenta esse capitalismo e suporta todo tipo de instabilidade, precariedade e sacrifício dele decorrentes.

Nosso argumento não tem a intenção de ‘condenar’ os moradores das favelas à posição de destituídos, mas de compreender mais criticamente sua condição socioespacial estrutural. Para Souza, a questão crucial refere-se à cooptação dos batalhadores: se serão seduzidos pelas representações sociais das classes dominantes ou se continuarão sensíveis às necessidades da ralé estrutural.

Se o imaginário social mais amplo é perpassado pelo tema do “empreendedorismo” e pelo mote “seja empresário de si mesmo”, esse canto da sereia, abraçado com gosto e sofreguidão por frações significativas das classes média e alta, não parece ter o mesmo apelo no que estamos chamando de nova classe trabalhadora. Sua proximidade de fato com os setores mais destituídos na estrutura de classes

brasileira tornam-na mais sensível à necessidade de ajuda do Estado e de políticas compensatórias. (Souza, 2010, p.327)

Uma especificação desse raciocínio para o foco das favelas significaria perguntar pela relação dos batalhadores com os espaços urbanos autoproduzidos. Os técnicos dos campos das Engenharias, da Arquitetura, do Urbanismo, do Planejamento e da “classe de serviço dos níveis elevados da estrutura ocupacional” (Santos, 2004, p. 54) tendem a projetar sua própria perspectiva de classe (média) sobre esses espaços, sitiando-os de procedimentos heterônomos e fazendo dos seus antigos (auto)produtores meros usuários, beneficiários ou consumidores. Seu argumento de legitimação é que disso resultará uma inclusão das favelas na cidade denominada formal e uma inclusão de sua população nas camadas médias. Mas pode se tratar apenas da criação de novas dependências: na melhor das hipóteses, o processo enquadraria a nova classe trabalhadora em novas relações compulsórias de consumo sem lhe dar nenhum poder político; na pior das hipóteses, a tornaria ainda mais vulnerável porque interdita possibilidades que os espaços autoproduzidos ainda oferecem e porque a submete a uma disputa direta por espaço com classes sociais efetivamente muito melhor providas de capitais. Se a nova classe trabalhadora aderirá, sem mais, a essas representações dominantes e ao seu discurso de legitimação das grandes obras de urbanização de favelas, ou se conseguirá engendrar alguma mobilização no sentido oposto não deixa de depender também do grau de debate crítico em torno dessas questões. Representações dominantes são dominantes porque os dominados também as acatam e dificilmente conseguem se desvencilhar delas a partir, apenas, da própria posição de classe.

Agradecimentos

As autoras agradecem ao/ à parecerista anônimo/a pelas valiosas sugestões e aos moradores de diversas favelas de Belo Horizonte pela paciência e disposição para facilitar nossas pesquisas de campo. O presente trabalho foi possibilitado por recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: J. Richardson (Ed.) Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York: Greenwood, 1986, p.241-25.
- DEMO, Pedro. Pobreza política. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
- HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ILLICH, Ivan. Tools for Conviviality. London: Calder & Boyars, 1973.
- NERI, Marcelo Cortês (Org.). Nova classe média: O lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/ CPS, 2010.
- PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia, Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.). O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000, p.375-403.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. Questão de Classe: teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2004.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.20, n.58, p. 27-45, 2005.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. Posições de classe destituídas no Brasil. In: Jessé Souza. (Org.). A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 463-483.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.26, n.75, p. 27-55, 2011.
- SOUZA, Jessé; GRILLO, André et al (colaboradores). A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009
- SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- VALLADARES, Licia. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005
- VALLADARES, Licia. Favela.com. In: Ana Fernandes, Angela Gordilho Souza (Orgs). Habitação popular no Brasil: reflexões, avaliações e propostas. Salvador: FAUFBA /PPGAU, 2004, p.121-136. ■

Ana Clara Fernandes

A mesma cidade, novos territórios

Resumo

Através do resgate histórico dos processos da anterior industrialização e relativa desindustrialização nas metrópoles Porto Alegre e Montevidéu, este estudo traça um paralelo entre os usos e funções de seus antigos territórios industriais. Mais especificamente, analisa formas de “reapropriação” desses territórios no espaço urbano através de dois exemplos: a Companhia Fiação e Tecidos Porto Alegrense-FIATECI, em Porto Alegre, e a indústria têxtil La Aurora, em Montevidéu. A possibilidade de incluir ou não esses territórios nas dinâmicas atuais de acumulação do capital faz parte de um leque de possibilidades, investimentos e políticas “voltadas para” e “geradas para” a dimensão interna do espaço urbano, na escala local. Ao mesmo tempo, esta inclusão é condicionada pela inserção de seus territórios nas dinâmicas de acumulação do capital nas escalas supranacional e global.

Palavras-chave: Território industrial; Metrópole; Porto Alegre; Montevidéu.

Abstract

Through the historical research of the processes of the past industrialization and the relative deindustrialization in the cities of Porto Alegre and Montevideo, this study draws a parallel between the uses and functions of its former industrial territories. More specifically, it examines ways of “reappropriation” of these territories in the urban space through two examples: The Companhia Fiação e Tecidos Porto Alegrense-FIATECI, in Porto Alegre, and the textile company La Aurora, in Montevideo. The possibility of whether to include or not these territories in the dynamics of current capital accumulation is part of a range of possibilities, investments, and policies “aimed at” and “generated for” the internal dimension of the urban space, on a local scale. At the same time, this inclusion is conditioned by the insertion of their territories in the dynamics of capital accumulation in supranational and global scales.

Palavras-chave: Industrial territory; Metropolis; Porto Alegre; Montevideo.

Ana Clara Fernandes

é doutoranda em Geografia UFRGS, integrante Observatório das Metrópoles - Núcleo Porto Alegre, professora de geografia no Colégio de Aplicação - UFRGS.

aclaraf@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Observados os relativos tempos, espaços e processos de diferentes metrópoles e cidades que se estruturaram mediante uma base econômica urbano-industrial durante o decorrer do século XX, verificam-se na atualidade movimentos de desconcentração industrial, reestruturação econômica e redefinição de usos e funções de seus territórios industriais. A possibilidade de incluir ou não esses territórios nas atuais dinâmicas de acumulação do capital faz parte de um leque de possibilidades, investimentos e políticas “voltadas para” e “geradas para” a dimensão interna do espaço urbano. Sua incorporação no atual contexto urbano é feita de diferentes formas: alguns, readequados, permanecem como territórios industriais; outros são ajustados para atender a diferentes demandas do setor terciário; e, um terceiro grupo permanece fisicamente como testemunho de seu antigo uso, na forma de edificações industriais “abandonadas”.

A partir do exposto e através de resgate histórico dos processos da anterior industrialização e relativa desindustrialização nas metrópoles Porto Alegre e Montevideú, pretendemos traçar um paralelo entre os usos e funções de seus territórios industriais. Mais especificamente, analisar formas de “reapropriação” desses territórios no espaço urbano através de dois exemplos: a Companhia Fiação e Tecidos Porto Alegrense-FIATECI, em Porto Alegre, e a indústria têxtil La Aurora, em Montevideú.

INDUSTRIALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM PORTO ALEGRE E MONTEVIDÉU

A comparação entre Montevideú e Porto Alegre requer algumas ressalvas quanto ao papel desempenhado pelas duas cidades nos contextos nacionais em que se inserem. Porto Alegre se caracteriza como metrópole regional e se articula em um contexto nacional que se modifica ao longo do tempo de acordo com o modelo de produção vigente. Pensar sua industrialização requer considerar que, no contexto brasileiro e internacional, ela se configura como um ponto estratégico na escala regional/supranacional das articulações do capital. Ou seja, nesta metrópole são reproduzidos diferentes momentos do contexto nacional/internacional de produção do território e as várias articulações possíveis do capital local, nacional e internacional com os atores locais. Em determinados momentos, o Estado é o grande articulador de interesses; em outros, são os governos municipais e/ou estaduais com benesses fiscais e garantia de infra-

estrutura; outras vezes o capital industrial/financeiro/imobiliário figura como grande articulador; e, de forma bem menos intensa, os movimentos sociais. No Brasil, Porto Alegre é uma das várias cidades com características metropolitanas. No Uruguai, características metropolitanas não se configuram em outros centros urbanos além de Montevideú – sua capital. Uma primeira diferenciação entre as duas metrópoles se faz aqui: Porto Alegre, no contexto brasileiro, é uma metrópole regional; Montevideú, no contexto uruguaio, é uma metrópole nacional. Contudo, a articulação das mesmas com a escala internacional está representada desde o início de seus processos de industrialização com o capital dos imigrantes europeus que fazem parte de sua constituição demográfica e com a instalação de filiais de empresas transnacionais dos mais diversos ramos.

As duas metrópoles são cidades portuárias. Porto Alegre possui um porto fluvial que a liga ao Porto de Rio Grande, no sul do estado, pela Laguna dos Patos. A distância do mar e a necessidade de deslocamento rodoviário das mercadorias até o Porto de Rio Grande – através da BR116, implicam em transformações territoriais ao longo do percurso (duplicação rodoviária, por exemplo), mas não são fatores limitantes para a instalação de indústrias, inclusive transnacionais, em Porto Alegre e nas cidades próximas. Como exemplo podemos citar as instalações da General Motors do Brasil (GMB) na Região Metropolitana de Porto Alegre. Montevideú possui um porto com maior estrutura, o “Puerto de Montevideo”, localizado às margens do Rio da Prata e com ligação direta ao mar. Conforme Artigas (2000, p.3), a função portuária acabou “condicionando y determinando las formas territoriales de la expansión y desarrollo de las infraestructuras de comunicación, de los equipamientos y del sistema nacional de ciudades”.

A revisão da bibliografia sobre a industrialização de Porto Alegre e de Montevideú remete ao final do século XIX. Ao longo da primeira metade do século XX, o setor industrial foi de extrema importância na economia das duas cidades. Nos anos seguintes, novas configurações passam a atuar nas metrópoles, ocasionando mudanças no setor industrial das duas cidades. Para exemplificar, recorreremos aos dados sobre o pessoal ocupado na indústria no intervalo de tempo dos anos 1960-1990 (Tabela 1).

A forma de coleta dos dados e a impossibilidade de acesso a informações mais específicas dificultam a elaboração de uma tabela mais completa e a comparação entre as informações. Além disso, os dados utilizados para representar Montevideú se referem à escala nacional uruguaia o que pode ser indevido em uma

Tabela 1:
Total Pessoal Ocupado na Indústria de Transformação em Porto Alegre e Uruguai (Montevideu) - nº absoluto

Década	Porto Alegre*	Uruguai (Montevideu)**
1960*/1968**	34.323	166.575
1970*/1978**	50.752	130.068
1980*/1988**	70.163	124.317
1996*/1997**	39.205	51.712

Fonte: Camou, María y Maubrigades, Silvana. Tejiendo una historia: evolución de la industria textil uruguaya, 1898-2000-modificado; IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaborado por A. C. Fernandes.

Tabela 2:
Evolução do Número de Habitantes em Montevideu e Total de Habitantes no Uruguai, 1963-1996 - nº absoluto

Local	1963	1975	1985	1996	2011
Montevideu	1.202.757	1.237.227	1.311.976	1.344.839	1.292.357
Uruguai	2.595.510	2.788.429	2.955.241	3.163.763	3.251.526

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estadística. Elaborado por A. C. Fernandes.

análise mais rigorosa. Outra dificuldade foi a falta de correspondência nas datas de coleta dos dados. No nosso exemplo, a intenção é ilustrar de forma comparativa o decréscimo de importância do setor industrial nas duas metrópoles através da representação de um momento de intensa ocupação da mão de obra na indústria manufatureira e outro de decréscimo da mão de obra nesse mesmo ramo industrial. Acreditamos que com essa característica a informação não acarreta dano maior à análise. De outro lado, a Área Metropolitana de Montevideu corresponde a três dos dezenove departamentos uruguaios – Montevideo, San José e Canelones, e concentra 59% do total de habitantes do país. A concentração populacional na capital corresponde a quase 40% da população do Uruguai (Tabela 2).

O período ilustrado corresponde à grande transformação econômica. Nele, o setor de serviços adquire significativa representatividade nas antigas cidades industriais. Ao mesmo tempo, fatores externos de reordenamento do espaço mundial e da organização produtiva interferem de forma diferenciada nos territórios metropolitanos estudados. Em Porto Alegre se observa a desconcentração do setor industrial propiciada primeiramente pelos investimentos e políticas de metropolização oriundos do governo Federal no momento de configuração das regiões metropolitanas brasileiras – a partir do final dos anos 1960. Após, os novos arranjos do setor industrial em escala mundial e o consequente reordenamento do espaço de produção nacional afirmaram Porto Alegre e região como uma centralidade e propiciaram a inclusão e o incremento de outros territórios industriais no Rio Grande do Sul.

O processo de desindustrialização da capital, segundo Alonso (1988), foi desencadeado pela mi-

gração das indústrias para a região metropolitana, motivada pelo interesse de expansão do capital industrial e pelas transformações urbanas decorrentes do crescimento da metrópole, que deixava de oferecer as melhores condições de localização para este setor. São feitas melhorias nas estradas e na infraestrutura de energia e comunicações nas cidades próximas de Porto Alegre que “contribuíram com a migração do setor industrial para áreas onde anteriormente sua implantação era quase impraticável” (Alonso, 1988, p.7). Este processo foi mais intenso no primeiro momento de desconcentração.

Assim procedendo, essas empresas eram favorecidas pela disponibilidade de terrenos amplos a baixo custo – muitas vezes situados em distritos industriais implantados pelo poder público-, ao mesmo tempo em que estavam suficientemente próximas de Porto Alegre para se beneficiar das economias de localização e de urbanização proporcionadas por um grande centro metropolitano. Esse parece ter sido o motivo pelo qual caía a participação da capital no valor da produção da indústria gaúcha, enquanto aumentavam de forma significativa as parcelas correspondentes a alguns municípios situados na sua periferia (Alonso, 1988, p.12)

Para o autor, estes primeiros movimentos de relocalização do setor estão relacionados com os processos de reestruturação urbana de Porto Alegre e aconteceram de forma “paralela a uma redefinição de suas relações, na condição de metrópole, com a economia do resto do Estado e, de forma particular, com a das áreas mais próximas” (Alonso, 1988, p.7). A metrópole, além de não comportar mais indústrias de grande porte - por conta de seu adensamento, passa por uma modificação em sua estrutura econômica e o setor de serviços assume o papel de principal

atividade. As transformações econômicas e políticas dos anos 1990 no Brasil que se expressam na reestruturação dos processos de produção, na ampliação dos mercados nacionais e internacionais, nas privatizações e na intensificação dos investimentos estrangeiros nos setores econômicos nacionais foram fatores determinantes das modificações dos espaços das grandes cidades brasileiras onde, prioritariamente, se concentraram as indústrias e a produção. A Região Metropolitana de Porto Alegre está integrada nestas transformações. Benko (2001, p.7) considera que “trata-se de uma recomposição dos espaços: os espaços clássicos – nos quais os sistemas econômico, social e político evoluíram praticamente ao longo de todo século – estão se deslocando ao mesmo tempo para cima e para baixo”. Estes deslocamentos “retiram” os Estados nacionais do centro da organização geopolítica do mundo, possibilitando ao capital internacional, em grande medida, se desprender das articulações com eles estabelecidas anteriormente, passando a fazê-las diretamente com os governos e empresários locais e com os blocos econômicos, em conformidade com seus objetivos e/ou interesses. Sobre os impactos socioespaciais da globalização na Região Metropolitana de Porto Alegre, Soares y Ueda (2002) consideram que dois tipos de investimentos são observados a partir da metade da década de 1990:

De adquisición (y en menor escala de asociación) a los grupos económicos locales con importantes posiciones en la economía gaucha e brasileña; y de nuevas inversiones aprovechando las ventajas comparativas de Rio Grande do Sul en términos sociales (calificación de la fuerza de trabajo y mercado consumidor), espaciales (infraestructuras) y geoestratégicas (situación con relación a Mercosul y Chile) (Soares y Ueda, 2002, p.517).

Os novos investimentos trazem também novos espaços de produção que, segundo os autores, tendem à concentração na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), buscando competir principalmente na escala denominada por Benko (2001) como supranacional. Além disso, as novas implantações muitas vezes correspondem a indústrias que se deslocaram de Porto Alegre para municípios limítrofes, como no caso da cervejaria Brahma, com o objetivo de otimizar os custos de localização.

Desde 1996 instalaran nuevas plantas en La RMPA corporaciones como General Motors (Gravataí), Goodyear (Glorinha), Dell Computers (Alvorada), Coca-Cola (Porto Alegre), cervecerías Brahma (Viçamao) y Molson (Gravataí), British Tobacco (Cachoeirinha) y Motorola (Porto Alegre) (Soares y Ueda, 2002, p.517 – adaptado).

A concentração nas proximidades da metrópole pode ser explicada pela garantia de acesso a infraestruturas não disponíveis em outras localidades: a infovia (rede de fibra ótica); o acesso para entrada e saída de produtos e matérias primas; o acesso a corredores de importação/exportação; e, a ausência de espaço dentro dos limites políticos da capital para a instalação de unidades de produção. A escolha da localização, depois de definido o mercado de inserção (no caso da RMPA, o Mercosul), se dá a partir de vantagens fiscais e materiais oferecidas pelo Governo Estadual e, principalmente, pelos municípios que acabam elaborando uma série de facilidades para se tornarem mais atrativos.

Em Porto Alegre, o momento atual é de grandes investimentos por parte do capital imobiliário. Por um lado, devido a sua atual inserção na organização do espaço supranacional e, por outro, pela perspectiva de sediar jogos da Copa do Mundo de 2014. A região historicamente industrial da metrópole, tradicionalmente conhecida como Quarto Distrito (Bairros Navegantes/São Geraldo/São João), é alvo dos novos investimentos, não sem motivos: ela é a “porta” de entrada e de saída da cidade por via rodoviária e aeroviária; possui antigos prédios industriais passíveis de reutilização (disponibilidade de solo); e a maioria de suas edificações é horizontal (baixo adensamento populacional). Embora esteja ocorrendo o V Congresso da Cidade, que tem por objetivo planejar as diretrizes de desenvolvimento da metrópole para os próximos dez anos, Porto Alegre é neste momento um “território de conflitos” entre diferentes grupos sociais: a população – especialmente a de baixa renda, o capital imobiliário, o poder público, e os empresários dos mega eventos.

Montevidéu, segundo Soares (2000), foi durante décadas um dos principais centros culturais da América Latina, principalmente quando o Uruguai era conhecido como “Suíça sul-americana”. Nesta escala, Artigas (2002) a relaciona com outros centros urbanos da América Latina: Porto Alegre, Rosario, Córdoba.

As transformações das cidades latino-americanas, especialmente desde os anos 1960, onde o intenso êxodo rural produziu fenômenos de adensamento populacional nos principais centros urbanos e a necessidade de políticas territoriais como as desenvolvidas na Região Metropolitana de Porto Alegre, não foram observadas em Montevidéu:

Montevideo se transforma sin haber transitado por los típicos procesos latinoamericanos en virtud de los cuales las áreas metropolitanas crecieron y se expandieron con fuerte incorporación de inmi-

gración rural, que contribuyó de modo decisivo al crecimiento de los niveles de segregación y marginación social y territorial (Artigas, 2002, p.2).

Enquanto os principais centros urbanos brasileiros viviam nos anos 1960 a intensificação de seu contingente populacional e o Brasil tornava-se um país com a maioria da população vivendo nas cidades, no Uruguai se vivia um processo de relativa estagnação do crescimento demográfico. Neste período, toma vulto a emigração que “implica una perdida de potencial humano de extremado valor: el Uruguay se encarga de crear y formar mano de obrar barata y calificada para otros países (Aguiar, 1983 apud Caetano y Alfaro, 1995, p.229)”. Ainda, sobre as características da população migrante, o autor descreve:

[...] la emigración fue mayor entre los hombres que entre las mujeres, entre la población con edades medias -‘adultos jóvenes’- que entre la de edades mayores, entre la población urbana que entre la población rural, entre la población con instrucción media y superior que entre la población con instrucción primaria, entre las personas que tenían una previa experiencia laboral que entre aquéllas que no tenían, entre asalariados más o menos calificados del sector privado, obreros calificados y profesionales, que entre los empleados públicos y de comercio [...] (Aguiar, 1983 apud Caetano y Alfaro, 1995, p.228).

Após vinte anos de ditadura militar, os últimos anos do século passado trouxeram novas expectativas de recomposição econômica, política e social para o país. O “Plan de Ordenamiento Territorial”, implementado na metrópole de 1998 a 2005, traz consigo a expectativa de reapropriação do território por parte da população. Nele, são desenhados cenários possíveis de desenvolvimento para Montevideo do século XXI.

El Plan Montevideo es un trabajo conjunto de la Intendencia de Montevideo y la Junta de Andalucía a través de la Consejería de Obras Públicas y Transporte y su Dirección General de Ordenamiento del Territorio y Urbanismo, teniendo a frente el geógrafo Florencio Zoido Naranjo, Catedrático de Análisis Geográfico Regional de la Universidad de Sevilla (Soares, 2000, p.1).

O plano aponta algumas possibilidades para o setor industrial; destacamos aqui a que parece ser o cenário predominante no último decênio: “en términos generales se puede afirmar que la industria manufacturera seguirá viviendo en sus próximos años un importante proceso de ajuste estructural que la mantendrá estancada o creciendo a tasas relativamente bajas” (Intendencia de Montevideo, 1998, p.14).

O cooperativismo foi a alternativa de muitos tra-

balhadores das empresas uruguaias que fecharam as portas desde os anos 1980: “El proceso de recuperación de empresas tiene sus raíces en los años ochenta cuando los obreros de la textil La Aurora y los empleados de Promopez intentaron mantener sus fuentes laborales tras el cierre de ambas firmas” (Confederación Uruguay de Entidades Cooperativas, 2005, s/p.). Nos anos 1990, as metalúrgicas retomaram a iniciativa pioneira que, então, já havia fracassado. O número de empresas cooperativadas pelos trabalhadores aumentou com a crise enfrentada em 2002:

En relación al proceso de quiebra que precedió a la recuperación, la socióloga detalló que este se asentó en tres variantes: mala gestión, deudas costosas y carencia de inversión en el sistema de producción. “Todas estas empresas tenían enormes adeudos con el BROU, pero igual se le otorgaban substanciosos créditos”, afirmó (Confederación Uruguay de Entidades Cooperativas, 2005, s/p.).

Até o ano de 2005, a legislação uruguia não possuía regulamentação para empresas cooperativadas. Ao final do período previsto para a primeira etapa do “Plan Montevideo”, as cooperativas haviam aumentado de número.

Actualmente son 18 las empresas que tras cerrar pasaron a ser gestionadas por sus trabajadores. La gran mayoría de ellas se localizan en Montevideo, pero hay experiencias destacables en Salto, Lavalleya y Canelones. En total suman más mil puestos laborales. Los emprendimientos comprenden los más variados rubros, como ser la fabricación y reciclaje de artículos plásticos, textil, vestimenta, vidrio, gráfica, curtiembres, alimentos y bebidas hasta llegar a servicios financieros. Por otra parte, al día de hoy se dan los pasos iniciales para que una fábrica de polímeros de San José, y otra de baldosas en la capital que reabran sus puertas bajo esta modalidad (Confederación Uruguay de Entidades Cooperativas, 2005, s/p.).

As avaliações sobre o momento atual apontam o setor logístico, o porto e o turismo como os destaques da economia para o próximo período, enfatizando o crescimento do setor terciário. Novos ramos industriais também são incentivados, trazendo possibilidades de inclusão regional/mundial para a metrópole uruguia. As indústrias tradicionais passam por um momento de adequação às novas necessidades de localização, às legislações ambientais, às normas de segurança do trabalho, às restrições de transporte de cargas dentro da metrópole e, em muitos casos, são incentivadas à realocação.

As políticas e incentivos aplicados desde 1998 demonstram que Montevideo está construindo neste momento um novo cenário de inserção regional no Mercosul e, também, no contexto econômico internacional. Embora o destino dos antigos ter-

ritórios industriais esteja na pauta de discussões do “Plan Montevideo” desde sua primeira formulação, os investimentos necessários para as mudanças ainda são escassos. A perspectiva de usar, por exemplo, as antigas edificações industriais como alternativa de moradia ainda não se efetivou. Na Região Metropolitana de Montevideu algumas edificações industriais desativadas são adquiridas por empresas internacionais como as instalações da indústria têxtil Hisud que encerrou suas atividades em 2009 e foi adquirida em 2011 pela empresa chinesa BIPC.

Tras el cierre de la textil efectuado a fines de 2009 por los problemas del sector - agravados por la crisis internacional -, los propietarios de Hisud comenzaron a buscar alternativas para el predio de la firma ubicado en Pando. En ese sentido, en mayo del año pasado presentaron a la comuna canaria un proyecto de viabilidad para montar allí un parque industrial. Sin embargo, cuando apareció esta posibilidad de vender a los inversores chinos cerraron el negocio y la alternativa del parque quedó por el camino. La apertura de esta nueva fábrica textil llega luego de varios cierres de firmas en la zona (Panzl, 2011, s/p.).

Em Porto Alegre e em Montevideu a reestruturação do centro metropolitano desencadeou o deslocamento e/ou fechamento de indústrias. Suas antigas edificações compõem o território herdado da cidade industrial juntamente com outros equipamentos construídos naquele período – casas para os trabalhadores e infraestruturas: energia, acesso à água, estradas, porto. Bozzano (2004) propôs quatro tipologias para os territórios da reestruturação industrial: atratividade territorial; pseudoatratividade; territórios mistos; cemitério industrial¹. A tipologia “cemitério industrial” se caracteriza por ser o “cenário perdedor da reestruturação industrial, onde se produz o contraste entre a primeira ocupação industrial e a impossibilidade de retomá-la. Coincide geralmente com os lugares de maior passivo ambiental (Bozzano, 2004, p.234)”. Esta tipologia condiz com os territórios industriais que analisamos em Porto Alegre e Montevideu. Os destinos das edificações podem variar desde o abandono e/ou reutilização com a mesma ou outra função, até a inserção na lógica imobiliária atual. Em nosso entendimento, a presença de “cemitérios industriais” nas duas metrópoles demonstra que esta tipologia não está especificamente relacionada com o nível de inserção dos territórios no atual momento de acumulação do capital na escala mundial. Antes e junto a isso, retrata questões locais de ordenamento territorial das metrópoles.

¹ Na bibliografia uruguaia encontramos os termos “vacíos industriales” e/ou “áreas vacantes industriales” como, por exemplo, em Acuña (2005).

CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO HERDADO DA CIDADE INDUSTRIAL

Antes de seguir nos exemplos propostos, gostaríamos de resgatar a análise de Harvey (2005) sobre a acumulação capitalista. Mais especificamente, suas considerações sobre “A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista”, onde coloca as condições necessárias para que haja acumulação do capital: 1) A existência de um excedente de mão de obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção; 2) A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção – máquinas, matérias primas, infraestrutura e assim por diante, que possibilitam a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido; 3) A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas.

Consideramos que estas condições estavam presentes em Porto Alegre e Montevideu no momento em que se transformaram em cidades industriais. Ao longo do tempo houve um esgotamento dessa forma de organização, evidenciado por um período de crise (mundial e local): “podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior (Harvey, 2005, p.47)”. O período de crise corresponde ao momento de relativa desindustrialização descrito para as duas metrópoles.

Segundo Harvey (2005), o período posterior ao da crise corresponde a um novo nível, e apresenta novas características: aumento da produtividade da mão de obra e da tecnologia de produção; aumento do desemprego e diminuição do custo da mão de obra; investimento de capital em novas e lucrativas linhas de produção; expansão da demanda efetiva por produtos. Para Harvey (2005, p.48), “se pode elaborar um novo nível de demanda efetiva, capaz de aumentar a capacidade de absorção dos produtos [...] por meio da mistura complexa de quatro elementos sobrepostos” que, resumidamente, são: a penetração do capital em novas esferas de atividade; a criação de novos desejos e de novas necessidades de consumo; a facilitação e o estímulo para o crescimento populacional; e a expansão geográfica para novas regiões.

Analisando o período pós-crise e resguardando as diferenças de inserção nacionais entre Brasil e Uruguai na esfera da produção mundial, pode-se dizer que em Montevideu pelo menos dois elementos necessários para efetivar um novo nível de acumulação do capital não se concretizaram: o crescimento populacional e a efetiva inclusão de seu território na expansão do capital transnacional durante a recomposição dos espaços de produção e acumulação nos anos 1990. Ainda as-

sim, consideramos que Montevideu se inclui na atual dinâmica de acumulação do capital como um território potencialmente estruturado, embora com menor intensidade se comparado a Porto Alegre.

Os dois cenários descritos para Porto Alegre e Montevideu podem ser exemplificados com o uso atual das edificações de duas indústrias têxteis que durante o século XX atuaram nos seus territórios: a têxtil La Aurora e a têxtil FIATEC. Os dois exemplos demonstram diferentes funções dos territórios herdados da cidade industrial nas centralidades metropolitanas.

A importância da indústria têxtil no Uruguai durante a primeira metade do século XX é relatada por vários autores: Caetano y Alfaro (1995); Camou y Maubrigades (2009); Bertino y Camou (2003); Acuña (2005). A indústria têxtil La Aurora iniciou suas atividades em 1910 e, na década de 1930, era a segunda maior indústria uruguaia no ramo. Suas edificações estão entre as ruas Uruguiana e República Francesa, próximas da via férrea, na área da primeira ocupação industrial em Montevideu. Nos anos 1980, a falência da empresa fez com que seus trabalhadores se organizassem de forma pioneira em uma cooperativa. O projeto cooperativo não foi exitoso e, em 2001, a Intendência de Montevideu recebeu proposta para o reaproveitamento do prédio industrial:

El intendente Mariano Arana declaró de interés municipal la propuesta de reciclaje del edificio que ocupó la ex fábrica José Martínez Reina, conocida comercialmente como la textil “La Aurora”. El predio, que será destinado a 500 viviendas y tres locales comerciales, se ubica entre las calles Pablo Zufriategui, Uruguiana, República Francesa y Coraceros. El predio forma parte del área comprendida por el Plan Especial del Arroyo Miguelete, donde se proyecta transformar el área circundante al arroyo en un parque lineal con zonas de juegos, centros culturales, un anfiteatro, circuitos deportivos, museos y estacionamientos. La intención es convertir en viviendas las antiguas fábricas abandonadas, para aprovechar las instalaciones e integrarlas a un entorno recuperado (La Red 21, 2001, s/p.).

Em artigo de Acuña (2005), intitulado “Áreas vacantes industriales de la ciudad de Montevideo. Hacia La reapropiación social de las áreas urbanas consolidadas”, é apresentada proposta elaborada pela Comisión Social Consultiva (Facultad de Arquitectura – Universidad de la República y Grupo Promotor para el Desarrollo de Montevideo) para a inclusão dos antigos territórios industriais de Montevideu em novas lógicas funcionais:

De acuerdo con la especificidad de presente proyecto, y de los instrumentos que derivan de la aplicación de esta figura, el Área de Promoción

definida debería establecerse con una finalidad específica: la refuncionalización de las vacantes industriales; pudiendo por lo tanto, sobre el mismo ámbito territorial pueden coexistir con otras áreas de promoción con finalidades diversas (Acuña, 2005, p.30).

As edificações de La Aurora estão localizadas na região oeste da cidade, no eixo rodoviário entre as avenidas Eugenio Garzón e Luis Batlle Berres, definida como “área testigo Nuevo Paris” região prevista para a implantação do projeto. Em 2008, visitamos parte da região, especialmente as instalações da La Aurora. Em conversa informal, o segurança do portão de entrada nos relatou sobre o momento em que a indústria funcionou como cooperativa e sobre o posterior uso de suas instalações: uma parte das edificações estava alugada como depósito; outra parte estava ocupada por pequenas indústrias (gráfica, por exemplo); uma terceira permanecia “abandonada”; e outra, ainda, ocupava meio quarteirão e possuía uma placa de “aluga-se”. Em 2011, retornamos ao local e verificamos a permanência das observações anteriores, exceto em relação à edificação destinada ao aluguel: a empresa EMS Ship Supply, do grupo norueguês Eitzen Group, ocupava as instalações. A empresa trabalha com o abastecimento de navios e podemos relacionar sua presença à importância das atividades portuárias em Montevideu.

A FIATECI iniciou suas atividades em Porto Alegre no ano de 1891 e não acompanhou o deslocamento industrial do centro metropolitano iniciado nos anos 1960. Permaneceu com suas instalações na Avenida Voluntários da Pátria até maio de 2010 quando se transferiu para nova planta no município de Canoas. As antigas instalações da têxtil FIATECI foram adquiridas pela VONPAR, empresa franqueada da Coca-Cola no Brasil que atua nos segmentos de bebidas e de alimentos. Logo após sua desocupação, a área foi destinada a um novo empreendimento imobiliário. Para realizar o projeto, foram contratadas empresas que atuam no ramo da construção civil em Porto Alegre.

FIATECI é destaque no esforço de revitalização: a possibilidade de edificar os cerca de 18 andares que cabem nos 52 metros de altura foi um dos fatores que influenciou a Rossi a propor o projeto do Rossi Fiategi, empreendimento misto que terá três torres residenciais e uma torre comercial, além de um centro comercial. O projeto é um dos destacados pelas autoridades no esforço de revitalização da região, dentro de uma lógica de centro estendido. A construção será no terreno da antiga fábrica que dá nome ao complexo, e segue o estilo chamado de “retrofit”. “Simplificadamente, é a ideia de conservar a história das edificações, mas dando um uso ao

prédio”, explica Kosnitzer (Revista Pense Imóveis, 2011, s/p.).

Nos anos 2000, há uma intensificação do investimento imobiliário na Região Metropolitana de Porto Alegre e progressivamente na capital. A possibilidade de sediar jogos da Copa 2014 a torna ainda mais atrativa para o ramo imobiliário, especialmente nas áreas próximas a orla do Lago Guaíba. O discurso de revitalização do centro e do Quarto Distrito é parte do chamamento ao capital privado para novos empreendimentos. O projeto apresentado é um dos muitos que estão em andamento na metrópole. Além dos investimentos do capital imobiliário, recursos do Governo Federal são disponibilizados para obras de infraestrutura como melhoramentos rodoviários e construção de metrô.

CONSIDERAÇÕES

Os territórios industriais definidos como “cemitérios industriais” localizados em Porto Alegre e Montevideu fazem parte de um momento anterior de estruturação urbana e de acumulação do capital quando se constituíram as cidades industriais. As transformações no nível de acumulação que ocorreram em escala global nas décadas finais do século XX reordenaram o espaço mundial. Este reordenamento definiu novos papéis aos territórios constituídos anteriormente, deslocando-os para uma posição de maior ou menor inserção na nova lógica de acumulação. Exemplos destes deslocamentos são as metrópoles que analisamos em nosso estudo: Porto Alegre se deslocou para uma posição de maior inserção e Montevideu para uma posição de menor inserção no momento atual de ordenamento territorial do capital mundial. Consideramos que as dinâmicas de transformação dos territórios estudados ainda estão em curso e esperamos ter contribuído no debate e na compreensão atual sobre as mesmas.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Carlos (2005). Áreas vacantes industriales de la ciudad de Montevideo. Hacia la reapropiación social de las áreas urbanas consolidadas. Pampa: Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales, n.1, p.11-53, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.unl.edu.ar>. Acesso em 20 de agosto 2011.

ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. A “Desindustrialização” de Porto Alegre: Causas e Perspectivas. Ensaios FEE, Porto Alegre,

vol. 17, ano 9, nº 1. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul- FEE, p. 03-28, 1988.

- ARTIGAS, Alicia et al . Transformaciones socio-territoriales del Área Metropolitana de Montevideo. EURE (Santiago), Santiago, v. 28, n. 85, dic. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.cl/>>. Acesso em 15 de agosto de 2011.
- BENKO, George (2001). A Recomposição dos Espaços. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v.1, n.2, p.7-12, 2001. Disponível em: <<http://www3.uccdb.br>>. Acesso em 27 maio de 2012.
- BERTINO, Magdalena y CAMOU, María (2003). La industria textil uruguaya en el período de industrialización por sustitución de importaciones (1930-1960): entre el desempeño global y la historia de empresas. Disponível em: <<http://www.uruguayeduca.edu.uy/>>. Acesso em 15 agosto de 2011.
- BOZZANO, Horacio. Territorios reales, territorios pensados, territorios posibles: aportes para una teoría territorial del ambiente. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2004.
- CAETANO, Gerardo y ALFARO, Milita. Historia del Uruguay Contemporáneo: Materiales para el debate. 1ª Edición. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria/Instituto de Ciencia Política. Cuadernos de Ciencia Política, 1995.
- CAMOU, María Magdalena y MAUBRIGADES, Silvana. Tejiendo una historia: evolución de la industria textil uruguaya, 1898-2000. Disponível em: <<http://www.hindustria.com.ar/>>. Acesso em 11 agosto de 2011.
- CONFEDERACIÓN URUGUAYA DE ENTIDADES COOPERATIVAS. Empresas recuperadas: ayer un sueño imposible, hoy una realidad fértil. Extraído de La República, 20/12/2005. Disponível em: <<http://www.neticoop.org.uy/>>. Acesso 10 setembro de 2011.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 11 agosto de 2011.
- INE – Instituto Nacional de Estadística. Disponível em: <<http://www.ine.gub.uy/>>. Acesso em 21 setembro de 2011.
- INTENDENCIA DE MONTEVIDEO. Plan de Ordenamiento Territorial 1998-2005. Disponível em: <<http://www.montevideo.gub.uy/sites/default/files/articulo/meminfo.pdf>>. Acesso em 10 outubro de 2011.

- LA RED 21. Obras para construir 500 viviendas en ex fábrica Martínez Reina declaradas de interés municipal. Comunidad, 07/08/2001. Disponível em: <<http://www.lr21.com.uy/comunidad/51753>>. Acesso em 30 setembro de 2011.
- PANZL, SEBASTIÁN. Grupo chino compro el predio de Hisud. El País Digital, 02/01/2011. Disponível em: <<http://www.elpais.com.uy/>>. Acesso em 20 setembro de 2011.
- PENSE IMÓVEIS. 4º Distrito: área histórica da cidade retoma vocação de ser um “Caminho Novo”. Revista Pense Imóveis, 18/04/2011. Disponível em: <<http://revista.penseimoveis.com.br/especial/rs/editorial-imoveis/19,480,3276322>>. Acesso em 30 setembro de 2011.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues (2000). Plan Montevideo - Plan de Ordenamiento Territorial 1998-2005. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº 209, 22/02/2000. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/>>. Acesso em 30 setembro de 2011.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; UEDA, Vanda. ¿Otra metropolización es posible? Porto Alegre: una Metrópoli entre lo local y lo global. Actas del Seminario Internacional “El desafío de las áreas metropolitanas en un mundo globalizado - Una mirada a Europa y América Latina”. Barcelona: Instituto Catalá de Cooperación Iberoamericana & Institut d’Estudis Territoriales, p.505-526, 2002.
- WINCK, LUCIAMEM. Depois do glamour, o abandono do 4º Distrito em Porto Alegre: Prefeitura promete revitalizar a área antes da Copa do Mundo de 2014. Correio do Povo, 21/05/2011. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/>>. Acesso em 30 setembro de 2011. ■

Andre Ricardo Salata

Moradores de favelas e violência policial

uma análise sobre vítimas de agressão física policial nas principais metrópoles brasileiras

Resumo

As favelas fazem parte da estrutura sócioespacial das principais regiões metropolitanas brasileiras - particularmente no caso do Rio de Janeiro. No atual quadro de “violência urbana” vivenciado por essas regiões nas últimas décadas, as favelas vêm sendo simbolizadas como locus privilegiado da violência, e seus moradores como cúmplices de uma minoria envolvida com o tráfico de drogas, o que justificaria ações truculentas por parte do aparato policial contra esta parcela da população. O presente trabalho tem como principal objetivo verificar o efeito que o fato de o indivíduo morar em favela pode ter sobre suas chances de ser vítima de agressão física policial. Para tanto, utilizaremos dados de uma pesquisa de vitimização distribuídos como suplemento da PNAD 2009 (IBGE), que serão analisados através de modelos logit.

Palavras-chave: Violência; Agressão; Policial; Favela; Metrópoles.

Abstract

The slums are part of the socio-spatial structure of the main Brazilian metropolitan areas - particularly in the case of Rio de Janeiro. Given the “urban violence” experienced by these regions in recent decades, those slums have been symbolized as the privileged locus of violence, and its residents as accomplices of a few involved with the drug trafficking, which would justify belligerent actions by the police against that population. The main objective of this work is to verify the effect that the fact that the individual living in slum can have on your chances of being victim of police aggression. We utilize data from a victimization survey distributed as a supplement to the 2009 PNAD (IBGE), which will be analyzed using logit models.

Palavras-chave: Violence; Aggression; Police; Slums; Cities.

Andre Ricardo Salata

é doutorando em Sociologia PPGSA/UFRJ (2010). Trabalhou como assistente de pesquisa no Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Estratificação Social e Desigualdades, atuando principalmente com metodologia quantitativa.

andre_salata@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a sociedade brasileira, que até então se imaginava como pacífica (Misse, 2008), vem acompanhando um crescimento significativo das principais taxas de criminalidade – como assaltos, homicídios dolosos e latrocínio –, em particular em suas regiões mais urbanizadas, metropolitanas (Coelho, 1988). Imagens de arrastões, tiroteios, conflitos entre policiais e traficantes, notícias sobre assaltos e homicídios passaram a fazer parte do repertório simbólico a partir do qual as cidades brasileiras são representadas.

Muitos fatores contribuíram para o aumento da criminalidade em nossas cidades, destacando-se a ampliação da venda e consumo de drogas – particularmente de cocaína –, patrocinados pelo cartel internacional de entorpecentes, e o comércio de armas a ele associado. A parcela mais visível desse esquema, sua ponta final responsável pela venda no varejo, se faz presente aqui, entre outras formas, através dos bandos armados que se instalaram nas favelas das grandes cidades. Os violentos conflitos provenientes desse negócio, decorrentes seja da disputa por territórios – as chamadas “bocas de fumo” – ou mesmo de traições internas aos próprios grupos, talvez se constituam como as práticas mais representativas da “violência urbana”, tornando as favelas – sempre tidas como um problema, mas anteriormente construído sobre outras bases –, o *locus* privilegiado da violência nas grandes cidades.

Ao serem forçados a levar suas rotinas no mesmo local onde são desenvolvidas essas práticas violentas, os moradores de favelas seriam muitas vezes interpretados como cúmplices dos “bandidos” ou, em casos mais específicos (homens, jovens e negros), seriam “quase-bandidos”. Tais representações teriam levado grande parcela da população a apoiar ações truculentas e ilegais por parte da polícia contra os “favelados”. As conhecidas particularidades da construção da cidadania no Brasil, invertendo a ordem descrita por Marshall (1963) para o caso da Europa (Carvalho, 2008), garantiram aos moradores de favelas, nos últimos anos, a expansão de seus direitos sociais e políticos; mas, entre as restrições impostas pelos bandos armados de traficantes e as constantes ações violentas por parte da polícia, a condição de subcidadãos dos moradores de favelas vem se intensificando (Leite, 2000), já que a eles nem os mais elementares direitos civis – direito à vida e direito de ir e vir – estariam garantidos na prática.

No presente trabalho temos como principal objetivo verificar se o fato de um indivíduo morar em

favela aumenta suas chances de sofrer agressão física¹ por parte de policiais; se o fizer, gostaríamos de mensurar o quanto aumenta, mesmo quando mantemos constantes outras características, tais como gênero, cor, idade, e nível sócioeconômico.

A fim de fornecer respostas a estas perguntas utilizaremos dados provenientes do suplemento da PNAD 2009 (IBGE), que se constitui em uma representativa pesquisa de vitimização. O recorte utilizado será o das principais Regiões Metropolitanas Brasileiras. As Regiões Metropolitanas que são estatisticamente representativas na PNAD – e que, portanto, constituirão o recorte do presente artigo – correspondem a um total de 10 Metrôpoles: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Brasília, que está classificada também como região metropolitana, mas diz respeito apenas ao Distrito Federal.

CIDADE, FAVELA E “VIOLÊNCIA URBANA”

Assim como Machado da Silva (2010), focalizaremos o Rio de Janeiro por se constituir um caso “bom para pensar” (Geertz, 1989) o conjunto das grandes cidades brasileiras no que se refere à questão da “violência urbana”. Além disso, há uma extensa literatura a respeito da relação entre favela e cidade no Rio de Janeiro – que pode nos ajudar a refletir sobre essa relação em outros grandes centros urbanos, que serão também analisados neste trabalho.²

Datam do final do século XIX as primeiras ocu-

¹ “Agressão que se caracteriza pela ocorrência de lesão corporal, ou seja, em que a vítima tem a integridade de seu corpo atingida pelo agressor de alguma forma, como, por exemplo, tapa no rosto, empurrão, espancamento, soco, estupro ou violência sexual, ferimento provocado por arma de fogo, uso da força do corpo do agressor ou de objetos (facas, pedras, tocos de madeira, etc.)” – conforme consta na documentação do suplemento da PNAD 2009 (IBGE).

² Devemos, entretanto, tomar cuidado com a generalização do sentido do termo favela, que pode sofrer modificações entre as diferentes Regiões Metropolitanas; além disso, devemos lembrar o padrão heterogêneo de violência e criminalidade entre essas diferentes regiões. No entanto, acreditamos que apesar dessas disparidades podemos encontrar pontos em comum, entre as principais Regiões Metropolitanas, no que se refere à relação entre “favela” e “cidade” – relação esta que procuraremos explorar no decorrer do texto. Nesse sentido, dada a extensa bibliografia e reflexão empírico-teórica sobre esse tema focando na metrópole do Rio de Janeiro, tomamos esse caso, e a discussão levantada em torno dele, como referência na construção deste trabalho – sem, entretanto, esquecermos das possíveis disparidades.

pações das encostas de morros pela população pobre na cidade do Rio de Janeiro (Valladares, 2005). A mais conhecida destas é a ocupação do Morro da Favella, já existente na época com o nome de Morro da Providência, praticada por antigos combatentes da Guerra de Canudos, que ali se instalaram com a finalidade de exercer pressão para que o Ministério da Guerra pagasse seus soldos atrasados. O termo “Favela”, pouco a pouco, passou a denominar “qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos” (Valladares, 2005). Com o passar do tempo os cortiços, que antes eram o local de moradia das camadas mais empobrecidas da população, foram dando lugar às favelas, que se multiplicaram no cenário urbano carioca.

Apesar de grande parte de estas favelas apresentarem uma proximidade física com os setores mais enriquecidos da população carioca, assim como em relação aos equipamentos urbanos com os quais esses grupos privilegiados contam, a relação dos moradores de favelas com os moradores do “asfalto”, e também com o Estado, teria sempre se dado de uma maneira bastante peculiar e diversa das outras camadas da população. As favelas, desde seu início, foram vistas como uma ameaça, um mal, um problema a ser resolvido ou controlado pelo restante da cidade (Valladares, 2005).

Nos últimos anos assistimos a um debate acerca da pertinência da distinção dos territórios de favela para o estudo da organização sócioespacial da cidade do Rio de Janeiro. Alguns autores, como Preteceille e Valladares (2000) trabalham com a ideia de que, diante da melhora nas condições de habitação e de acesso a serviços urbanos nas áreas de favela nos últimos anos, e também em função da constatação da heterogeneidade social interna a estes territórios, assim como sua aproximação social com bairros populares da periferia, a distinção entre áreas de favela e de “bairro” não faria mais sentido.

No entanto, outros trabalhos vêm mostrando que, apesar da diminuição das diferenças sociais entre bairros de periferia e favelas, e também da heterogeneidade interna a esses territórios, os moradores de favela apresentam diversas desvantagens no que diz respeito à reprodução das desigualdades sociais (Ribeiro, Crespo, e Alves, 2008), assim como no que se refere à relação hierarquizada e clientelística que possuiriam com as principais instituições da sociedade, o Estado, e também com os grupos mais abastados (Burgos, 2005; Machado da Silva, 2002).

Devemos nos ater, por agora, no impacto que os atuais altos índices de violência podem ter sobre a

relação da favela com o restante da cidade.

“VIOLÊNCIA URBANA” E A “METÁFORA DA GUERRA”

Seguindo as linhas já traçadas por outros autores - Machado da Silva (2004), Leite (2000) - procuraremos, nesta seção, compreender a posição ocupada atualmente pelas favelas e seus moradores nas grandes cidades urbanas brasileiras, tendo como foco as recentes mudanças nos padrões de criminalidade violenta.

Como já dissemos as favelas e seus moradores sempre foram interpretados como um problema a ser resolvido, ainda que os atributos constitutivos de tal “problema” e a intensidade de tal percepção tenham se modificado algumas vezes com o passar do tempo. Atualmente, como demonstrado por Machado (2004), é a questão da “violência urbana” que vem servindo como chave interpretativa que atribui às favelas a característica principal de ser o centro disseminador dessa violência, e seus moradores cúmplices dos bandos armados de traficantes responsáveis por ela.

Apesar das enormes dificuldades de mensuração do fenômeno, diversos estudos (Coelho, 1988) já mostraram que muitos dos índices de criminalidade violenta apresentaram claras tendências de crescimento nas grandes cidades brasileiras, entre elas a cidade do Rio de Janeiro, que neste trabalho tomamos como exemplo. Mas não parece ser apenas esse aumento quantitativo da violência, mas principalmente alguma mudança qualitativa que seria identificada através da gramática da “violência urbana” (Machado da Silva, 2008).

A noção de “violência urbana”, sempre vaga e imprecisa, vem se constituindo como gramática dominante na percepção acerca do cotidiano nas grandes cidades brasileiras. Superficialmente, ela diz respeito às práticas violentas que ameaçam a integridade física e o patrimônio de seus moradores; mais profundamente, ela parece reconhecer e problematizar o surgimento de um padrão de sociabilidade distinto daquele orientado para a restrição da violência através do monopólio do uso da força por parte do Estado (Machado da Silva, 2004).

Ao identificar a ameaça imediata que esse quadro pode representar às rotinas e à integridade física e patrimonial, grandes parcelas dos moradores das grandes cidades vêm recorrendo a um imediatismo obsessivo em suas demandas por ordem e integração social, que se traduzem muitas vezes em tentativas de

autoisolamento – vide o crescimento expressivo dos condomínios fechados nas áreas mais afastadas das grandes cidades nos últimos anos (Caldeira, 2000)³ -, e na construção restritiva da alteridade, que buscaria garantir sua segurança apesar dos outros, e não mais com os outros.

Leite (2000) chama a atenção para um importante desdobramento do repertório da “violência urbana”: o desenvolvimento da “metáfora da guerra” e dos mitos a ela associados:

Presumindo que se vivia de fato uma guerra que opunha morro e asfalto, favelados e cidadãos, bandidos e policiais, os partidários desta perspectiva aceitavam a violência policial em territórios dos e contra os grupos estigmatizados e assistiam passivos ao envolvimento de policiais militares em várias chacinas. (p. 75)

A perspectiva dominante veria no atual quadro de “violência urbana” uma situação de guerra, onde poderíamos identificar um inimigo do bem estar da cidade e seus moradores: as favelas. Tomadas pelos bandos armados de traficantes, estas representariam o centro a partir do qual a violência se irradiaria para o restante da cidade. Ao escolherem o lado de lá (habitações irregulares, informalidade, etc.) e viverem lado a lado com os traficantes, os moradores das favelas se tornariam cúmplices do crime e da violência, inimigos da cidade. Situações de guerra, ainda de acordo com essa perspectiva, exigem ações excepcionais. Dessa maneira justificar-se-ia e legitimar-se-ia a truculência das ações policiais em áreas de favela e contra os moradores dessas áreas.

Buscando garantias imediatas, e a qualquer preço, de proteção patrimonial e pessoal, alguns segmentos da sociedade reivindicariam seus direitos de cidadania sem, no entanto, pretender torná-los universais. Pelo contrário, é como se para garantirem esses direitos as classes populares e, principalmente, os moradores de favelas, tivessem que abdicar dos mesmos, operando o que Lautier (1997) denomina de “cidadania de geometria variável”; esta indicaria a peculiar construção da noção de cidadão no Brasil – e também em alguns outros lugares - que abdicaria da necessidade de uma univocidade dos direitos e deveres a ela associados.

Longe do universalismo descrito por Marshall (1967) para o caso Europeu, e seguindo o brilhante texto de Carvalho (2008), do ponto de vista dos direitos civis os brasileiros poderiam ser divididos em três classes: os privilegiados, que estão acima da lei;

³ Vale lembrar, entretanto, que no conjunto da população brasileira ou metropolitana, não são grandes parcelas que se autoisolam em condomínios, mas uma minoria.

cidadãos simples, de segunda classe, sujeitos aos rigores e benefícios da lei; e, finalmente, os cidadãos de terceira classe, população marginal das grandes cidades, que têm seus direitos civis ignorados ou constantemente desrespeitados.

A linguagem da “metáfora da guerra” justificaria o desrespeito aos direitos civis dos moradores de favelas, compreendendo-os como incompatíveis com a segurança, ordem, e integração social do restante da cidade.

É neste universo semântico que se insere a qualificação da violência policial em bairros populares, favelas e periferias e do desrespeito aos direitos civis dos indivíduos de classes populares suspeitos de participação ou convivência com a criminalidade violenta como simples “excessos”, males necessários e secundários na guerra contra o crime. (p. 79)

Muitas vezes a incriminação (identificação do autor de um crime) de moradores de favelas se anteciparia à sua criminalização (processos efetivos através dos quais eventos são interpretados como crimes), ou mesmo à criminalização (processo através do qual determinado tipo de ação passa a ser considerado crime de acordo com a definição legal)⁴. Portadores desse estigma – “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” - (Goffman, 2008, p. 7), os moradores de favelas sistematicamente seriam acusados de crimes que não cometeram, ou mesmo de crimes que ainda não foram cometidos, revelando a prevalência extralegal do processo de criminalização no Brasil.⁵

Criar-se-ia dessa maneira uma parcela da população que poderia ser considerada como “matável”, como atesta a famosa sentença: “bandido bom é bandido morto” (Fridman, 2008). Exemplos concretos dessa tese seriam as inúmeras denúncias, contra policiais, de execuções sumárias, abusos e torturas, além das já famigeradas chacinas, que permanecem sem serem claramente investigadas ou sem que seus responsáveis sejam punidos. “Esclarecer sua morte, quando sua vida já era indiferente a todos, não interessa nem

⁴ Definições retiradas de Misse (2008).

⁵ Em oposição ao processo de incriminação racional-legal, Misse (2008) denomina o processo acima descrito, presente no Brasil, como “sujeição criminal”. Neste tipo de processo o sujeito e seu tipo social tornam-se diretamente identificados com o crime de uma maneira geral, mesmo com aqueles crimes que ainda não tenham ocorrido. Vemos assim a face mais perversa do processo descrito por Foucault (1987), da subjetivação do crime, que não mais se identifica através de um evento, o crime em si, mas sim de um sujeito, que o carrega. Mais profunda que o estigma, a sujeição criminal não se traduziria apenas em rótulos ou papéis sociais, realizando a completa fusão do evento com seu autor em potencial.

à polícia nem à sociedade como um todo” (Misse, 2008, p. 384).

Da mesma maneira, poderíamos dizer que próxima, ou misturada, a essa parcela cuja morte seria indiferente à sociedade, encontramos um conjunto de pessoas passíveis de serem agredidas pelas forças policiais? Estigmatizados por sua posição social e proximidade física com os “bandidos”, acusados de escolherem o lado de lá da “guerra”, e de compartilharem o mesmo território do inimigo, correriam os moradores de favela maiores riscos de serem vítimas de agressão física por parte de policiais?

RESULTADOS

SOBRE OS DADOS

Um dos grandes desafios das pesquisas sobre os temas da violência e criminalidade se encontra na confiabilidade dos dados disponíveis. Tradicionalmente utilizam-se os dados do sistema de saúde (para agressões ou homicídios) e/ou os registros policiais (que também incluem os roubos, furtos etc.). Uma terceira fonte de dados, mais confiável, porém menos comum – devido aos custos elevados –, são as pesquisas de vitimização (Cano et al, 2002). Felizmente no ano de 2009, junto ao levantamento anual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizou-se de um suplemento sobre vitimização e acesso à justiça no Brasil. Assim como os dados convencionais das PNADs, os microdados liberados pelo IBGE para este suplemento são representativos para o país como um todo: regiões, Unidades Federativas, e as principais Regiões Metropolitanas: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Brasília (Distrito Federal).

Os dados provenientes dessa pesquisa, intitulada “Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil”, nos trazem informações sobre se a pessoa foi vítima de agressão física no último ano e qual o agressor (parente, cônjuge, conhecido, desconhecido, policial, etc.). Além disso, se quiséssemos também teríamos informações a respeito de roubos, furtos, e acesso à justiça. Vale destacar que esses dados são perfeitamente compatíveis com as outras informações tradicionalmente presentes na PNAD sobre renda, educação, idade, cor, local de moradia etc.

Dessa forma, temos em mãos um conjunto de dados que pode nos fornecer valiosas informações a respeito do tema tratado no presente trabalho. Através dele seremos capazes, entre outras coisas, de analisar

a importância que o fato de um indivíduo morar em favela pode ter sobre suas chances de ser vítima de agressão policial.

RECORTE UTILIZADO

Tomamos o Rio de Janeiro como caso chave para se pensar a relação entre favela e asfalto, “violência urbana” e violência policial, nas grandes cidades brasileiras. Em nossa análise empírica, no entanto, utilizaremos as informações a respeito do conjunto das principais regiões urbanas metropolitanas brasileiras (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Brasília).

No decorrer da análise, consideraremos a categoria técnica do IBGE de aglomerados subnormais⁶ como *proxy* das favelas. Dessa maneira poderemos distinguir entre indivíduos que moram e que não moram em áreas de favela. Aqueles que vivem em penitenciárias, asilos, alojamentos, quartéis, embarcações e aldeias indígenas serão retirados da análise.

O corte de idade utilizado será de indivíduos entre 10 e 60 anos.

Três variáveis específicas do suplemento de vitimização serão essenciais nas análises que se seguem. Foi perguntado, para todos os indivíduos a partir de 10 anos de idade, em primeiro lugar, se no período compreendido entre 27 de setembro de 2008 e 26 de setembro de 2009 eles teriam sido vítimas de agressão física. Caso o indivíduo tivesse sido vítima de alguma agressão física nesse período, a seguir era perguntado quantas vezes ele havia sido agredido. A seguir, o entrevistado deveria indicar quem teria sido o autor da última agressão, com as seguintes possibilidades de resposta: pessoa desconhecida, policial, segurança privada, cônjuge/ex-cônjuge, parente, e pessoa conhecida.

Essa terceira questão nos trouxe um problema, dado nosso interesse em analisar chances de indivíduos terem sido vítimas de agressão policial: só é identificado o autor da última agressão sofrida pelo entrevistado no período analisado. Diante disso, poderíamos seguir por dois caminhos: analisar todos os indivíduos, incluindo aqueles agredidos mais de uma vez, e identificar o autor da última agressão; ou utilizar apenas indivíduos agredidos apenas uma úni-

⁶ “Conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE, 2002).

ca vez, tendo dessa maneira a certeza do autor desta agressão. Dado que, tanto entre moradores de favela quanto entre moradores do asfalto, os que foram agredidos uma única vez correspondiam a mais ou menos 75% de todas as vítimas, optamos por seguir o segundo caminho e eliminar da análise aqueles indivíduos agredidos mais de uma vez no período analisado.

ANALISANDO OS DADOS

Primeiramente devemos considerar que de acordo com os dados utilizados, como era de se esperar, o número de indivíduos incluído em nosso recorte, vítimas de agressão física por parte de policiais, é muito pequeno: entre as 42.835.293 pessoas dentro da amostra utilizada, apenas 24.779 sofreram agressão física por parte de policiais no período analisado pela pesquisa⁷, o que significa uma proporção de 0,05% entre indivíduos selecionados em nosso recorte.

Na tabela 1 apresentamos a mesma estatística para moradores de bairros e favelas separadamente.

A taxa de moradores de bairros vítimas de agressão policial, no recorte utilizado, é de 48,6 de cada 100.000 pessoas; para os moradores de favelas essa proporção sobe para 149,1.⁸ Apesar de continuar sendo uma proporção pequena – como esperado –, vemos que ela é três vezes maior do que para os moradores de bairros.

A fim de fazer uma análise mais profunda da relação entre essas variáveis, nos utilizaremos de modelos de regressão logística, tendo como variável dependente o fato de o indivíduo ter sido ou não vítima de agressão física policial, e como variáveis independentes, fatores individuais (cor, gênero e idade), sócioeconômicos (escolaridade, renda etc.) e, obviamente, a distinção entre favela e bairro.

Na tabela 2 segue a descrição das variáveis utilizadas:⁹

⁸ Vale lembrar que estamos tratando apenas de indivíduos que não sofreram agressões no período coberto pela pesquisa, ou que só as sofreram uma única vez.

⁹ Também testamos os efeitos de um conjunto de *dummies* in-

Local de Moradia	Vítima de Agressão Física Policial			
	Não		Sim	
	N.	A cada 100.000 pessoas	N.	A cada 100.000 pessoas
Bairro	38896930	99951,4	18898	48,6
Favela	3938363	99850,9	5881	149,1
Total	42835293	99942,2	24779	57,8

Tabela 1:
Vítima de agressão física policial por local de moradia - principais regiões metropolitanas brasileiras, 2009.

Fonte: PNAD, 2009 / IBGE.

Variáveis	Tipo	Descrição
Variável Dependente		
Vítima	Dicotômica	Indica se o indivíduo foi vítima de agressão física policial no período coberto pela pesquisa (1=sim/0=c.c)
Variáveis Independentes		
Gênero	Dicotômica	Gênero (0=masculino/1=feminino)
Cor (pardo)	Dicotômica	Pardo (1=sim/0=c.c) Ref: Branco
Cor (preto)	Dicotômica	Preto (1=sim/0=c.c) Ref: Branco
Idade (16-25)	Dicotômica	16-25 (1=sim/0=c.c) Ref: 10-15
Idade (26-35)	Dicotômica	26-35 (1=sim/0=c.c) Ref: 10-15
Idade (36-50)	Dicotômica	36-50 (1=sim/0=c.c) Ref: 10-15
Idade (+50)	Dicotômica	+50 (1=sim/0=c.c) Ref: 10-15
Escolaridade	Contínua	Anos de estudo do chefe de domicílio
Densidade	Contínua	Densidade domiciliar (morador/dormitório)
Renda	Contínua	Logaritmo da renda <i>per capita</i> do domicílio
Atividade	Dicotômica	Indica se o indivíduo estuda e/ou trabalha (1=sim/0=c.c)
Favela	Dicotômica	Indica se o indivíduo mora em área de favela (1=sim/0=c.c)

Tabela 2:
Variáveis Utilizadas.

Como já dissemos, nossa variável independente indicará se o indivíduo foi ou não vítima de agressão física por parte de policiais no período coberto pela pesquisa. Como variáveis independentes, teremos três conjuntos de informações. Em primeiro lugar, variáveis relativas a características individuais, como gênero, cor e idade; a seguir, teremos informações a respeito do nível sócio-econômico dos indivíduos, como anos de estudo do chefe de domicílio (podendo ser ele mesmo ou não), densidade domiciliar, renda domiciliar per capita e condição de atividade (se ele estuda e/ou trabalha); por fim, encontramos a variável de nosso maior interesse, que nos indica se o indivíduo mora em área de favela.¹⁰

Na tabela 3 temos os modelos *logit* estimados.

Foram rodados três modelos aninhados. O “Modelo 1” inclui apenas as variáveis relativas a características individuais; o “Modelo 2” adiciona as informações referentes ao nível sócio-econômico; e, finalmente, o “Modelo 3” inclui a variável “Favela”, que mais nos interessa. Para cada variável independente informamos o coeficiente e o exponencial do mesmo – a fim de facilitar sua interpretação, em termos de razões de chances –, além dos resultados dos testes de significância dos parâ-

dicadoras da região geográfica (Norte, nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Como seus parâmetros não foram estatisticamente significativos, e nem alteraram o poder explicativo dos modelos, decidimos deixá-las de fora dos resultados expostos neste trabalho.

¹⁰ É importante salientar que, para rodar os modelos, utilizaremos os pesos inerentes à PNAD multiplicados pela fração amostral. Dessa maneira, os parâmetros que obteremos serão exatamente iguais àqueles que seriam obtidos caso utilizássemos os pesos originais, mas as estimativas dos erros padrão refletirão o tamanho real da amostra (Silva, 2003, p. 122). Destarte, os testes de significância dos parâmetros se tornarão mais “rigorosos”, permitindo uma melhor avaliação dos efeitos das variáveis independentes sobre nossa variável dependente.

Variáveis		Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Gênero	b	-1,335***	-1,479***	-1,484***
	exp(b)	0,26	0,22	0,22
Cor (pardo)	b	0,550+	0,306	0,261
	exp(b)	1,73	1,35	1,29
Cor (preto)	b	1,291***	1,031*	1,012*
	exp(b)	3,63	2,80	2,75
Idade (16-25)	b	1,388*	1,431*	1,441*
	exp(b)	4,00	4,18	4,22
Idade (26-35)	b	0,331	0,439	0,451
	exp(b)	1,39	1,55	1,56
Idade (36-50)	b	0,824	0,943	0,964
	exp(b)	2,27	2,56	2,62
Idade (+50)	b	0,464	0,573	0,606
	exp(b)	1,59	1,77	1,83
Escolaridade	b	-----	0,022	-0,012
	exp(b)	-----	0,97	0,98
Densidade	b	-----	-0,16	-0,031
	exp(b)	-----	0,98	0,96
Renda	b	-----	-0,410*	-0,383*
	exp(b)	-----	0,66	0,68
Atividade	b	-----	-0,508	-0,526
	exp(b)	-----	0,60	0,59
Favela	b	-----	-----	0,954**
	exp(b)	-----	-----	2,59
Constante		-8,194	-5,028	-5,376
-2LL		776,807	764,696	757,982
Model X ²		39,156***	51,267***	57,981***
Step X ²		39,156***	12,111*	6,714**

Nota: +p<0,10; *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001

tros. Já na parte inferior da tabela temos as estatísticas de ajuste dos modelos.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que as estatísticas de ajuste dos modelos indicam que a contribuição dos mesmos, como um todo, para a explicação do fenômeno, é satisfatória, e que a diferença entre eles é significativa - ou seja, os “blocos” de variáveis adicionados a cada passo contribuem significativamente para o poder explicativo dos modelos.

Chama nossa atenção o efeito que o gênero possui sobre as chances de o indivíduo ter sido vítima de agressão física policial. Ser do gênero feminino diminui essa chance em 78% (de acordo com o “Modelo 3”, mais completo)¹¹ em relação aos homens. Ou seja, homens possuem chances muito maiores de serem vítimas desse tipo de agressão do que mulheres.

A cor do indivíduo também exerce grande influência. No “Modelo 1”, que não inclui informações

¹¹ Resultado estatisticamente significativo ao nível de 0,001.

Tabela 3:
Modelos *logit*
para as chances
de ter sido vítima
de agressão física
policial.

sobre o nível sócioeconômico, tanto ser pardo quanto preto aumentam as chances de ter sido vítima – com um efeito mais acentuado no segundo caso. Já quando incluímos aquelas informações, vemos que somente a variável “preto” continua a apresentar um resultado significativo, aumentando em 175% - em relação aos brancos - as chances dos pretos serem vítimas de agressão policial, mesmo quando controlamos pelo nível sócioeconômico.

O conjunto de *dummies* referente à idade apresenta um comportamento similar nos três modelos: somente a faixa de 16 a 25 anos exerce uma influência significativa, aumentando em mais de três vezes as chances do indivíduo ter sido vítima de agressão - em relação aos indivíduos de 10 a 15 anos. As outras faixas também aumentam – em menor grau – essas chances, mas seus parâmetros não são significativos.

Em relação às quatro variáveis indicadoras de nível sócioeconômico (escolaridade, renda, densidade e atividade), todas atuam no sentido de diminuir as chances de agressão policial, mas somente a renda apresenta efeitos estatisticamente significativos.

Finalmente, o fato de o indivíduo morar em uma área de favela, mesmo quando controlamos por todas as variáveis anteriores, aumenta em 159% sua chance de ter sido vítima de agressão física policial.¹² Como o modelo logístico trabalha com logaritmos de razões de chance, a interpretação dos coeficientes pode ser um tanto quanto complicada. Uma maneira de torná-los mais palatáveis é através de simulações com as probabilidades previstas pelo modelo.

A seguir temos as probabilidades previstas para seis indivíduos fictícios, metade moradores de favelas. Os dois primeiros casos, que classificamos como tendo nível sócioeconômico “alto”, possuem gênero feminino, cor branca, idade superior a 50 anos, renda média/alta, densidade domiciliar baixa, escolaridade

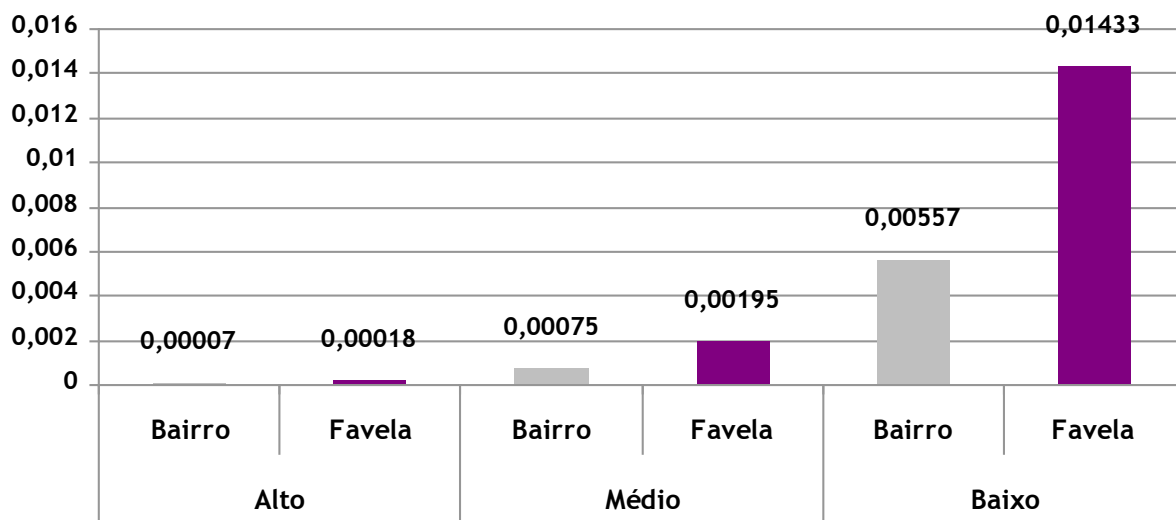
do responsável pelo domicílio média/alta, e estudam e/ou trabalham; os dois casos seguintes, que classificamos como tendo nível sócioeconômico “médio”, possuem gênero masculino, cor parda, idade entre 36 e 50 anos, renda média/baixa, densidade domiciliar média, escolaridade do responsável pelo domicílio média/baixa, e estudam e/ou trabalham; por fim, os dois últimos casos possuem gênero masculino, cor preta, idade entre 16 e 25 anos, renda baixa, densidade domiciliar alta, escolaridade do responsável pelo domicílio baixa, e não estudam nem trabalham. A única diferença interna aos pares é o fato de um indivíduo morar em bairro e o outro em favela.

O gráfico 1 torna ainda mais claro o efeito de morar em áreas de favela. Em primeiro lugar vemos que, indo do nível “alto” em direção ao nível “baixo”, há uma clara tendência de aumento nas probabilidades de ser vítima de agressão física policial, o que já era esperado. Nos três casos, morar em favela contribui para aumentar essas probabilidades, mesmo quando comparamos dois indivíduos com características (idade, cor, gênero, renda etc.) idênticas, tornando mais visíveis os resultados dos modelos estimados.

No caso dos indivíduos de nível “alto”, a sua baixa probabilidade sofre um pequeno aumento absoluto, indo de 0,00007 para 0,00018 quando moram em favela; já no caso dos indivíduos de nível “médio”, há um maior aumento, indo de 0,00075 para 0,00195; por fim, entre os indivíduos de nível “baixo” o aumento absoluto é bem maior, indo de 0,00557 para 0,01433, atingindo assim uma probabilidade de mais de 1,4% quando mora em favela. Ou seja, em termos absolutos os que mais sentiram os efeitos de morar em áreas de favela foram os jovens, do sexo masculino, pretos, e provenientes de famílias com menor nível sócioeconômico, que já possuíam uma maior probabilidade de serem vítimas de agressão policial. Quando moram em favelas, essa probabilidade cresce substancialmente.

¹² Resultado estatisticamente significativo ao nível de 0,01.

Gráfico 1: Probabilidades de ser vítima de agressão policial, estimadas pelo “Modelo 3”.



Fonte: PNAD, 2009 / IBGE.

Portanto, mesmo quando controlamos por características individuais e nível sócioeconômico, morar em favela torna o indivíduo mais vulnerável a esse tipo de agressão. Tais resultados, se não confirmam, ao menos sustentam as hipóteses levantadas na primeira parte desse trabalho. Apesar da melhora dos serviços públicos e nível sócioeconômico em áreas de favela, como bem apontando por Preteceille e Valladares (2000), sua posição social subordinada parece persistir.¹³

Outros dados presentes na pesquisa também poderiam auxiliar em nossas interpretações.

Tomando por base somente aqueles indivíduos que foram vítimas de agressão física, e que na última (ou única) agressão sofrida no período analisado o autor da mesma fora um policial (o que constitui um universo de apenas 59 casos reais, ou 28.254 casos quando multiplicamos pelo fator original de expansão da amostra), podemos levantar algumas questões interessantes com relação à providência tomada por estes indivíduos.

Como podemos ver nas tabelas anexas¹⁴, os moradores de favelas apresentaram uma tendência maior do que a dos moradores de bairros a procurar a polícia nesses casos – de agressão física policial¹⁵; no entanto, entre aqueles que não o fizeram há uma maior inclinação, entre os moradores de favelas, a justificar sua atitude por medo de represália. Quando procuraram a polícia, há uma menor chance de que o registro seja feito quando se trata de moradores de favelas. Mais uma vez, tal atitude – de não registrar, mesmo tendo recorrido à polícia –, é justificada pelo medo de

represálias.¹⁶

Enquanto os moradores de bairros, em sua maioria, justificam o fato de não procurarem a polícia, ou de não fazerem o registro, afirmando não acreditar naquela corporação, ou não querer envolvê-la, os moradores de favela tendem a justificar essas atitudes pelo medo de represália. Não apenas sofrem, os moradores de favelas, com maiores chances de serem vítimas de violência policial, como também – quando o são –, os dados indicam que muitas vezes deixam de procurar a polícia, ou registrar o caso, por estarem sujeitos a retaliações.

CONCLUSÕES

Segundo Goffman (2008, p. 15), “acreditamos, por definição, que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida”. Assim como o referido autor trata dos aleijados, retardados, e bastardos, tratamos dos favelados como uma categoria estigmatizada.

Já há muito tempo que – falando aqui, mais uma vez, especificamente do caso da cidade do Rio de Janeiro – os moradores de favelas são caracterizados por suas supostas fraquezas morais; são sujeitos que deveriam ser civilizados (Valladares, 2005). Com o crescimento da violência e criminalidade nos grandes centros urbanos, novas supostas características foram sendo atribuídas a essa categoria social, em grande parte ligadas à gramática da “violência urbana”. Por sua proximidade social e espacial com os grupos armados de traficantes, cresce a desconfiança da população em relação aos moradores de favelas, constantemente percebidos como cúmplices de bandidos, ou como bandidos em potencial – especialmente no caso dos jovens.

Moradores de favelas e os “bandidos” são muitas vezes considerados pela sociedade mais ampla como um só tipo social, uma vez que “os problemas enfrentados por uma pessoa estigmatizada espalham-se em ondas de intensidade decrescente” (Goffman, 2008, p. 39). Como se encontram, por questões estruturais, próximos aos criminosos interpretados pela chave da “violência urbana” como as principais ameaças à integridade física e patrimonial da população, os fave-

¹³ No entanto, recomendamos cautela ao extrair maiores conclusões dos dados analisados. Chamamos a atenção para o risco de estarmos omitindo alguma importante variável que pudesse alterar os efeitos da moradia em favela. Em particular, devido ao desenho e dimensão da amostra da PNAD, não pudemos incluir em nossos modelos outras informações a respeito do local de moradia dos indivíduos, como, por exemplo, o nível sócioeconômico médio da vizinhança. Assim, corremos o risco de tomar por efeito de “favela” o que na verdade é efeito do contexto sócioeconômico do local.

¹⁴ Todas as tabelas anexas foram rodadas utilizando o peso de expansão da amostra original da PNAD. Por se tratar de um número real de indivíduos muito reduzido no recorte utilizado para analisar estes dados anexos – já que só entram nele indivíduos que ao menos foram vítimas de agressão física policial –, a análise dos mesmos exige muito cuidado, e não deve ter pretensão alguma de realizar qualquer inferência. Trata-se apenas de dados descritivos, que podem nos indicar tendências.

¹⁵ Poderíamos, talvez, interpretar esse resultado como uma maior tendência das camadas mais abastadas da sociedade brasileira a resolverem seus conflitos de maneira privada, o que pode ser representado pelo maior percentual (tabela 05, anexa) que dizem ter recorrido a terceiro, resolvido o conflito por eles mesmos ou terem procurado outros meios para resolvê-lo; isso pode estar indicando que eles possuem outros recursos, outras formas de resolver seus conflitos.

¹⁶ Na tabela 07, anexa, a concentração dos casos em poucas células se deve às restrições do universo estudado (já que só entram aqueles que foram vítimas de violência policial, procuraram a polícia mas não registraram o caso), o que reduz drasticamente o número de casos. Por essa razão tais dados devem ser interpretados com cautela, sem intenção de generalizações.

lados têm seu estigma reforçado e reformulado sobre novas bases.

E como alguém que carrega um estigma não é considerado completamente humano, a estes não se asseguram, na prática, os direitos civis mais elementares. São passíveis de serem mortos (Fridman, 2008), e agredidos. Em seu clamor por ordem e “paz”, a população pede políticas de segurança mais duras, e parece admitir excessos cometidos por policiais contra moradores das áreas de favelas – interpretadas como o *locus* da violência –, justificando-os através do discurso da eficiência. A polícia, por sua vez, parece incorporar esses anseios de grande parcela da população, agindo muitas vezes de maneira truculenta e extralegal contra a população favelada (Machado da Silva, 2010).

Os resultados encontrados nas análises procedidas neste trabalho sustentam nossos argumentos. Tendo como recorte as principais Regiões Metropolitanas brasileiras, vimos que o fato de o indivíduo morar em favela aumenta consideravelmente – em 159% – suas chances de sofrer agressão física por parte de policiais, mesmo quando mantemos constantes diversas características individuais e de nível sócioeconômico. Mais do que isso, vimos que são justamente os jovens (entre 16 e 25 anos de idade), pretos, do sexo masculino e moradores de favelas – justamente aquele tipo social mais estigmatizado, “quase-bandidos” –, aqueles que mais chances possuem de serem vítimas de agressão policial.

As deficiências técnicas e de formação de nossa polícia, documentadas pela literatura e presentes também no debate público (Soares, 2009), com certeza não devem ser esquecidas. Mas, como bem argumentado por Machado da Silva (2010), a análise sociológica deve ir além das questões técnicas – o que não significa descartá-las. Se a polícia age dessa forma, é também porque parcelas da sociedade defendem este tipo de ação; e, além disso, os policiais não estão imunes às representações coletivas, são também sensíveis a elas.

Vimos também que os moradores de favelas, quando vítimas de agressões por parte de policiais, parecem apresentar uma tendência maior do que a dos moradores do asfalto a temer represálias ao procurar a polícia ou registrar o caso. Fica exposta aqui a condição de cidadãos de terceira classe, população marginal das grandes cidades, na qual os moradores de favelas se encontram (Carvalho, 2008). Seriam indivíduos de *status* social inferior (Marshall, 1967).¹⁷

¹⁷ Enquanto a discussão sobre estigma (Goffman, 2008) trabalha numa perspectiva micro sociológica, as discussões sobre estrutura social e cidadania costumam adotar uma perspectiva macro sociológica. Apesar de suas distinções, acredito que seria interessantíssimo tentar fazer a ligação entre as duas correntes.

Apesar das sensíveis melhoras que os indicadores sociais das áreas de favelas apresentaram nas últimas décadas (Preteceille e Valladares, 2000), os resultados da análise empreendida neste artigo, assim como a literatura utilizada, sustentam a distinção entre favela e asfalto como um importante indicador de posição social. Nos grandes aglomerados urbanos brasileiros os moradores de favelas, não somente por sua condição sócioeconômica ou atributos individuais, mas também devido exatamente ao fato de morarem em favelas, sofrem com maiores chances de serem vítimas de agressão física por parte de policiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURGOS, M. B. Cidade, territórios e cidadania. In: Dados, v.48, n.1, IUPERJ. Mar/2005
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo. Editora 34/USP. 2000
- CANO, I., SENTO-SÉ TRAJANO, J., & RIBEIRO, E. Mapeamento da Criminalidade na Área Metropolitana do Rio de Janeiro. n.d., n.p. 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 10ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- COELHO, Edmundo Campos. A Criminalidade Urbana Violenta. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 31, nº 2, p. 145-83. 1988
- ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador (vol 2): formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro. Zahar. 1993
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FRIDMAN, Luis Carlos. “Morte e Vida Favelada”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). Vida Sob Cerco. Rio de Janeiro / RJ. Nova Fronteira. 2008. p. 77-98
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª Ed. Rio de Janeiro. LTC. 2008
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra. Novembro de 2002.
- LAUTIER, Bruno. “Os Amores Tumultuados entre o Estado e a Economia Informal”. Contemporá-

No entanto, não tínhamos aqui a menor pretensão de fazê-la.

- neidade e Educação, vol. II, nº 1, 1997.
- LEITE, Márcia Pereira. Entre o Individualismo e a Solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 15. Nº 44. pp 73-90. 2000
- MACHADO DA SILVA, L. A. A Continuidade do “Problema da Favela”. In: OLIVEIRA, L.L. (orgs.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. In: L. C. Ribeiro (orgs.), *Metrópoles: entre a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro: Perseu Abramo/Fase, 2004
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “Violência Urbana, Sociabilidade Violenta e Agenda Pública”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). *Vida Sob Cerco*. Rio de Janeiro / RJ. Nova Fronteira. 2008. p. 35-45
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Violência Urbana”, *Segurança Pública e Favelas – O Caso do Rio de Janeiro Atual*. Cadernos CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Ago. 2010.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar. 1967
- MISSE, Michel. Sobre a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, V 8. Nº 3. pp 371-385. 2008
- PRETECEILLE, E. e VALLADARES, L. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, L.C.Q (org.). *O futuro das metrópoles*. Rio de Janeiro: Editora Evan, 2000
- RIBEIRO, L, C, Q. ALVES, F. JUNIOR, F, C, J. 2008. *Segregação Residencial e Desigualdade Escolar no Rio de Janeiro*. In: RIBEIRO, L. C. Q. e KAZTMAN, R. (orgs). *A Cidade Contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. 1ª Edição. Rio de Janeiro/RJ. Letra Capital. 2008. P. 91 – 118
- SILVA, Nelson do Valle. *Expansão Escolar e Estratificação Educacional no Brasil*. In Hasenbalg, C.; Silva, N. V. *Origens e Destinos. Desigualdades Sociais ao Longo da Vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, pp. 105-146.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Refundar as Polícias*. Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo. 2009. p. 6-7
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. ■

ANEXOS

Fonte: PNAD, 2009 / IBGE.

Local de Moradia	Procurou a polícia			
	Sim	Não	Total	
Bairro	N.	7782	14824	22606
	%	34,42	65,58	100,00
Favela	N.	2738	2910	5648
	%	48,48	51,52	100,00

Tabela 4:
Após a última agressão procurou a polícia.

Tabela 5: Principal motivo pelo qual não procurou a polícia.

Fonte: PNAD, 2009 / IBGE.

Local de Moradia	Motivo pelo qual não procurou a polícia									
	Falta de provas	Não era importante	Não acreditava na polícia	Não queria envolver a polícia / desistiu	Medo de represália	Recorreu a terceiros	Resolveu sozinho	Outro	Total	
Bairro	N.	449	197	4873	480	7913	223	240	449	14824
	%	3,03	1,33	32,87	3,24	53,38	1,50	1,62	3,03	100,00
Favela	N.	0	0	462	0	2448	0	0	0	2910
	%	0,00	0,00	15,88	0,00	84,12	0,00	0,00	0,00	100,00

Fonte: PNAD, 2009 / IBGE.

Local de Moradia	Registrou na Polícia			
	Sim	Não	Total	
Bairro	N.	7559	223	7782
	%	97,13	2,87	100,00
Favela	N.	2121	617	2738
	%	77,47	22,53	100,00

Tabela 6:
Foi feito registro da última agressão na delegacia de polícia.

Tabela 7: Principal motivo pelo qual não registrou a agressão na polícia.

Fonte: PNAD, 2009 / IBGE.

Local de Moradia	Motivo pelo qual não registrou na polícia											
	Falta de provas	Não era importante	Não acreditava na polícia	Não queria envolver a polícia / desistiu	Medo de represália	A polícia não quis fazer o registro	O registro foi feito em outro órgão	Recorreu a terceiros	Resolveu sozinho	Outro	Total	
Bairro	N.	0	0	223	0	0	0	0	0	0	0	223
	%	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Favela	N.	0	0	0	0	617	0	0	0	0	0	617
	%	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00



Cláudio Beato

Crime e Cidades

O entrevistado deste número tem se dedicado aos temas da criminalidade e violência, segurança pública, políticas públicas, estatísticas sobre criminalidade e polícia. Beato é consultor em diversos estados brasileiros para o desenvolvimento de programas e projetos de controle e prevenção da violência. Também atuou com o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e UNODC das Nações Unidas. Beato acaba de lançar o livro “Crime e Cidades” no qual trata das interconexões entre crime e ambientes urbanos, bem como dos dados e indicadores necessários para a compreensão dessas dimensões. Nesta entrevista ele fala do livro e dos temas que tem pesquisados nos últimos anos.

Você acaba de lançar o livro “Crime e Cidades”, que trata das interconexões entre crime e ambientes urbanos. Este livro é resultado do trabalho que vem desenvolvendo sobre o tema no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG)? O que você tem investigado especificamente sobre o tema?

Em primeiro lugar, é preciso explicar o que é o Crisp e o que a gente faz lá, para falar do trabalho que venho desenvolvendo. O Crisp é um centro de pesquisa na área de Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, sendo que essa universidade tem uma tradição de mais de 35 anos na área de criminalidade e violência. Já o Crisp tem 12 anos, tempo que vem se dedicando a uma questão específica que é a das políticas públicas na área da segurança, ou seja, somos um centro de produção acadêmica – com alunos de mestrado e doutorado, mas, principalmente, um laboratório com foco no desenvolvimento e formulação de

Cláudio Beato

é sociólogo, coordenador do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) e professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais.

claudiobeato@crisp.ufmg.br

políticas públicas. Trabalhamos, muitas vezes, como governos e instituições para desenvolver projetos de controle de homicídios. Também temos projetos de integração de uso de tecnologia na área de segurança, tais como geoprocessamento e mapeamento de crime.

O nosso foco é, centralmente, a relação entre violência urbana e desorganização social na área de violência. Uma das nossas marcas é trabalhar com o que acontece na cidade através de mapas, de análises espaciais etc. E com isso temos um novo foco na questão urbana da violência.

O livro “Crime e Cidades” resume, de certo modo, o que venho desenvolvendo ao longo da última década no Crisp e o tipo de pesquisa com a qual tenho trabalhado. O nosso foco é, centralmente, a relação entre violência urbana e desorganização social na área de violência. Uma das nossas marcas é trabalhar com o que acontece na cidade através de mapas, de análises espaciais etc. E com isso temos um novo foco na questão urbana da violência.

No livro, você está discutindo as interconexões entre 3o ambiente urbano e o crime. Nesse sentido, há uma relação entre centros urbanos com grande contingente populacional e aumento da violência?

O crescimento populacional não tem uma relação direta com o crime, mas sim o modo como esse processo ocorre no Brasil e na América Latina se vincula à violência. Por diversas razões, a maioria dos crimes violentos se concentra nas grandes cidades, seja no Brasil, na Europa ou nos Estados Unidos. No caso do Brasil, percebemos que em cidades com mais de 100 mil habitantes temos um crescimento maior nas taxas de homicídio e de outros crimes violentos. Bem,

É o somatório de um processo de concentração de desvantagens sociais e econômicas com baixa capacidade institucional e social de controle que vai gerar estes bolsões de violência (e de miséria também) nas grandes cidades.

por que isso ocorre? Nas grandes cidades, o que se verifica é a existência de áreas que concentram muitas desvantagens sociais e econômicas – e o crime é uma delas. Mas essas áreas também concentram péssimas condições de moradia, infraestrutura urbana precária, uma oferta de serviços públicos deficientes etc. E dentro dos serviços públicos que são deficientes temos a questão do policiamento, da justiça, somado a esses aspectos de controle temos o aumento de crimes, ou seja, é um somatório de questões que na grande cidade é mais fácil de ocorrer. Por quê? Porque nas cidades pequenas você tem um controle maior sobre os jovens, sobre o que está ocorrendo no território. Na verdade, é o somatório de um processo de concentração de desvantagens sociais e econômicas com baixa capacidade institucional e social de controle que vai gerar estes bolsões de violência (e de miséria também) nas grandes cidades.

E qual o eixo central do livro?

O livro aborda essa questão de como o ambiente urbano termina gerando esses bolsões de desvantagens e a ausência de controle que acabam levando ao crime. Um exemplo é a questão das gangues que é uma característica dos centros urbanos. O que se tem ali são bolsões de miséria que acabam levando jovens a crescer sem supervisão, com alto índice de gravidez precoce e envolvimento com drogas; isso acaba levando ao envolvimento com o crime. E se existem diferenças do que ocorre no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte ou Recife, por exemplo, há uma lógica semelhante para que isso ocorra nas grandes cidades.

Além disso, o livro é o resultado da reflexão sobre alguns temas que venho perseguindo há alguns anos. Um deles é a forma como se tem pensado teoricamente o crime e a violência nas Ciências Sociais a partir de alguns enfoques como a rotulação ou os componentes culturais na explicação dos comportamentos de grupos e de criminosos. Este pensamento tem dado origem ao que podemos chamar de políticas públicas neste setor. Busco também desenvolver algumas ideias que partem das comunidades urbanas que concentram os crimes. Crimes são fenômenos especialmente concentrados e eu discuto como isto se dá em diferentes capitais no Brasil, bem como a regionalidade que existe no país como um todo e que não se confunde com as divisões sócio políticas. Mais do que uma propriedade de pessoas ou grupos, temos o próprio ambiente das cidades, suas zonas de exclusão espacial e de concentração de desvantagens socioeconômicas como dimensões geradoras da violência.

Durante muitos anos, os pesquisadores da área rechaçaram a ideia de que o crime pudesse ser resultado

da pobreza e desigualdade. Hoje sabemos que esta é uma equação mais complexa, e que o fenômeno da violência é inseparável dos bolsões de exclusão espacial e seus correlatos de pobreza e desigualdade concentradas. Elas ocorrem juntas, embora uma não seja a causa da outra. Nesse sentido, me interessou especialmente a questão dos determinantes de crimes nos ambientes urbanos, bem como a dinâmica distintiva entre crimes contra a pessoa e contra a propriedade.

Os pesquisadores da área rechaçaram a ideia de que o crime pudesse ser resultado da pobreza e desigualdade. Hoje sabemos que esta é uma equação mais complexa, e que o fenômeno da violência é inseparável dos bolsões de exclusão espacial e seus correlatos de pobreza e desigualdade concentradas.

Finalmente, julguei que era muito importante discutir mais em detalhe a questão da gestão da informação nos estudos criminológicos e nas políticas públicas de segurança. Não existe nenhuma situação ruim em segurança pública que não se inicie com uma péssima situação em relação aos dados. Daí a centralidade que as informações têm para a área. Além disso, procuro descrever um pouco o contexto empírico no qual estas discussões ocorrem.

E quais os indicadores você utiliza para compreender essa dimensão entre crime e ambientes urbanos?

Existem vários indicadores e no livro discuto alguns estudos que enfocam a questão da juventude, por exemplo. Os jovens são os grandes protagonistas desta violência, e sua associação em torno de grupos criminosos e gangues têm levado ao desenvolvimento de formas de estruturação de grupos criminosos muito característico de nossas cidades. As grandes facções criminosas, bem como os grupos de jovens em bairros de periferia surgem no mesmo processo. O fenômeno do crime ocorre, sobretudo, entre jovens de 15 e 24 anos de idade – que é a grande maioria das vítimas e, também, dos autores de violência.

Tem ainda o componente de raça. E, embora esse aspecto seja ainda muito pouco estudado no Brasil, quando se vai a campo, ao avaliar o perfil das vítimas de homicídio a chance de ser um jovem de raça ne-

gra ou parda é três vezes maior se comparado a um jovem branco. Mas não é somente isso, existe ainda o indicador referente às armas de fogo, já que tem aumentado o acesso entre os brasileiros e, consequentemente, houve um aumento do número de mortes por arma de fogo nas grandes cidades do País. Enfim, são indicadores com os quais trabalhei a fim de compreender um pouco essa relação entre crime e territórios urbanos.

Você afirma que o processo de aumento do número de homicídios que ocorreu nos anos 80 e 90 na região Sudeste, parece estar se repetindo no Nordeste, justamente num período em que esta região assistiu seus maiores progressos em termos de indicadores sociais e econômicos. Isso sugere que pode estar ocorrendo o aumento das zonas de exclusão espacial e desigualdade na região com uma relação direta com dimensões geradoras de violência?

Sem dúvida nenhuma essa questão das zonas de exclusão espacial é um aspecto que tem muito a ver com a violência e a criminalidade, mas não é somente isso. A gente observa, por exemplo, no caso do Nordeste um problema institucional forte para lidar, especialmente, com essas áreas de exclusão espacial, ou seja, se coloca na mesma categoria todas as populações pobres e, também, aquelas que vivem em áreas de violência. Consequentemente não existem estratégias institucionais para lidar com áreas pobres e/ou violentas. Porque ao resolver o problema da pobreza não significa, necessariamente, que a ocorrência de crimes irá diminuir. É fundamental lidar com a pobreza, buscando soluções para diminuir as desigualdades, e simultaneamente o Estado deve lidar com a violência, com a polícia, com a justiça. O que se observa no Nordeste é que houve um descaso muito grande por parte dos governos, via de regra as polícias estão sucateadas, ainda há um viés esquerdistante que acredita que o simples fato de melhorar os indicadores sociais e econômicos vai contribuir para a diminuição da criminalidade, mas a gente sabe que isso não acontece.

É fundamental lidar com a pobreza, buscando soluções para diminuir as desigualdades, e simultaneamente o Estado deve lidar com a violência, com a polícia, com a justiça.

E o Nordeste é o melhor exemplo desse descaso institucional. Podemos fazer uma comparação mais ampla. Por exemplo, o estado do Espírito Santo tem passado por um crescimento econômico muito grande na última década; no entanto, é um dos estados mais violentos do País, o mesmo ocorre com a Bahia. Na linha oposta disso, temos o caso de Pernambuco que recebeu grandes investimentos nos últimos anos, mas também investiu muito na área da segurança pública – coisa que a Bahia não fez, e tampouco o estado de Alagoas. Isso explica parte do aumento da violência naquela região.

Já no Sudeste o que se vê é a diminuição dos números da violência. Por que isso ocorre? Porque os estados de São Paulo e de Minas Gerais, por exemplo, investiram muito nos últimos anos nas instituições de segurança pública e de justiça. No caso de São Paulo, foram construídas prisões, entre outras ações. E isso teve um impacto muito grande.

No livro, o crime é caracterizado como fenômeno espacialmente concentrado? Como se dá a dinâmica de concentração da violência e criminalidade nos centros urbanos brasileiros?

Isso é um princípio da criminologia chamada de lei de distribuição de Pareto a qual se observa nas cidades brasileiras. O que é isso? Poucos lugares concentram uma grande quantidade de crimes. Por exemplo, as regiões centrais das grandes cidades concentram uma parcela muito significativa de crimes violentos, da mesma forma que os homicídios são concentrados em algumas regiões. Não são todas as favelas que têm registro de homicídios, mas sim algumas têm uma concentração muito grande desse tipo de crime. O que ocorre nesses locais é que, é o desafio. Por que alguns locais pobres têm essas taxas elevadas, e por que

Nem todo local pobre tem taxa elevada de homicídio, mas todo local com taxa elevada de homicídio é área pobre.

outros locais pobres não têm? Nem todo local pobre tem taxa elevada de homicídio, mas todo local com taxa elevada de homicídio é área pobre. Então, é uma combinação desses aspectos que chamei a atenção no livro: nestes locais, por exemplo, se observa um baixo grau de disposição das pessoas em relação ao que os jovens fazem. Quer dizer, se as pessoas estão andando no meio da rua ninguém fala nada, ninguém se mete, até mesmo porque eles têm medo. O suporte do esta-

do, nesse caso, de controle através da política é muito incipiente, daí a consequência é a deterioração das condições de exercer o controle nessas comunidades. E o somatório disso com a pobreza, com a exclusão espacial, com a não presença do estado em várias áreas é que vai resultar no aumento do crime.

E no livro, existem exemplos de cidades com esse fenômeno do crime espacialmente concentrado?

Cito o exemplo de Belo Horizonte. A cidade tem 2500 setores censitários, mas somente oito desses setores concentram mais de 10% dos crimes violentos, sendo que os oito setores aos quais me referi estão localizados nas áreas centrais. Esta concentração de muitos eventos em poucos locais, obedecendo a uma distribuição de Pareto, é um fenômeno quase universal relacionado à questão da violência. Isto ocorre com relação a crimes contra o patrimônio e contra a pessoa.

Há uma relação entre territórios e grupos mais diretamente envolvidos nesse processo?

Talvez fosse mais adequado perguntar quais os territórios mais assolados pela violência, para compreender quais os grupos que ali vivem. Trata-se de um composto de situações, nos quais temos os jovens envolvidos com gangues, a desocupação e a ociosidade deles, a baixa disponibilidade dos moradores destes locais em exercer qualquer forma de controle sobre o que ocorre com estes jovens até mesmo por medo, bem como as péssimas condições sociais e econômicas ali vigentes.

O que quero dizer é que há uma lógica nisso. Grupos de jovens que se associam nos bairros; em seguida vem a questão da droga e vinculado a ela as armas de fogo, ou seja, de repente, esses grupos de jovens estão com armas nas mãos no território onde vivem; e ali já existem disputas que passam a serem vivenciadas de forma mais violenta. Muitas vezes esse jovem é pego pelos instrumentos de controle do estado e acaba indo para a prisão. Lá ocorre um “upgrade”, onde estes grupos passam a se estruturar em torno uma facção criminosa. Vimos isso acontecer com o surgimento e crescimento dos grandes grupos como o Comando Vermelho e o PCC. E quando esse jovem sai do sistema prisional, ele leva para a sociedade o que foi aprendido ali dentro. Mais recentemente, em particular mas não exclusivamente no Rio de Janeiro, a gente observa o surgimento de outro fenômeno em substituição às facções criminosas que são

as milícias. Ou seja, grupos de policiais organizados que chegam com o objetivo de botar ordem em determinados territórios, mas também de explorar uma série de outros serviços informais e também ilegais, envolvendo a participação de agentes públicos. Este é um fenômeno muito mais complexo.

Dentro da tua análise, as metrópoles seriam locais mais propensos à ocorrência de crimes?

Dois terços dos homicídios ocorrem nas grandes metrópoles brasileiras. A tese de que estamos observando uma migração para o interior, portanto, não se sustenta. O crime é uma característica indissociável de nossas grandes cidades e tende a se concentrar cada vez mais nelas, se nada for feito. Isto tem a ver com o anonimato, bem como com uma proliferação de alvos, além de mecanismos rarefeitos de controle que favorecem esta distribuição.

Dois terços dos homicídios ocorrem nas grandes metrópoles brasileiras. A tese de que estamos observando uma migração para o interior, portanto, não se sustenta.

E como enfrentar a questão da criminalidade, sobretudo, nos grandes centros urbanos? Qual o papel da gestão da informação nesse processo?

Esse é um aspecto central em relação ao qual o Crisp tem dedicado muitos trabalhos – com a montagem e organização de base de dados. E isso porque a gente acredita que a informação é fundamental para o desenvolvimento de qualquer tipo de política pública, sobretudo na área da segurança. E, talvez, a questão da informação seja uma das maiores deficiências, se não a maior, que a gente tem atualmente no Brasil, quer dizer, saber o que acontece, onde e quando acontece. Ter esse tipo de dado, de informação. No entanto, a área da segurança no Brasil mal consegue contabilizar os crimes que ocorrem; realidade diferente do sistema de Saúde que é bem estruturado, com informações sobre o território nacional.

Na área da segurança, algumas cidades como Belo Horizonte e São Paulo conseguiram organizar minimamente as informações sobre a área. Contudo, essa não é a realidade nacional – porque se a gente questionar o número de homicídios, por exemplo, fora dos poucos municípios que avançaram com uma sis-

tematização dos seus bancos de dados, ninguém sabe. Ninguém sabe quantos assaltos, onde eles acontecem, onde estão concentrados.

Então, a situação no Brasil é muito ruim na área da informação de um modo geral. E isso é, talvez, a principal barreira para a elaboração de políticas públicas efetivas, que possam resolver um problema, transformar uma realidade.

Mas você não acha que ocorreu um avanço nessa área nos últimos anos no Brasil?

Acredito que não muito. Em relação à informação sobre segurança, o Brasil continua deficitário como sempre foi. O que há é uma consciência crescente sobre esta questão, que motivou o governo federal a lançar um sistema de coleta de dados. Mas isso é ainda muito pouco, diante da magnitude de nossos problemas e se compararmos a outros países, inclusive vizinhos como a Colômbia ou o Chile. No caso do Brasil, a gente vê alguns estados como São Paulo e Minas, além de outros tentando sistematizar. O caso do Rio de Janeiro é muito incipiente ainda. Em parte o governo federal deveria induzir a isto, mas isto nunca ocorreu. Na verdade, isto deveria ser parte de uma política nacional de segurança pública consistente e organizada. Tivemos algumas ideias, mas o governo federal nunca se interessou pelo tema de fato.

E qual seria o papel dos centros de pesquisas e universidades em relação a essa temática?

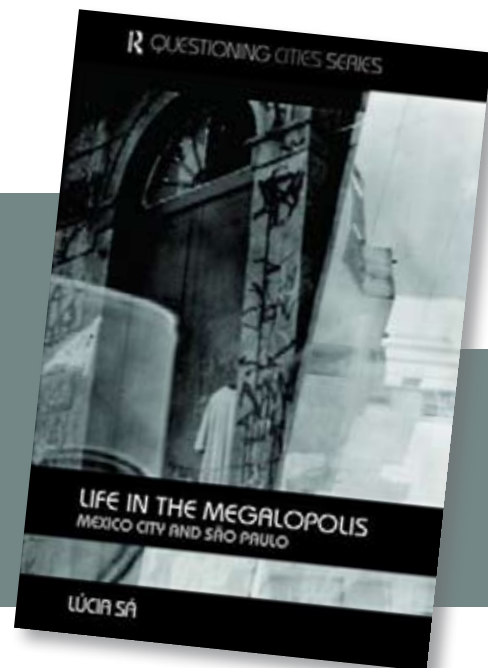
Eu acho que os centros de pesquisas podem contribuir, sobretudo, se ampliarem o foco de trabalho, que muitas vezes é excessivamente acadêmico, para uma pesquisa mais aplicada. A gente vê no Brasil a pós-graduação muito preocupada com as grandes questões, mas pouco interessada em resolver problemas mais práticos. Isto ocorre não só na área de segurança, mas de saúde também, educação, embora sejam áreas bastante avançadas. As universidades devem pensar mais em desenvolver um conhecimento que seja aplicável, em um conhecimento que esteja mais perto dos problemas da sociedade. ■

As universidades devem pensar mais em desenvolver um conhecimento que seja aplicável, em um conhecimento que esteja mais perto dos problemas da sociedade.

Claudio Altenhain

Vida nas megalopolis

Cidade do México e São Paulo



Em seu livro *“Life in Megalopolis”*, Lúcia Sá, professora de Estudos Brasileiros na Universidade de Manchester, apresenta aquilo que talvez seja o mais sério esforço na realização de um estudo comparativo entre os dois maiores centros urbanos da América Latina. A autora, paulista de nascimento, estudou em Stanford, visitou a cidade do México diversas vezes desde 1995 e defende que, a despeito das aparentes diferenças entre as duas metrópoles, a sua primeira impressão foi de um imenso *‘déjà vu’*, com as irremediavelmente congestionadas avenidas, o ruído da movimentada vida urbana e os impressionantes contrastes entre os ricos e os pobres. A introdução sinestésica e subjetiva do livro anuncia os conceitos-chave que serão aplicados nos capítulos que se seguem: ao invés de traçar uma análise positivista da performance econômica das duas cidades, sua estratificação social ou suas peculiaridades institu-

cionais, a sua abordagem se concentra sobre as representações culturais das cidade do México e de São Paulo – que poderíamos definir como um conjunto de significações partilhadas que ‘conferem sentido’ a uma cidade, ou, ao menos, à maioria de seus habitantes. Sá deposita uma ênfase particular sobre a ‘modernidade’ como um projeto ambíguo que, longe de ter sido realizado completamente, deixa amplas lacunas para interpretações:

“O que me interessa não é tanto se a produção cultural, ou as cidades são ‘modernas’ ou ‘pós-modernas’, mas o quanto a ‘modernidade’, e a cidade modernista são debatidas, contestadas, modificadas e colocadas em questão” (p.7).

Conceitualmente, a autora atravessa os nomes consagrados da teoria cultural urbana: Walter Benjamin e a figura do flâneur; Henri Lefèbvre e David Harvey com as suas ‘espacializações’ da teoria marxista; Michel de Certeau e a

Claudio Altenhain

é graduado em Ciências Políticas e Ciências da Cultura em Leipzig, Alemanha e na Universidad de Buenos Aires. Cursa atualmente o Mestrado ‘Gouverning the Large Metropolis’, no Institut d’Études Politiques Sciences - Po, em Paris, França.

email@gmail.com

SÁ, Lúcia. *Life in Megalopolis: México City and São Paulo*. Questioning Cities Series. Oxford: Routledge, 2007.

Traduzido por: Eliana Kuster.

ênfase sobre as práticas cotidianas; e Gilles Deleuze com a noção antitotalizadora de diferença e repetição. A partir destes conceitos, Sá explora as representações produzidas pelas duas cidades na literatura (os livros de Luis Ruffato, Bruno Zeni, Armando Ramírez e Carlos Monsiváis), o cinema (*‘Amores Brutos’*, de Alejandro Iñárritu), a televisão (*‘O Urbenauta’*, programa da Rede Globo de Televisão), e a música (o grupo de rap Racionais MC’s, de Capão Redondo). A primeira parte do livro, apropriadamente intitulada como *‘Terra incognita’*, mostra como São Paulo e a cidade do México são representadas como colagens de experiências, perspectivas e velocidades diferenciadas. A proximidade espacial de realidades sociais completamente diferentes desperta a questão de como e sob qual ponto de vista estas cidades podem ser representadas, já que qualquer abordagem que as tente resumir parece estar condenada ao fracasso. Neste contexto, Sá claramente opta por uma gramática da fragmentação – seja como uma condição que acomete a própria linguagem, como o faz Luis Ruffato em *“Eles eram muitos cavalos”*, seja através da montagem cinematográfica, como no filme de Iñárritu, *“Amores Brutos”*. É através deste último, particularmente, que a autora discute longamente, para ressaltar outro aspecto não menos importante das metrópoles fragmentadas: embora possa ser verdade que estas mantenham realidades diferentes, apartadas umas das outras, elas também podem, igualmente, desencadear a sua súbita colisão – como o acidente automobilístico, em torno do qual o filme se desenvolve:

O acidente é o evento catalisador que coloca em convívio estas partes da Cidade do México que normalmente ignoram-se mutuamente. E, como este acidente é também o evento que estruturalmente promove a coesão do filme, podemos dizer que este filme pode ser lido [...] como um processamento da fragmentação social da Cidade do México. Por outro lado, o acidente também torna evidente o fato de que estas partes da cidade, que são estranhas umas às outras e nunca dividiram o mesmo espaço, podem subitamente afetar-se mutuamente (p.46).

Em relação às considerações preliminares a respeito de uma incompleta e contestada natureza da modernidade, o trecho que aborda *“Amores Brutos”* explicita alguns fortes argumentos: o *flâneur* reaparece como o vagabundo metropolitano que, através do seu estado de exceção, está apto a transgredir fronteiras sociais e derivar entre diferentes níveis desta realidade urbana; e o constante fluxo dos carros, um conceito-chave da cidade modernista, é mostrado como algo que, se fora do seu ritmo normal, pode unir calamitosamente destinos individuais, desequilibrando-os.

Enquanto *‘Terra incognita’* trata das cidades fragmentadas e das dificuldades, oriundas deste processo, de encontrar uma maneira adequada de traçar suas representações, a segunda parte do livro, *‘Find your place in the neighborhood’*, traz uma lógica diferente. Ali, é abordada a parte marginalizada da população, especificamente os habitantes de Tepito, na Cidade do México, e os moradores de Capão Redondo, em São Paulo. Aqui, as narrativas não são atravessadas pela efemeridade e polifonia que encontramos em *“Amores Brutos”* e *“Eles eram muitos cavalos”*, muito pelo contrário, estes moradores representam a si mesmos a partir de uma posição bem definida, que é ligada a um forte senso de identidade local. Existem consideráveis diferenças entre os dois casos: Tepito é um bairro próximo ao centro da Cidade do México, que foi construído sobre as ruínas de Tenochtitlán, antiga capital do império asteca, e a sua população é formada principalmente por descendentes do povo indígena. Consequentemente, a luta contra a discriminação socioespacial é parte de um combate maior que diz respeito à versão oficial da história mexicana e ao papel da herança Asteca nela.

De fato, se aceitarmos a história de Tepito como tendo sido um bairro índio até a metade do século dezenove, como poderíamos imaginar que todos aqueles índios que ali viviam tenham desaparecido subitamente, e sido inteiramente substituídos por outras pessoas de origens totalmente diferentes? Nesse sentido, é que estes habitantes estendem as suas reivindicações defendendo uma história da ocupação deste local em particular por pessoas de origem asteca (do idioma Nahuatl) apenas até o século quatorze (p.88).

O segundo caso, o bairro de Capão Redondo, é uma história totalmente diferente. Localizado na periferia de São Paulo, sua população cresceu consideravelmente durante a segunda metade do século XX, quando trabalhadores migrantes do nordeste do país o procuraram para morar. Atualmente, configura-se como uma favela, com 200.000 habitantes, e encontra-se no topo da lista de *‘áreas a serem evitadas’* que povoam o imaginário coletivo paulistano. Contrariamente à população indígena vivendo em Tepito, a população de Capão Redondo não apresenta, em sua constituição, nenhuma referência às disputas históricas coletivas ou se mostra detentora de um senso de patrimônio cultural em comum. Além da ausência de elementos que lhes possibilitaria criar um sentido de coesão social, eles têm que enfrentar uma completa marginalização espacial - e a invisibilidade resultante daí - às suas reivindicações e necessidades na esfera pública de São Paulo. Consequentemente, os moradores deste bairro desenvolveram uma estratégia bastante diferenciada de lidar com essas múltiplas di-

mensões de exclusão e estigmatização. Analisando as letras dos raps produzidos por moradores dali, como os Racionais MC's, Lúcia Sá observa uma confrontação discursiva entre o centro e a periferia que, ainda que não possa negar a miséria, o crime e a privação existentes em Capão Redondo, apresenta o efeito performativo de criar um sentido de pertencimento:

O que é positivo a respeito da localidade nesta músicas de rap [...] não é que a vizinhança seja um local cheio de calor humano e solidariedade, mas que eles estão criando um espaço de solidariedade entre eles, na comunidade que eles produzem através do seu próprio trabalho. O espaço de solidariedade não está livre de contradições ou de traições: ele é um trabalho em andamento, um processo que ainda está se desenvolvendo (p.132).

Ainda que sejam óbvias as diferenças entre as estratégias de produção cultural de resistência e da realização de reivindicações, Lúcia Sá reconhece a sua maior semelhança: em ambas as situações, os habitantes fazem amplo uso dos meios de expressão e circulação de informação globalizados. Em Tepito, mercadorias pirateadas facilitam a inclusão de toda uma camada de população urbana pobre em um mercado de consumo conspícuo; ao mesmo tempo, Sá ressalta que as cópias ilegais de produtos de marcas famosas representam uma forma de apropriação usada a favor desta faixa populacional. Em Capão Redondo, é a difusão global da cultura *hip-hop*, que transmite através de uma série de conceitos (a noção de 'gueto', ou de 'bairro' e o orgulho de viver naquele local), junto com um meio barato e acessível de expressão,

a música rap, que leva os Racionais MC's a se tornarem famosos mesmo entre a classe média de playboys que eles atacam nas letras de suas músicas. Portanto, a autora observa as mesmas apropriações e hibridizações entre o 'local' e o 'global' em Tepito e Capão Redondo – ambos alicerçados em fundamentos subversivos, mesmo que estes não sejam necessariamente a intenção explícita dos agentes de sua difusão.

Assim, "*Life in Megalopolis*" é um livro marcante, sob vários aspectos. Antes de tudo e principalmente, ele ousa retratar as duas metrópoles de outro ponto de vista além do habitual, com um olhar que vem de outra camada da população, um olhar 'de baixo', que é: a autora realmente se engaja com os meios populares de expressão sem cair no paternalismo de uma diferenciação entre 'alta cultura' e 'cultura de massa', mas também, na maior parte do texto, sem romantizar o contexto de sua produção. Além disso, Sá escreve um texto claro e espirituoso, que não perde o ritmo, mesmo quando ela descreve mais detalhadamente os seus estudos de caso. Finalmente, é óbvio que "*Life in megalopolis*" baseia-se em um compromisso sincero e em um forte senso de empatia pelos (na maior parte das vezes, marginalizados) sujeitos e contextos que ele apresenta ao leitor. Enquanto isto pode desagradar aqueles que estão procurando uma análise positivista e ostensivamente desafetada. O livro representa um genuíno esforço em adotar a linguagem e os meios de expressão de um contexto social que se estende para além da academia. É, portanto, uma falha aceitável que, ao final, o método da autora não contemple todos os critérios para uma sistemática 'comparação' entre as cidades do México e de São Paulo. ■

Renata Brauner Ferreira

“Desculpe o incômodo, nós só queremos mudar o mundo”

a maior mobilização estudantil de toda a história do Quebec se transformou, nas últimas semanas, em uma grave crise social



A crise atual no Quebec poderá ajudar a pensar melhor o mundo?

Sim – afirma Alain Badiou (filósofo francês, antigo líder do Maio de 68)

SINGULARIDADES DA PROVÍNCIA DO QUEBEC

O Quebec é uma província do Canadá, mas que é bastante singular em relação as outras províncias do país. É a única província onde a língua francesa é majoritária - os quebequenses por muito tempo foram chamados de “canadenses franceses” pelos “canadenses ingleses”, ou seja, por todo o resto do país; seu sistema jurídico se baseia no código romano ao invés da *common law*, como no restante do país; cercado por províncias de maioria protestantes o Quebec se desenvolveu sendo extremamente católico, pelo menos até os anos 1960 quando a província teria passado por uma série de transformações sociais, políticas, econômicas e, mesmo culturais, que foi chamada de Revolução Tranquila, afinal nunca houve as “vias de fato de uma revolução” mas com, pelo menos, três modificações estruturais fundamentais para a história do Quebec contemporâneo:

- uma separação brusca da Igreja e do Estado. Hoje em dia o Quebec é um Estado laico, onde grande parte de suas igrejas católicas foram abandonadas ou transformadas em centros comunitários, escolas, sede de associações e até mesmo em habitações de interesse social ou pavilhões de Universidades;

- o nacionalismo quebequense. A província é considerada por grande parte da população como uma nação, o próprio Canadá reconhece a nação “québécois”. Um exemplo contemporâneo da relação que a província

estabelece com o país é que, enquanto o restante do Canadá comemora a segunda-feira antes do dia 25 de maio como o “Dia da Rainha”, a província do Quebec comemora a Jornada Nacional dos Patriotas, um feriado em homenagem a luta dos canadenses franceses contra os ingleses.

- a maior parte da economia que estava nas mãos da elite “canadense inglesa” passou às mãos dos “canadenses franceses” a partir de medidas políticas e econômicas de promoção dos francófonos.

A GREVE ESTUDANTIL

O anúncio do governo liberal de Jean Charest (chefe de governo da Província) sobre o aumento da anuidade das universidades veio a provocar a maior mobilização estudantil da história do Quebec. O governo, alegando o subfinanciamento das universidades quebequenses comparado às universidades dos Estados Unidos e mesmo às universidades do restante do Canadá, impõe aos estudantes um aumento de 75% nos custos da educação superior para os próximos cinco anos. No entanto, mais de um quarto destes estudantes já estão bastante endividados. Segundo *Statistiques Canada* em 2005, 57% dos universitários tinham pedido um empréstimo para pagar seus estudos universitários e 27% deles estavam endividados em mais de 25.000 dólares canadenses (CAD).

Então, desde o dia 13 de fevereiro de 2012, começou na província do Quebec uma greve massiva dos estu-

Renata Brauner Ferreira

é doutoranda em Planejamento Urbano no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente faz seu doutorado sanduíche em Estudos Urbanos na Universidade do Quebec em Montreal (UQAM).

renatabrauner@yahoo.com.br

fotografia p.65, de Eduardo Sombini
Manifestação do dia 22 de março.

dantes universitários e dos estudantes dos CEGEP¹ por tempo indeterminado. No momento que escrevo o artigo, meados de junho, a greve continua. Desde então vimos assistindo, há cerca de quatro meses, milhares de estudantes saírem às ruas todos os dias e as noites também. Há algumas semanas começaram as manifestações noturnas, chamadas “Manifestações Noturnas até a vitória”.

No dia 22 de março os estudantes conseguiram mobilizar a sociedade e conseguiram juntar em sua manifestação pelas ruas da cidade em torno de 200.000 pessoas, manifestação simbolicamente chamada “Para que ninguém nos ignore”. Milhares de estudantes, mas também pais e mães, avós e avós, professores e professoras e simpatizantes da causa da acessibilidade à educação, participaram do ato. A rua foi tomada pela cor vermelha, bandeiras, cartazes, camisetas, fantasias. A multidão foi chamada de a “maré humana”.

O vermelho é a cor escolhida pelos estudantes para chamar a atenção e o quadrado vermelho é o símbolo desta mobilização estudantil, ele também é utilizado por outros segmentos da sociedade para sinalizar o apoio à causa estudantil. Há políticos, intelectuais, artistas que portam o “*carré rouge*” e não somente em Montreal, mas espalhados por todo o Quebec. Xavier Dolan, o jovem cineasta montrealense foi a Cannes para promover seu novo filme e toda sua equipe portava o símbolo do movimento. Até mesmo o líder da banda *Rolling Stones*, Mick Jagger, no último *Saturday Night Live* apresentou-se com o quadrado vermelho. O apoio também se espalhou, houve manifestações de solidariedade nos Estados Unidos, em outras cidades do Canadá e mesmo por várias cidades em torno do mundo (inclusive em Taywan e na Islândia).

Por toda parte em Montreal há quadrados vermelhos, em janelas, sacadas, portas, em casas residenciais e em comércios que apoiam os estudantes. Não se pode deixar de mencionar que há um pequeno grupo com um quadrado verde que apoia o aumento da anuidade das universidades. Este tem o mesmo argumento do governo - alega que são os estudantes, “usuários” do sistema universitário (ou seja, denominam-se “os clientes”), que, como tal, devem pagar sua “justa parte” no pagamento de seus estudos. A única manifestação que fizeram não passou de algumas dezenas de participantes.

Apesar de todas as notícias da Grande Imprensa

¹ CEGEP : é um nível de formação entre o secundário e a universidade, é obrigatório para quem deseja entrar para a Universidade. Mas pode-se também fazer no CEGEP uma formação profissionalizante que equivaleria, talvez, a nossos Institutos Federais de Educação de nível secundário.



Manifestação Noturna contra a Lei especial 78.

Fotógrafo: Marc-André Lapierre



Manifestação Noturna: destaca-se a bandeira do Quebec em meio a multidão.

Fotógrafo: Marc-André Lapierre

mostrarem violência e enfrentamento com os policiais, a maior parte das manifestações são pacíficas, como aulas de Yôga em pleno trânsito, esquetes teatrais, leitura de poesias no metrô, piquenique em praças públicas, manifestação contra a má gestão do dinheiro público, instalações artísticas, *flash-mob* “Flores do Mal”, Marcha das “Mães em cólera e solidárias”, Ma-NU-festação lúdica (os participantes de todas as idades desfilam em roupas íntimas), marcha de ‘zumbis’ contra o aumento, torneio de hockey de rua em apoio à greve, manifestações noturnas, piquenique “porque nós temos fome de diálogo”, Batalha de Travessieiros, apresentação da Orquestra dos artistas em apoio ao movimento, poder-se-ia continuar enumerando todas as manifestações dos estudantes, mas acredita-se que assim já se pode ter uma ideia do vigor e engenhosidade do movimento.

No dia que teria sido de embates mais violentos, em frente ao *Palais des Congrès* de Montréal, os ma-

nifestantes foram impedidos de se aproximarem do local onde estava o Primeiro Ministro do Quebec, Jean Charest, com a utilização de gás lacrimogênio, spray de pimenta e os tradicionais cacetetes. Os próprios policiais afirmaram em cadeia nacional que os manifestantes mais violentos não eram os estudantes, mas militantes de outros movimentos que utilizavam a manifestação para promover vandalismos.

No entanto, o governo ignorou completamente esta manifestação como todas as outras, negando-se a reconhecer o movimento de estudantes até as 10 primeiras semanas de greve. Nenhuma palavra! Sequer estabeleceu qualquer comunicação com os estudantes, simplesmente ignorou milhares e milhares de pessoas por 10 semanas. E mesmo ao cruzar com um dos líderes do movimento estudantil na Assembleia Nacional o próprio Primeiro Ministro Jean Charest recusou-se a cumprimentá-lo.

Os estudantes continuaram suas manifestações marcadas pela criatividade, entusiasmo e inventividade. Entre os vários cartazes que são erguidos nas manifestações, há alguns que chamam a atenção como: “Desculpe o incômodo, nós só queremos mudar o mundo”; “Você acha que a educação é cara? Experimente a ignorância!”; “Povo instruído jamais será submisso”. Carrinhos de bebês com cartazes dizendo: “Contra o aumento”; “Pela educação de meus filhos”, pessoas idosas com cartazes “Pelos meus netos”, enfim uma grande mobilização.

No dia 22 de abril, escolhido como o dia da Terra, muitos cidadãos se uniram em torno da causa ecológica e/ou do movimento estudantil nas ruas de Montreal e fizeram uma grande passeata com cerca de 300.000 pessoas. Uma característica das manifestações que também mostra o que é a composição da própria cidade de Montreal é a sua diversidade. As manifestações apresentam toda a diversidade dos residentes de Montreal, você vê brancos, negros, asiáticos, árabes, judeus, jovens, crianças, idosos, famílias inteiras...

O governo no final de abril fez uma oferta aos manifestantes que diluiria o impacto do aumento das taxas de escolaridade por 7 anos em vez de 5, mas que viria a aumentar ainda mais os custos. Os estudantes respondem: “isso não é uma oferta é um insulto”. Assim, o aumento que seria de 1.625 subiria para 1.778 dólares canadenses.

O governo continuou a ignorar o movimento estudantil e tenta construir a imagem dos manifestantes como vândalos, desordeiros, arruaceiros e intransigentes. Sobre a violência que o governo diz haver nas manifestações e nas ações dos estudantes o porta-voz da CLASSE² Gabriel Nadeau-Dubois afirma que:

“Nos últimos dias diz-se sobre os estudantes do Quebec que são desonestos, que são vândalos, que são violentos. Tudo isso é mentira! O que há de mais violento do que vender terras indígenas as multinacionais? O que há de mais violento do que vender a educação às empresas privadas? O que há de mais violento do que poluir o ar que nossas crianças respiram? Não somos nós os violentos, são eles que o são” declarou Gabriel Nadeau-Dubois. [tradução livre da autora]

Vários políticos e jornalistas acreditam que os sindicatos estão aconselhando as associações estudantis em suas ações, mas segundo Louis Roy, o presidente da Confederação de Sindicatos Nacionais (CSN), desta vez não seria o caso. Roy diz-se impressionado com a diversidade, a criatividade e a inteligência das ações das associações estudantis e afirma: “são eles [os estudantes], de fato, que poderiam nos aconselhar no dossiê da renovação sindical. Eu acredito que se os sindicatos tivessem feito tanto quanto eles, nós teríamos menos problemas hoje em dia com pessoas que se recusam a participar de greves” (Le Devoir, 28 e 29 de abril. G5) [tradução livre da autora]

Pierre Saint-Germain, presidente da Federação Autônoma de Ensino (FAE) apóia a luta estudantil e afirma que “este aumento no preço do ‘direito de escolaridade’ tem no fundo um outro princípio que é a tarifação baseada sobre o princípio de que quem utiliza paga. O que se quer é diminuir os impostos dos mais ricos, mas não se hesita em fazer pagar os mais pobres (...). La FAE milita sobretudo pela gratuidade escolar, pois nós acreditamos que o custo da educação deve ser assumido pelo conjunto dos contribuintes através do imposto sobre a renda” (Le Devoir, 28 e 29 de abril.). [tradução livre da autora]

No dia 14 de maio a ministra da educação Line Beauchamp se demite do Ministério da Educação e retira-se totalmente da vida pública. Assume a pasta então a ministra do tesouro, Courchesne, prometendo negociar com os estudantes; após a primeira tentativa de negociação com os estudantes, a nova Ministra (que já tinha participado de outras negociações enquanto ainda era ministra do tesouro) afirma que os estudantes são intransigentes e incapazes de dialogar, o que “obrigaria” o Governo a apresentar um projeto de lei cujo objetivo seria acalmar o conflito, propôs-se, então, a lei especial 78, que entre várias outras coisas limita o direito de manifestação.

Estudantil Colegial do Québec), a FEUQ (Federação Estudantil Universitária do Quebec) e a Classe (Coalisão Ampla por uma Solidariedade Sindical Estudantil). Esta última representa o maior número de estudantes e é considerada pelo governo como a mais “radical”.

² As principais organizações estudantis, a FECQ (Federação

A LEI ESPECIAL 78 E A DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Em um governo em meio a denúncias de corrupção e com uma grande rejeição até o começo da greve estudantil, Jean Charest resolveu “endurecer” com os estudantes e propõe a lei especial 78, no dia 18 de maio ela entra em vigor.

A aprovação da Lei acabou incitando um grande movimento de desobediência civil, pois a lei é vista como abusiva e excessiva não só pelos estudantes mas pelo conjunto da sociedade. Várias categorias de profissionais e de instituições são contrárias a esta Lei 78. No dia seguinte da aprovação da lei os historiadores quebequenses fazem um manifesto denunciando a lei 78, afirmando que esta lei seria “abjeta, desprezível e infame, uma agressão jamais vista na história do Quebec” (Le Devoir, 18 de maio). O equivalente no Quebec ao presidente da Ordem dos Advogados também se manifesta contra a lei: “é um atentado injustificado às nossas liberdades fundamentais” (Le Devoir, 18 de maio). O próprio jornal *Le Devoir* escreve um editorial chamado “Abuso de poder” no dia 19 de maio:

“as únicas palavras que podem qualificar a lei número 78 adotada ontem pela Assembleia nacional para assegurar o retorno aos estudos são ABUSO DE PODER. (...) nada justifica suspender os direitos democráticos fundamentais do conjunto dos cidadãos quebequenses, tal como o direito de se manifestar que será a partir de agora submetido a condições de controle exercidas arbitrariamente pelo corpo de polícia.”

No primeiro final de semana após a vigência da Lei houve mais de 360 prisões. Para se adaptarem à lei e às consequências advindas dela, os estudantes começam a criar novas estratégias. No site das organizações desaparece o calendário de eventos previstos, onde se encontrava as informações sobre todas as manifestações que viriam. Assim é criado o site ManifsWiki.net para difundir informações das próximas manifestações estudantis, em sua página de abertura o site faz o alerta: “Nós apelamos a toda população para que não participem destas manifestações. É por isso que criamos este site: para que as pessoas saibam aonde não devem ir”— Extraído do site ManifsWiki.net [tradução livre da autora]

Foi também criado o site «Alguém me prenda» [tradução livre da autora]: que já conta com mais de 5.000 fotos de pessoas que apoiam o movimento de desobediência civil. Neste site as pessoas postam sua foto com um cartaz que está escrito “alguém me prenda eu estou desobedecendo à lei 78”. Há inúmeras variações da frase, mas a ideia é a mesma: a

desobediência civil.

No dia 19 de maio os sites do Partido Liberal e do Ministério da Educação, do Lazer e do Esporte estão inacessíveis, outros sites governamentais também apresentam problemas. O Grupo *Anonymous* assume a autoria do ataque informático e posta um vídeo no youtube (justificando que fez isso em resposta à adoção da Lei especial número 78 que diminui as liberdades fundamentais dos cidadãos quebequenses.

Uma petição foi feita também contestando a constitucionalidade desta Lei especial, o porta-voz de uma das organizações sublinha: “Se o governo quer prender os manifestantes da CLASSE, seus eleitos e seus porta-vozes, deverão prender também aqueles e aquelas que assinaram a petição na internet e que está disponível ao público”.

No dia 22 de maio fez exatos 100 dias do começo da Greve. Em uma manifestação na Cidade de Montreal denominada “100 dias de desprezo, 100 dias de resistência”. A mobilização alcançou mais de 250.000 pessoas. A manifestação foi um grande movimento de desobediência civil já que eles intencionalmente não forneceram o itinerário à polícia. A mobilização dos estudantes ganhou ainda mais força ao ser apoiada por aqueles que também não concordam com a Lei especial 78, por muitos considerada como lei da “mordaça”.



Mães com cartazes : “Por meus filhos” “Por minhas filhas”.

Fotógrafo : Eduardo Sombini



Movimento das ‘Casseroles’ (panelas).

Fotógrafo : Pierre-Mathieu Le Bel

DE CRISE ESTUDANTIL À CRISE SOCIAL

As ações realizadas pelos estudantes atacam questões muito mais amplas que o aumento nas taxas de escolaridade e que uma educação acessível. São ações que mostram princípios que questionam o próprio sistema capitalista: a globalização, a sociedade de consumo, a destruição do meio ambiente, o desemprego, o sexismo, o racismo, o mercado imobiliário, mostrando como todas estas coisas estão interligadas e que tem como pano de fundo a mercantilização da sociedade.

A oposição à lei especial 78 acabou tornando o movimento estudantil ainda mais popular e aos poucos ele começou a agregar, ainda, em maior quantidade setores da sociedade indignados com o rumo que as coisas vão tomando no Governo do Quebec e o que eles consideram uma ameaça à democracia. Aos poucos nos bairros de Montreal começou a ganhar força o movimento “Nossas painelas contra a lei especial” estendendo-se por todo o Quebec, com manifestações de solidariedade em várias cidades pelo mundo. Graças às redes sociais o movimento pode mobilizar um número cada vez maior de pessoas. O movimento teria sido iniciado por um professor de Ciência Política inspirado em contestações feitas com painelas no Chile à época da ditadura de Pinochet e que até hoje servem para manifestações não só no Chile, mas, na Argentina também.

São cidadãos que saem às ruas todas as noites às 20h para fazer muito barulho, batendo em painelas, a maioria destas manifestações são pacíficas, por isso há muitos pais que levam crianças para participarem. São pessoas de todas as idades que fazem uma sinfonia, aliás, bem desafinada... mas contagiante.

Uma das análises mais interessantes deste movimento é a do filósofo Frédéric Bruneault que, inspirado no também filósofo Axel Honneth, chama de “luta por reconhecimento”. Para este último todos os grandes movimentos de reivindicação social, além de suas reivindicações específicas, trazem em si uma motivação mais profunda e essencial que seria a “luta por reconhecimento”. Os movimentos de reivindicação social procuram, antes de tudo, uma defesa ou uma exigência de reconhecimento social, reconhecimento que é recusado a este grupo pelas autoridades e as instituições políticas e sociais de maneira sistêmica (BRUNEAULT, 2012).

Para Bruneault (2012) é impossível compreender a crise quebequense atualmente, sem adotar este quadro conceitual de Honneth, sem enxergar esta situa-

ção pelo ângulo da recusa ao desprezo e da luta por reconhecimento. O governo Charest ao se recusar nas primeiras 10 semanas da greve estudantil a negociar com os estudantes, a escutá-los, a ouvir suas reivindicações e na maior parte do tempo desqualificá-los ou ignorá-los, o Governo tratou estes indivíduos como invisíveis. O desprezo do Governo em relação a essa parcela importante da população, importante não só em termos estatísticos mas também em relação ao futuro da província, encontrou igual ou maior determinação do movimento estudantil.

Poder-se-ia ampliar a análise de Bruneault (2012) à história do Quebec e da maioria de sua população, que é francófona e que, por muito tempo, sentiu o desprezo e o preconceito por sua origem francesa (primeiro dos ingleses, e ainda hoje em dia, dos canadenses anglófonos). No atual momento político, em termos federais a província do Quebec votou em maioria na oposição ao governo atual e não se sente representada pelo governo do partido conservador de Stephen Harper. E no provincial ela demonstra nas pesquisas de intenção de voto também não estar aprovando o governo do partido liberal de Jean Charest... assim, os quebequenses (sobretudo francófonos) continuariam sua luta por visibilidade e por reconhecimento, isso ajudaria a entender o porquê da participação de cidadãos que se juntam aos estudantes – mesmo daqueles que aprovam o aumento nas taxas da universidade – no movimento do “panelaço” indignados com o posicionamento e ações do governo provincial e que querem ser consultados, ou pelo menos ouvidos, por este governo.

Quanto à greve estudante, por enquanto, as negociações estão suspensas, o Governo se retirou da mesa de negociações, suspendendo as aulas até o início do próximo semestre e esperando que com esta ação e com a vigência da Lei especial 78 o movimento estudantil se desmotive e desmobilize-se. Do lado dos estudantes, suas federações e organizações dizem que o posicionamento deste governo os estimula ainda mais a desafiar-lo e que pretendem continuar com tão ou mais força do que antes...

REFERÊNCIA

- BRUNEAULT, Frédéric. *Le gouvernement du mépris. Le journal des alternatives*. Junho de 2012. In <http://journal.alternatives.ca> acessado em 1/06/2012.
- Jornal diário “*Le Devoir. Nouvelles, actualités, politique, culture et chroniques*”. Montreal. Março a junho de 2012. ■

Eduardo Amorim *(texto)*
Leonardo Cisneiros *(fotos)*



#OcupeEstelita

No dia 15 de abril, o primeiro #ocupeestelita reuniu jornalistas, produtores culturais e fez o grupo de “ativistas de sofá” rapidamente passar dos 5.000 integrantes no Facebook. Um dia inteiro de ocupação no até então árido e muitas vezes esquecido Cais José Estelita. Depois disso, foram mais três atos no mesmo local e uma sessão no histórico Cine São Luiz.

As manifestações foram organizadas pelo grupo Direitos Urbanos. Formado por sociólogos, filósofos, jornalistas, arquitetos, artistas, alguns com formação acadêmica. Eles se organizaram na internet, onde essa gente de diversas áreas e formações começou a esboçar uma necessidade de discutir os problemas criados pelo crescimento desordenado de Pernambuco e do Brasil.

Muitos já tinham travado longas discussões quando vieram finalmente a se encontrar, em audiência pública realizada para discutir um megaprojeto imobiliário, no último dia 22 de março. O Novo Recife é ideia da construtora Moura Dubeux. Um paredão de 13 prédios, alguns deles na faixa dos 40 andares, formando uma barreira na visão de quem olha da Zona Sul para o Centro da cidade.

A avenida liga a Zona Sul ao Centro do Recife. Geograficamente, faz parte do bairro de São José, mas está afastado por um viaduto do burburinho das lojas que marcam o tradicional bairro de onde sai o Galo da Madrugada. E

também de dois grandes edifícios construídos após controversa aquisição de terreno pela mesma Moura Dubeux.

Naquela primeira ocupação, os ciclistas foram os primeiros a chegar e naturalmente criaram um bicicletário com vista para a Baía do Pina. A artista plástica Clara Moreira trouxe uma plaquinha pintada de vermelho para lembrar as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). Teve gente que aproveitou para protestar contra a omissão do poder público: Prefeitura covarde, dizia uma faixa.

Não faltou quem chegasse de barco ao Cais José Estelita. E as crianças se juntaram aos artistas para colorir as paredes manchadas dos antigos armazéns da área portuária. Algumas pessoas vestiram até fantasia para protestar contra a cultura dos carros e exigir que o poder público se posicione em relação à utilização dos 10 hectares do terreno.

O prefeito João da Costa, no dia seguinte, fez questão de antecipar a avaliação da sua gestão e dizer através de manchete do Jornal do Commercio que o projeto seria aprovado.

As fotos do professor e doutorando Leonardo Cisneiros mostram o modo divertido de protestar dos recifenses contra a surdez. Mas são também prova de que essa gente tão acadêmica quer chamar para a discussão os trabalhadores, estudantes, artistas e as crianças. Direitos Urbanos para a cidade que não para e só cresce. ■

Eduardo Amorim

é jornalista e diretor da Brisa Comunicação e Arte.

eamorim@gmail.com

Leonardo Cisneiros

é professor da UFRPE, ele ensina filosofia da ciência, ética e bioética. Leonardo criou o grupo Direitos Urbanos no Facebook e é um dos editores do blog (www.direitosurbanos.wordpress.com). Atualmente, além de todas as suas atividades profissionais e no grupo, está acabando de escrever sua tese de Doutorado. Como são poucas horas vagas, aproveitou o #ocupeestelita também para exercer sua paixão pela fotografia.

leonardo.cisneiros@gmail.com









REALIZAÇÃO



APOIOS

